

**António Fidalgo
Anabela Gradim**

Manual de Semiótica

**UBI – PORTUGAL
www.ubi.pt
2004/2005**

Índice

| | | |
|-----------|--|-----------|
| I | Prolegómena | 7 |
| 1 | Semiótica e comunicação | 9 |
| 1.1 | Sinais e signos. Aproximação aos conceitos de signo e de semiótica. | 9 |
| 1.1.1 | Os sinais chamados sinais | 9 |
| 1.1.2 | As palavras como sinais. | 12 |
| 1.1.3 | Tudo pode ser sinal. | 14 |
| 1.1.4 | Sinais e signos e a sua ciência. | 15 |
| 1.2 | A semiótica e os modelos de comunicação | 16 |
| 1.3 | Tipos e classificações de signos | 20 |
| 1.3.1 | Tipos de signos | 20 |
| 1.3.2 | Princípios de classificação e taxinomia. | 21 |
| 2 | História da semiótica | 25 |
| 2.1 | Os Antigos: gregos e os estóicos. Galeno. | 25 |
| 2.2 | Os Medievais: Agostinho, Bacon, Hispano, Fon- seca e Joao de S. Tomás | 31 |
| 2.3 | Os Modernos: Locke, Condillac, Lambert, Kant, e Humboldt | 48 |
| II | Sistemática | 59 |
| 3 | A semiose e a divisão da semiótica | 61 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 4 | As propriedades sintáticas do signo | 65 |
| 4.1 | Signos simples e signos complexos | 65 |
| 4.2 | Os elementos sígnicos ou as unidades mínimas. Para uma teoria dos elementos. | 67 |
| 4.3 | Sistema e estrutura. Relações sintagmáticas e pa- radigmáticas. | 72 |
| 4.4 | A combinação dos signos. Regras de formação e de transformação. | 77 |
| 4.5 | A sintáctica, a gramática e a lógica | 79 |
| 5 | As propriedades semânticas dos signos | 81 |
| 5.1 | O problema da significação. Sentido e referência | 81 |
| 5.2 | Concepções duais e concepções triádicas dos signos. | 86 |
| 5.3 | As noções de verdade e objectividade | 91 |
| 5.4 | Os múltiplos níveis de significação. Denotação e conotação. | 93 |
| 5.5 | Os códigos | 97 |
| 6 | As propriedades pragmáticas do signo | 99 |
| 6.1 | A natureza pragmática do signo. A noção de in- terpretante | 99 |
| 6.2 | Sistema e uso. Língua e fala. Competência e <i>performance</i> | 103 |
| 6.3 | Contextos. | 105 |
| 6.4 | O signo como acção. | 106 |
| 6.5 | Enunciação ou a lógica da comunicação | 109 |
| 6.5.1 | Enunciação | 109 |
| 6.5.2 | A dupla estrutura da fala | 111 |
| 6.5.3 | Modos de comunicação | 112 |
| 6.5.4 | O fundamento racional da força ilocucional | 116 |
| III | Complementos | 119 |
| 7 | Métodos e análises | 121 |
| 7.1 | O método pragmatista | 121 |

| | | |
|-----------|---|------------|
| 7.2 | As análises de Roland Barthes | 125 |
| 7.3 | O quadrado semiótico de Greimas | 126 |
| 8 | Os campos da semiótica | 131 |
| 8.1 | A comunicação não verbal | 131 |
| 8.2 | A zoosemiótica | 132 |
| 8.3 | A semiótica e as artes | 135 |
| IV | Suplementos | 139 |
| 9 | A semiótica de Peirce | 141 |
| 9.1 | Tríades e Semiótica | 145 |
| 9.1.1 | O funcionamento triádico do signo peirceano | 146 |
| 9.1.2 | As categorias e os diversos tipos de signo | 155 |
| 10 | Da semiótica e seu objecto | 167 |
| 10.1 | Introdução | 167 |
| 10.2 | A história e os confins da semiótica | 169 |
| 10.3 | A polissemia e a crise do ‘signo’ | 181 |
| 10.4 | A natureza relacional do signo | 185 |
| 10.5 | Sintáctica e operatividade dos signos | 189 |
| 10.6 | Que semiótica para os cursos de comunicação? | 193 |
| 11 | A economia e a eficácia dos signos | 197 |
| 11.1 | Introdução ao tema | 197 |
| 11.2 | A operacionalidade algébrica do zero | 199 |
| 11.3 | Os signos à medida. As linguagens especializadas | 201 |
| 11.4 | Os códigos e a economia dos signos | 204 |
| 11.5 | Os códigos e a informação. A teoria matemática da comunicação | 208 |
| 11.6 | Os signos em acção. | 211 |
| 11.7 | O slogan | 212 |
| 11.8 | Conclusão | 214 |

Parte I
Prolegómena

Capítulo 1

Semiótica e comunicação

1.1 Sinais e signos. Aproximação aos conceitos de signo e de semiótica.

1.1.1 Os sinais chamados sinais

Em português dá-se o nome de sinal a coisas assaz diferentes. Temos os sinais da pele, os sinais de trânsito, o sinal da cruz, o sinal de pagamento. Uma pergunta que se pode fazer é o que têm de comum para poderem ter o mesmo nome. Com efeito, o mesmo nome dado a coisas diferentes normalmente significa que essas coisas têm algo em comum. Se chamamos pessoa tanto a um bebé do sexo feminino como a um homem velho é porque consideramos que têm algo de comum, nomeadamente o ser pessoa. Que as coisas atrás chamadas sinais são diferentes umas das outras não sofre contestação. Os sinais da pele são naturais, os sinais de trânsito são artefactos, o sinal da cruz não é uma coisa que exista por si, é um gesto que só existe quando se faz, e o sinal de pagamento é algo, que pode ser muita coisa, normalmente dinheiro, que se entrega a alguém como garantia de que se lhe há-de pagar o resto. Que há então de comum a estas coisas para terem o mesmo nome? A resposta deve ser buscada na análise de cada uma delas.

Os sinais da pele são manchas de maior ou menor dimensão, normalmente escuras, que certas pessoas têm na pele. É assim que dizemos que certa pessoa tem um sinal na cara e que outra tem um sinal na mão. Essas manchas são sinais porque distinguem as pessoas que as têm. As pessoas ficam de certa forma marcadas por essas manchas, ficam por assim dizer assinaladas. Os sinais são marcas características dessas pessoas. A partir daqui, é fácil de ver que outros elementos característicos também podem ser designados como sinais. Um nariz muito comprido pode servir de sinal a uma pessoa, tal como qualquer outro elemento físico que a distinga das outras.

Daqui pode-se já tirar um sentido de sinal, a saber, o de uma marca distintiva. É sinal tudo aquilo que pode servir para identificar uma coisa, no sentido de a distinguir das demais. E o que pode servir de sinal podem ser coisas muito diversas. No caso de uma pessoa, tanto pode ser um sinal da pele, como uma cicatriz, a cor dos olhos, a altura, a gordura, a falta de cabelo, ou outro elemento qualquer que distinga essa pessoa.

Os sinais de trânsito são diferentes. Não são marcas de nada, não caracterizam um objecto. No primeiro caso, os sinais têm de estar associados a algo que caracterizem, de que sejam sinais; não têm enquanto sinais uma existência autónoma. Os sinais de trânsito, ao contrário, não se associam a outros objectos, estão isolados. Nisto se diferenciam os sinais de trânsito dos marcos de estrada. Estes estão associados à estrada, marcam ou assinalam o seu percurso ao longo do terreno. Por sua vez, os sinais de trânsito só indirectamente assinalam a estrada. A sua função primeira é outra, a de regulamentarem o trânsito das estradas. O sinal de stop, por exemplo, é um sinal de que os condutores devem obrigatoriamente parar por momentos ali. Dizemos também que significa paragem obrigatória. Os sinais de trânsito têm um significado e é isso que os distingue dos primeiros sinais, os distintivos. Estes, os sinais da pele, limitam-se a assinalar, mas nada significam, ao passo que os segundos significam, mas não assinalam ou então só o fazem indirectamente. Os sinais indicativos podem ser muito

diferentes entre si, mas a sua função é a mesma: assinalar. Os sinais de trânsito têm significados diferentes consoante a sua forma (configuração geométrica, cor e elementos que o compõem); há sinais de limite de velocidade, de sentido único, de prioridade, de aviso, etc. A pergunta que se coloca é sobre a proveniência do significado e a que se responde com o código da estrada. É o código que estabelece que este sinal significa isto e aquele significa aquilo. O significado não é automático, não é um dado imediato a quem olha para o sinal. Os sinais cujo significado é determinado por um código exigem uma aprendizagem do seu significado.

Como os sinais de trânsito há muitos outros sinais. Temos os galões das fardas militares que significam o posto do portador na hierarquia militar, temos as insígnias do poder, a coroa e o cetro do rei, a tiara do Papa, a mitra e o anel do bispo, as fardas dos polícias, mas também uma bengala de cego, os sinais indicativos das casas de banho, os sinais de proibição de fumar, etc. etc. O que caracteriza todos estes objectos enquanto sinais é o serem artefactos com a finalidade de significarem. Dito de outra maneira, há subjacente a todos eles uma intenção significativa. Conhecer esses objectos como sinais é conhecer o seu significado. De contrário perdem toda a dimensão de sinal. Os sinais deste tipo mais importantes são os sinais linguísticos, mas destes falaremos à frente.

O sinal da cruz distingue-se dos sinais anteriores simplesmente porque consiste num gesto e não é um objecto, mas tem como eles um significado. Como o sinal da cruz temos os gestos do polícia sinaleiro, o gesto de pedir boleia, além de outros, cujo significado está previamente determinado.

O sinal de pagamento assinala tanto a intenção de compra como o objecto a comprar e significa o compromisso do comprador a posteriormente pagar o montante em falta. Embora estejamos perante uma situação sígnica mais complexa que a dos sinais de trânsito, no fundo é o mesmo processo. Também aqui há uma intenção significativa subjacente e um código que regula este sinal.

Feita a análise dos sinais chamados sinais, diferentes entre si, verifica-se que o que há de comum a todos eles é o serem coisas (objectos, gestos, acções) em função de outras coisas, que representam ou caracterizam. Não pode haver sinais sem um “de” à frente; ao serem sinais são sempre sinais de algo. É isso que sobressai na definição clássica de sinal: *aliquid stat pro aliquo*, algo que está por algo. Este “estar por” é muito vasto, pode significar muita coisa: representar, caracterizar, fazer as vezes de, indicar, etc. O mais importante aqui é sublinhar a natureza relacional do sinal, o ser sempre sinal *de* alguma coisa.

1.1.2 As palavras como sinais.

Que uma palavra possa ser um sinal parece claro. Para designar esses casos até existe um termo próprio, o termo de senha. Não há dúvida que certas palavras ditas em determinadas ocasiões, são sinais no sentido apurado atrás. Essas palavras são consideradas palavras-chave e o seu significado é estabelecido por um código. Mais difícil é conceber que todas as palavras, enquanto palavras, sejam sinais. Com efeito, quando dizemos alguma coisa não nos parece que sejam ditadas por qualquer código ou que as nossas palavras estão por outra coisa que não elas próprias. Isso pode ocorrer no sentido metafórico, mas não no sentido corrente em que se usa a linguagem. De tal maneira não é visível a afinidade entre as palavras e os signos, que os gregos apesar de terem estudado a língua e de terem pensado sobre os signos nunca relacionaram as duas coisas, nunca conceberam as palavras como sinais entre outros sinais. Porque uma coisa é dizer que uma palavra pode servir de sinal e outra dizer que, por ser palavra, é um signo. Nos casos em que uma palavra serve de sinal, há algo de artificial por detrás, há uma combinação ou código que determina o significado dela enquanto sinal. Ora, à primeira vista, a língua aparece-nos como algo natural ao homem, parece não ter qualquer código subjacente. A descoberta de um código subjacente a um sinal pressupõe um certo distanciamento face a esse sinal, ora

face às palavras esse distanciamento não existe. Estamos mergulhados na linguagem; e mesmo quando pensamos nela e sobre ela reflectimos, fazemo-lo ainda dentro da linguagem e através dela. Daqui que seja tão difícil perceber as palavras como sinais.

A consciência clara de que as palavras são sinais surge-nos no contacto com as línguas estrangeiras. É aí que nos damos conta de que as palavras são sons articulados com determinado significado, e de que os mesmos sons podem ter diferentes significados consoante as línguas (vejam-se os exemplos de “padre” e “perro” em português e em espanhol). Foi em confronto com as línguas bárbaras que os estóicos compreenderam que as palavras são também sinais convencionais.

Mas a intelecção de que as palavras são sinais representa como que uma revolução da nossa concepção de sinais, e até mais, da nossa concepção de ciência, de saber, de linguagem, e mesmo do próprio mundo. À uma a noção de sinal alarga-se a tudo o que é expressão, comunicação e pensamento. Porque se poderíamos imaginar um mundo sem sinais, entendidos no sentido restrito de artefactos cuja função é assinalar, em contrapartida não podemos imaginar um mundo humano sem linguagem. A noção de sinal, englobando as palavras, é uma noção que vai à raiz do ser humano, da sua capacidade de pensar, expressar-se e comunicar. Por outro lado, percebemos que o mundo humano, o mundo da linguagem e da cultura, é um mundo constituído de sinais e por sinais.

Um outro aspecto muito importante da inclusão das palavras no conjunto dos sinais é o tremendo impulso que isso significa para o estudo dos sinais. Desde logo porque o enormíssimo corpus de estudos sobre a língua, acumulado desde os primórdios da antiguidade clássica, passou também a fazer parte dos estudos sobre os sinais. Mas também e sobretudo porque a língua constitui um sistema de signos que, estando presente, em todas as actividades humanas, é extraordinariamente complexo e completo. A língua não é apenas mais um sistema de sinais entre outros sistemas, ela é o sistema de sinais por excelência, o sistema a que

necessariamente recorreremos não só para analisar os outros sistemas, mas também para o analisar a ele mesmo. De tal modo é relevante o sistema da língua que muitas vezes o seu estudo, a linguística, parece identificar-se com o estudo dos sinais em geral, a semiótica, ou mesmo suplantá-lo, em termos de esta ser apenas um complemento, como que a aplicação das análises linguísticas aos outros sistemas de sinais. Esta tendência é sobretudo patente nas correntes semióticas que tiveram a sua origem precisamente na linguística (Saussure, Escola de Paris).

1.1.3 Tudo pode ser sinal.

A aceção das palavras como sinais representa um considerável alargamento do universo dos sinais. Contudo, mesmo assim, o universo dos sinais ainda é maior. é que a definição de sinal “algo que está por algo para alguém” estabelece o sinal como algo formal, donde tudo aquilo que, não importa o quê, está por uma outra coisa é, por isso mesmo, um sinal. Assim, será sinal tudo aquilo pelo qual alguém se dá conta de uma outra coisa.

De novo, com a consideração da língua fez-se um extraordinário alargamento do universo dos sinais, mas esse universo ficaria restringido aos sinais que têm por base um código estabelecido. Com o alargamento possibilitado pela natureza formal da relação sígnica, em que para que algo seja sinal basta que alguém através dele se dê conta de uma outra coisa, o universo dos sinais passa a ser idêntico ao universo das coisas.

O método de Sherlock Holmes, o célebre detective dos livros de Sir Arthur Conan Doyle, mostra-nos como tudo pode ser um sinal. As coisas mais díspares, e à vista desarmada mais inverosímeis, podem constituir excelentes pistas para chegar ao criminoso. O que Sherlock Holmes faz é estabelecer relações entre coisas que, à primeira vista, nada têm a ver umas com as outras. Ora no momento em que se estabelece uma relação entre A e B, A deixa de ser um objecto isolado para devir um sinal de B.

O carácter semiótico do método de Sherlock Holmes foi expo-

sto por Thomas Sebeok e Umberto Eco que apuraram uma grande afinidade entre o método do detective e o método abduutivo de Charles Peirce, um dos fundadores da semiótica contemporânea.¹

1.1.4 Sinais e signos e a sua ciência.

Os compêndios e os manuais de semiótica falam em signos e pouco em sinais. A razão de ser é que signo é hoje um termo técnico e sinal um termo mais vasto, menos preciso. Se, no entanto, utilizei até aqui o termo sinal foi porque procurei mostrar em que medida a investigação semiótica surge de fenómenos com que lidamos no dia a dia. Por outro lado, signo é um termo erudito, provindo directamente do latim, que não sofreu os percalços de uma utilização intensiva como o termo sinal e que por isso não foi enriquecido com termos dele derivados e que representam um contributo assaz importante ao estudo semiótico. Vejam-se os termos sinaleiro, sinalização, sinalizar, assinalar, sinalizado e assinalado.

O termo signo impôs-se na semiótica, pelo que daqui em diante o passarei a utilizar em vez de sinal. Por outro lado, o termo “sinal” tem vindo a ganhar dentro da semiótica um outro sentido que não o tradicional em português. Esse sentido “técnico” é o de um estímulo eléctrico ou magnético que passa por um canal físico.²

De qualquer modo, partindo da análise dos sinais que em português se chamam sinais entrámos num vasto campo de estudo a que se dá o nome de semiótica. Nenhuma ciência nasce feita, antes se desenvolve a partir de uma interrogação inicial sobre o como e o porquê de determinados fenómenos, e com a semiótica

¹Umberto Eco and Thomas A. Sebeok, (eds.), *The Sign of three: Dufin, Holmes, Peirce*, Indiana University Press, Bloomington, 1983

²“A signal is a pertinent unit of a system that may be an expression system ordered to a content, but could also be a physical system without any semiotic purpose; as such is studied by information theory in the stricter sense of the term. A signal can be a stimulus that does not mean anything but causes or elicits something.” Umberto Eco, *A Theory of Semiotics*, Indiana University Press, Bloomington, 1979.

ocorre o mesmo. A análise feita sobre os sinais serviu para abrir o campo em que se constrói a ciência da semiótica.

1.2 A semiótica e os modelos de comunicação

O lugar da semiótica dentro das ciências da comunicação depende do que se entende por comunicação. A comunicação é hoje um vastíssimo campo de investigação, das engenharias à sociologia e psicologia, pelo que as perspectivas em que se estuda podem variar significativamente. É certo que toda a comunicação se faz através de sinais e que esse facto constitui o bastante para estudar os sinais, sobre o que são, que tipos de sinais existem, como funcionam, que assinalam, com que significado, como significam, de que modo são utilizados. Contudo, o estudo dos sinais tanto pode ocupar um lugar central como um lugar periférico no estudo da comunicação. Tal como na arquitectura em que o estudo dos materiais, embora indispensável, não faz propriamente parte da arquitectura, assim também em determinadas abordagens da comunicação o estudo dos sinais não faz parte dos estudos de comunicação em sentido restrito. Daqui que seja fundamental considerar, ainda que brevemente, os principais sentidos de comunicação.

Nos estudos de comunicação distinguem-se duas grandes correntes de investigação, uma que entende a comunicação sobretudo como um fluxo de informação, e outra que entende a comunicação como uma “produção e troca de sentido”.³ A primeira corrente é a escola processual da comunicação e a segunda é a escola semiótica.

A ideia de que a comunicação é uma transmissão de mensagens surge na obra pioneira de Shannon e Weaver, *A Teoria Matemática da Informação* de 1949. O modelo de comunicação que apresentam é assaz conhecido: uma fonte que passa a informação

³Sigo a distinção e a caracterização das duas correntes que John Fiske desenvolve em *Introdução ao Estudo da Comunicação*

a um transmissor que a coloca num canal (mais ou menos sujeito a ruído) que a leva a um receptor que a passa a um destinatário. é um modelo linear de comunicação, simples, mas extraordinariamente eficiente na detecção e resolução dos problemas técnicos da comunicação. Contudo, Shannon e Weaver reivindicam que o seu modelo não se limita aos problemas técnicos da comunicação, mas também se aplica aos problemas semânticos e aos problemas pragmáticos da comunicação. Efectivamente, distinguem três níveis no processo comunicativo: o nível técnico, relativo ao rigor da transmissão dos sinais; o nível semântico, relativo à precisão com que os signos transmitidos convêm ao significado desejado; e o nível da eficácia, relativo à eficácia com que o significado da mensagem afecta da maneira desejada a conduta do destinatário.

Elaborado durante a Segunda Guerra Mundial nos laboratórios da Bell Company, o modelo comunicacional de Shannon e Weaver é assumidamente uma extensão de um modelo de engenharia de telecomunicações. A teoria matemática da comunicação visa a precisão e a eficiência do fluxo informativo. A partir desse objectivo primeiro, desenvolveu conceitos cruciais para os estudos de comunicação, nomeadamente conceitos tão importantes como quantidade de informação, quantidade mínima de informação (o célebre bit), redundância, ruído, transmissor, receptor, canal.

Consideremos um exemplo muito simples de modo a analisarmos os diferentes níveis de comunicação, segundo a distinção de Shannon e Weaver, e o papel que a semiótica desempenha nelas. No painel de instrumentos de um automóvel encontra-se um mostrador indicativo do estado do depósito de gasolina, que vai da indicação de vazio a cheio. Os problemas técnicos dizem respeito à medição do combustível no reservatório, através de bóias, ou por outros meios, e a transmissão física, mecânica ou electrónica, dessas medições para o painel do carro, para um mostrador de agulha, analógico, ou então para um mostrador digital. Parece claro que a este nível técnico não se levantam questões de tipo se-

miótico. O que aqui está em jogo são relações de tipo causa/efeito e não de tipo sígnico.

O nível semântico no fluxo de informação em causa situa-se na leitura do mostrador. Se a agulha está, por exemplo, encostada à esquerda, isso significa que o tanque está vazio, e se estiver encostada à direita isso significa que está cheio. O mostrador pode ainda apresentar números da esquerda para a direita, indo do zero até, digamos, 70, indicando os litros que se encontram no depósito. Neste caso há um significado que é preciso conhecer. Uma pessoa que nunca tivesse conduzido um carro e que não fizesse ideia de como um carro funciona não seria capaz de entender o significado da agulha ou dos números do mostrador.

É bom de ver que ao nível semântico se levantam questões de natureza semiótica. A própria compreensão do mostrador é já ela semiótica na medida em que este se toma como um signo: o mostrador remete para algo que ele não é, nomeadamente o estado do depósito. E depois as variações da agulha no mostrador suscitam também questões semióticas relativas aos significados diferentes que lhes correspondem. Pode fazer-se a redundância semântica da informação juntando, por exemplo, ícones de um tanque vazio, médio e cheio, aos números indicativos da quantidade de litros existentes no depósito.

O nível de eficácia da informação dada pelo mostrador prende-se com a conduta do condutor do veículo relativamente à distância que o veículo pode andar com a quantidade de combustível indicada e à necessidade de meter mais combustível. A cor vermelha no fundo do mostrador e a luz de aviso de que o combustível se encontra na reserva assume claramente uma dimensão pragmática, como que urgindo que o condutor se dirija a uma bomba de gasolina.

Não obstante as questões semióticas que se levantam aos níveis semântico e de eficácia no modelo de Shannon e Weaver, elas não são de primordial importância. É que as mensagens e os seus significados estão à partida determinados e a tarefa da comunicação é transmitir essas mensagens, levá-las de A para B.

As questões não se colocam sobre a formação das mensagens, da sua estrutura interna, da sua adequação ao que significam, da sua relevância, mas sim sobre a sua transmissão, partindo-se do pressuposto de que as mensagens estão já determinadas no seu significado. Qualquer conotação que a mensagem possa ter será sempre entendida como ruído.

O modelo semiótico de comunicação é aquele em que a ênfase é colocada na criação dos significados e na formação das mensagens a transmitir. Para que haja comunicação é preciso criar uma mensagem a partir de signos, mensagem que induzirá o interlocutor a elaborar outra mensagem e assim sucessivamente. As questões cruciais nesta abordagem são de cariz semiótico. Que tipos de signos se utilizam para criar mensagens, quais as regras de formação, que códigos têm os interlocutores de partilhar entre si para que a comunicação seja possível, quais as denotações e quais as conotações dos signos utilizados, que tipo de uso se lhes dá. O modelo semiótico de comunicação não é linear, não se centra nos passos que a mensagem percorre desde a fonte até ao destinatário. A comunicação não é tomada como um fluxo, antes como um sistema estruturado de signos e códigos.⁴

O modelo semiótico considera inseparáveis o conteúdo e o processo de comunicação. Conteúdo e processo condicionam-se reciprocamente, pelo que o estudo da comunicação passa pelo estudo das relações sógnicas, dos signos utilizados, dos códigos em vigor, das culturas em que os signos se criam, vivem e actuam. Quer isto dizer que o significado da mensagem não se encontra instituído na mensagem, como que seu conteúdo, e independente de qualquer contexto, mas que é algo que subsiste numa relação

⁴“So these models will differ from the ones just discussed, in that they are not linear, they do not contain arrows indicating the flow of the message. They are structural models, and any arrows indicate relationships between elements in this creation of meaning. These models do not assume a series of steps or stages through which a message passes: rather they concentrate on analysing a structured set of relationships which enable a message to signify something.” John Fiske, *ibidem*, pp. 42-43.

estrutural entre o produtor, a mensagem, o referente, o interlocutor e o contexto.

1.3 Tipos e classificações de signos

1.3.1 Tipos de signos

A unificação de campo operada por qualquer ciência não pode deixar de considerar a diversidade do objecto de estudo. Uma primeira abordagem dos signos deverá desde logo realçar a sua diversidade. Há muitos e diversos tipos de signos e qualquer definição de signo deverá ter em conta não só a polissemia do termo signo, mas sobretudo a diversidade dos próprios signos. Mesmo a definição mais geral de signo como algo que está por algo para alguém reclama que se especifique melhor essa relação de “estar por para”. Daí que seja extremamente importante apontar, ainda que não exaustivamente, diversos tipos de signos, sobretudo os mais importantes.

1. Sinais são signos que desencadeiam mecânica ou convencionalmente uma acção por parte do receptor. Os sinais de rádio e de televisão, por exemplo, provocam nos respectivos receptores determinados efeitos. Mas também há uma aplicação convencional dos sinais, como nos casos de “dar o sinal de partida”, “fazer-lhe sinal para vir”, “dar o sinal de ataque”. Este tipo de signos é utilizado em máquinas, e é utilizado por homens e animais.
2. Sintomas são signos compulsivos, não arbitrários, em que o significante está associado ao significado por um laço natural. Um síndrome é uma configuração de sintomas. Assim, a febre é um sintoma de doença, tal como a geada nocturna é um sintoma de que a temperatura atmosférica desceu até zero graus centígrados.

3. Ícones são signos em que existe uma semelhança topológica entre o significante e o significado. Uma pintura, uma fotografia são ícones na medida em que possuem uma semelhança com o objecto pintado ou fotografado. Subtipos de ícones são as imagens, os diagramas e as metáforas. Os diagramas, como os planos de uma casa, têm uma correspondência topológica com o seu objecto. As metáforas têm uma semelhança estrutural, de modo que é possível fazer uma transposição de propriedades do significante para o significado.
4. Índices são signos em que o significante é contíguo ao significado. Um tipo importante de índices são os deícticos, as expressões que referem demonstrativamente, como “este aqui”, “esse aí”, “aquele ali”. Os números nas fardas dos soldados são índices, assim como um relógio também é um índice do tempo.
5. Símbolos são signos em que, não havendo uma relação de semelhança ou de contiguidade, há uma relação convencional entre representante e representado. Os emblemas, as insígnias, os estigmas são símbolos. A relação simbólica é intensional, isto é, o simbolizado é uma classe de objectos definida por propriedades idênticas.
6. Os nomes são signos convencionais que designam uma classe extensional de objectos. Enquanto os signos que designam intensionalmente o fazem mediante uma propriedade comum do objecto, os indivíduos que se chamam “Joaquim” apenas têm em comum o nome. Aqui não há um atributo intensional que os caracterize.

1.3.2 Princípios de classificação e taxinomia.

Classificar signos, e, dada a natureza relacional do signo, isso significa classificar as relações sígnicas nos seus diferentes aspectos.

tos, é um trabalho exigente que os semióticos frequentemente evitam. Contudo, uma vez apurada a diversidade dos signos, é imprescindível proceder à sua classificação ou, pelo menos, delinear os princípios classificatórios. Tal delineamento induz a uma melhor compreensão da natureza das relações sógnicas e constitui uma excelente pedra de toque às definições de signo. Tratar os signos todos por igual é um procedimento arriscado, por ignorar diferenças e, por isso mesmo, entregar à arbitrariedade a demarcação do campo semiótico. O afã classificatório de Charles S. Peirce deve ser entendido como uma busca de rigor na análise dos processos semióticos.

Umberto Eco compendia e expõe sistematicamente as diversas classificações de signos.⁵ A exposição é modelar e vale a pena segui-la.

1. Os signos diferenciam-se pela fonte. Os signos que provêm do espaço sideral são diferentes dos signos emitidos por animais, que por sua vez são diferentes dos signos humanos.
2. Os signos diferenciam-se pelas inferências a que dão azo. Esta diferenciação engloba a distinção tradicional entre signos artificiais e signos naturais, em que os primeiros são emitidos conscientemente, com a intenção de comunicar, e os segundos provêm de uma fonte natural. Por vezes, estes últimos, designados de indícios, não são considerados signos (Buyssens). O motivo invocado para esta exclusão é de que os signos artificiais significam, ao passo que naturais envolvem uma inferência. Eco inclui na categoria de signos os signos naturais e para isso recorre à definição dos estóicos, de que o signo é “uma proposição constituída por uma conexão válida e reveladora do conseqüente”.

A diferença entre associação (signos artificiais) e inferência (signos naturais) pode ser subsumida nas diferentes formas

⁵Umberto Eco, *O Signo*, Presença, Lisboa, 1990, pp. 31-67.

de inferência, assumindo a associação sígnica bastas vezes o carácter da abdução peirceana.

3. Os signos diferenciam-se pelo grau de especificidade sígnica. Há signos cuja única função é significar, como no caso das palavras, e outros que só cumulativamente significam, como no caso dos objectos de uso (automóvel, vestido, etc.). A noção bartheana de função-signo é uma das classificações mais importantes na semiótica recente. Toda a proxémica aproveita dos signos indirectos.
4. Os signos diferenciam-se pela intenção e grau de consciência do seu emissor. Há signos que são emitidos propostada e intencionalmente, com o fito de comunicar, e há signos emitidos espontaneamente, que revelam involuntariamente qualidades e disposições. Os primeiros são chamados signos comunicativos e os segundos expressivos. A psicanálise faz uma utilização sistemática destes últimos.
5. Os signos diferenciam-se pelo canal físico e pelo aparelho receptor humano. Consoante os diferentes sentidos, olfacto, tacto, gosto, vista, ouvido, assim há diferentes tipos de signos.
6. Os signos diferenciam-se pela relação ao seu significado. Os signos podem ser unívocos, equívocos, plurívocos, vagos.
7. Os signos diferenciam-se pela replicabilidade do significante. Há signos intrínsecos, que usam como significado uma parte do seu referente. É o caso das moedas de ouro, que significam o seu valor de troca, mas que também significam o seu próprio peso em ouro. O oposto são as palavras, puramente extrínsecas, sem valor próprio e que podem ser multiplicadas ao infinito. Os signos distinguem-se assim por serem réplicas diferentes, umas que apenas significam algo

exterior, e outras que significam também algo que lhes é próprio e único.

8. Os signos diferenciam-se pelo tipo de relação pressuposta com o referente. Temos aqui a conhecida distinção peirceana entre índices, ícones e símbolos, e atrás tratados.
9. Os signos diferenciam-se pelo comportamento que estipulam no destinatário. Esta classificação deve-se sobretudo a Charles Morris e à sua aceção behaviorista da semiótica. Morris faz a distinção entre signos identificadores, designadores, apreciadores, prescritores e formadores. Os signos identificadores são similares aos índices de Peirce, os designadores são os signos que significam as características de uma situação espaço-temporal. Os apreciadores significam algo dotado de um estado preferencial em relação ao comportamento a ter. Os prescritores comandam um comportamento e, finalmente, os formadores são os signos que, aparentemente privados de significado, servem para conectores aos signos complexos. Tradicionalmente são conhecidos por sincategoremáticos.
10. Os signos diferenciam-se pelas funções do discurso. A classificação mais conhecida neste âmbito é a de Jakobson que distingue seis funções da linguagem e que por conseguinte está na base de seis tipos diferentes de signo. São essas funções a referencial, em que o signo se refere a qualquer coisa, a emotiva, em que o signo pretende suscitar um resposta emotiva, fática, em que o signo visa manter a continuidade da comunicação, a imperativa, em que o signo transmite uma injunção, a metalinguística, em que os signos servem para designar outros signos e, finalmente, a estética, em os signos se usam para suscitar a atenção sobre o modo como são usados, fora do falar comum.

Capítulo 2

História da semiótica

2.1 Os Antigos: gregos e os estóicos. Galeno.

Apesar da semiótica ser ainda uma muito jovem ciência, a reflexão sobre o signo e a significação é tão antiga quanto o pensamento filosófico. Testemunho dessas investigações é o diálogo platônico Crátilo, que tem precisamente por subtítulo “Sobre a justeza natural dos nomes”,¹ assunto que Sócrates, Hermógenes e Crátilo tratarão de investigar. A questão que aí se coloca aos três personagens é muito simples: as palavras nomeiam as coisas mercê de um acordo natural com os entes, ou, pelo contrário, a atribuição dos nomes é apenas fruto de uma convenção arbitrária?

Hermógenes e Crátilo discutem à cerca da justeza e exactidão dos nomes, Crátilo defendendo que estes existem em conformidade com a natureza das coisas; Hermógenes que são resultado de imposição convencional. Sócrates, chamado em pleno debate, vai tentar aclarar a questão. É Hermógenes quem expõe primeiramente a sua tese, que Sócrates começa metodicamente a destruir, obrigando-o a reconhecer que há discursos verdadeiros e falsos, que nomeiam com verdade e com falsidade, e que se tal sucede

¹Platão, *Cratyle*, 1998, Flammarion, Paris, p. 65.

com os discursos, terá também de suceder com as suas mais pequenas partes, as palavras. Hermógenes bem argumenta com a diversidade das línguas, constatando que os gregos das diversas cidades nomeiam de formas diferentes, o mesmo sucedendo com os bárbaros, e que portanto o nome atribuído à coisa num determinado momento é o seu nome verdadeiro; mas Sócrates habilmente leva-o a concordar que as coisas e as acções possuem uma certa realidade independente do homem e uma identidade consigo próprias. Ora enunciar é uma espécie de acto, e portanto pode ser praticado de acordo com a sua natureza própria, independentemente de quem nomeia, ou não.

A tese da convencionalidade dos nomes fica praticamente desfeita. Estabelecidas pelo legislador, as palavras são formadas de olhos postos nos objectos, fixando em sons e em sílabas o nome adequado de cada objecto e sendo tal trabalho supervisionado pelo dialéctico. Sócrates dá razão a Crátilo de que há uma relação natural entre os nomes e as coisas que nomeiam e de que só quem presta atenção a essa relação pode dar o nome a uma coisa. Hermógenes porém não está satisfeito; na verdade sente-se confuso e pede a Sócrates alguns exemplos de tais nomes naturais aos objectos, o que o leva a uma incursão sobre a etimologia de diversas palavras, e também sobre o significado de certos sons ou letras, para concluir que todos se adequam naturalmente à coisa representada.

Sócrates tratará depois de destruir a posição de Crátilo. Por um lado, sendo a formação dos nomes uma arte, é de admitir a existência de artistas mais ou menos hábeis, e portanto de nomes mais ou menos justos; por outro, como o nome é imitação de um objecto, não o próprio objecto, a possibilidade de erro ao nomear é muito real. Depois, o mesmo tipo de análise etimológica que serviu para rebater Hermógenes é utilizada por Sócrates para mostrar que muitos nomes têm letras que não possuem semelhança com a coisa representada, e que aqui, no estabelecimento da significação, intervém necessariamente uma certa convenção. Ora a virtude dos nomes é ensinar e instruir, mas aquele que se guia

pelos nomes para conhecer as coisas expõe-se a grandes riscos, precisamente porque a sua total semelhança com as coisas não foi demonstrada; portanto a única via para o conhecimento é examinar as coisas por si mesmas, não pelos seus nomes. Embora esboçando incipientemente aqui a teoria das ideias, Sócrates não expõe propriamente uma doutrina, e não chega sequer a demover Crátilo da sua posição. O papel do nome na cognoscibilidade dos entes vai ser tratado na VII Carta, um pequeno texto onde Platão confessa as razões do seu desencanto pela vida política, e explica o que o levou a não mais tentar intervir activamente nela, dedicando-se em vez disso à filosofia. A passagem em questão é um violento manifesto contra a escrita, fundamentada com argumentos gnosiológicos. Há quatro instrumentos por meio dos quais se pode conhecer tudo o que existe: o nome, a definição, a imagem, e o próprio conhecimento; em quinto lugar Platão coloca a coisa em si. O conhecimento procede por graus, do nome para a coisa em si; e para ilustrar o funcionamento deste processo, Platão dará o célebre exemplo do círculo.²

De qualquer forma o importante aqui a reter é a posição de extrema fragilidade e subalternidade conferida à linguagem. Nenhum homem que não tenha de algum modo atingido o quarto grau do saber pode reclamar-se do conhecimento da coisa em si. Por tudo isto, o homem não tentará exprimir os seus conheci-

²“Círculo (eis uma coisa expressa, cujo nome é o mesmo que acabo de pronunciar. Em segundo lugar, a sua definição é composta de nomes e verbos: o que tem as extremidades a uma distância perfeitamente igual do centro. Tal é a definição do que se chama redondo, circunferência, círculo. Em terceiro lugar o desenho que se traça e que se apaga, a forma que se molda no torno e que se acaba. Mas o círculo em si, com o qual se relacionam todas estas representações, não prova nada de semelhante, pois é outra coisa completamente diversa. Em quarto lugar, a ciência, a inteligência, a verdadeira opinião, relativas a estes objectos, constituem uma classe única e não residem nem em sons pronunciados, nem em figuras materiais, mas sim nas almas. É evidente que se distinguem, quer do círculo real, quer dos três modos que referi. Destes elementos é a inteligência que, por afinidade e semelhança, mais se aproxima do quinto elemento; os outros afastam-se mais.” Platão, *Cartas*, Lisboa: Editorial Estampa, 1980, pp. 74-75.

mentos através desse instrumento tão frágil que é a linguagem, e menos ainda nessa forma indelével que é a escrita. É que o nome não é algo que pertença às coisas com permanência, antes estas podem ser denominadas pelos homens *ad libitum*. Este argumento serve igualmente para a definição, que é composta de nomes e de verbos, pois “nada tem de suficientemente sólido.”³

Todas estas formas de conhecimento – e dela os nomes são as mais humildes – são de molde a enredar o homem de perplexidade em perplexidade; e muita da confusão que observamos no pensamento dos filósofos pode ser resultado da “obscuridade destes quatro elementos”.⁴

Eles são, todavia, a única forma de aceder ao conhecimento, e Platão admite que depois de um longo esforço de ascese a verdade pode, resplandecente, revelar-se ao homem.⁵

Aristóteles no *Peri hermeneias* resolve o problema que ocupa Platão no Crátilo, definindo o nome como som vocal que possui uma significação convencional, sem referência ao tempo e do qual nenhuma parte possui significação quando tomada separadamente.⁶

Para além de ser claríssimo que o universo da significação ultrapassa o das palavras, tese tão segura acerca da convencionalidade radica na teoria aristotélica da linguagem, exposta também no *Peri hermeneias*.⁷

O signo linguístico, uma categoria restrita no universo mais

³*ibidem*, p. 76.

⁴*ibidem*, p. 76.

⁵*ibidem*, p. 77.

⁶Aristóteles, 1946, *De l'interprétation*, trad. de Tricot, J., Bibliothèque des Textes Philosophiques, Librairie Philosophique Jean Vrin, Paris, p. 80.

⁷Atente-se na seguinte definição aristotélica sobre a natureza do nome: “Les sons émis par la voix sont les symboles des états de l'âme, et les mots écrits les symboles des mots émis par la voix. Et de même que l'écriture n'est pas la même chez tous les hommes, les mots parlés ne sont pas non plus les mêmes, bien que les états de l'âme dont ces expressions sont les signes immédiats soient identiques chez tous, comme sont identiques aussi les choses dont ces états sont les images”. Aristóteles, *De l'interprétation*, Paris: Librairie Philosophique Jean Vrin, 1946, p. 78.

vasto das coisas que significam, é símbolo dos estados de alma, estados esses que por sua vez são imagens das coisas. Estas últimas, são iguais a si próprias, da mesma forma que os estados de alma de que as palavras são signos são, também, idênticos em todos os homens. Só a palavra, escrita ou vocalizada, é objecto de variações face aos outros dois pólos fixos da significação.

Este esboço de uma teoria da linguagem levanta mais problemas que aqueles que resolve. De facto, apenas esclarece qual a natureza da significação, convencional, não explicando qual a relação entre as coisas e os estados de alma, nem como são tais entidades psíquicas idênticas para todos os homens. O valor da sua teoria da linguagem, mais do que constituir um produto acabado, é que já equaciona a relação a três termos signos - referentes - interpretantes ou significados, e é este triângulo, ainda que com infindáveis variações terminológicas, que continuará a alimentar a reflexão semiótica até aos nossos dias.

Mas é aos estóicos que cabe, sem margem para dúvidas, o mérito de terem criado a teoria da significação mais elaborada da antiguidade. Consideram signo o objecto que põe em relação três entidades: um significante ou som, um significado ou *lekton*, que é uma entidade imaterial, e o objecto que é uma realidade exterior referida pelo signo. O *lekton* é, segundo Todorov, não um conceito, mas a capacidade de um significante evocar um objecto. Por isso os bárbaros “ouvem o som e vêem o homem, mas ignoram o *lekton*, ou seja, o próprio factor de esse som evocar esse objecto. O *lekton* é a capacidade do primeiro elemento designar o terceiro”.⁸

Os estóicos distinguem ainda os *lekta* completos, as proposições, dos incompletos, as palavras. Além do signo directo, teremos símbolos, ou signos indirectos quando um *lekton* evoca outro *lekton*, e estes tanto podem ser linguísticos (relação entre duas proposições) como não linguísticos (sucessão de dois acontecimentos).

No século II Galeno vai originar uma outra tradição no estudo

⁸Tzvetan Todorov, *Teorias do Símbolo*, Edições 70, Lisboa, 1979, p. 19.

dos sinais ou sintomas, a da semiótica médica, disciplina ainda hoje em uso nalguns currículos universitários, sob o nome de semiologia clínica. Médico famoso em Pérgamo, e mais tarde em Roma, constitui a fonte mais importante para conhecer as escolas médicas da antiguidade, pois embora afirmando não pertencer a nenhuma, apresenta com notável clareza nos seus tratados o estado dos debates entre “empíricos”, “dogmáticos” e “metódicos”. Sendo difícil situá-lo numa das escolas, é certo que aceita como sua a divisão da medicina em três grandes ramos: a semiótica, a terapêutica e a higiene. À arte do médico são fundamentais as operações semióticas, que actuam por observação e rememoração, porque o signo deve ser interpretado por aquele que pode atribuir-lhe significado.⁹

A semiótica é pois, de todas as competências que tocam ao médico, a primeira e mais fundamental, porque dela depende a passagem aos outros ramos e saberes da medicina.

Quanto à disciplina propriamente dita, Galeno diz que encerra duas vertentes, o diagnóstico dos fenómenos presentes e o prognóstico dos fenómenos futuros; e isto fá-lo a semiótica, arte totalmente empírica, recorrendo à observação e à memória. Signos para o médico são todos os sintomas de doença, que Galeno define como algo contra a natureza.¹⁰ Há depois três tipos de sintomas. Diagnósticos quando, a partir dos sintomas, se declara um estado; prognósticos quando, a partir de certos signos, o médico prevê o que se vai passar; e terapêuticos quando a observação dos sinais provoca a rememoração de um tratamento.

Galeno tem fundamentalmente uma preocupação semântica, já que inquire tão só pela significação dos sintomas, mas esta

⁹“Mais la connaissance qui est dans l’âme, par laquelle le médecin voit des signes, soigne et prend des precautions hygiéniques.” Galien, “Esquisse empirique”, *Traité philosophiques & logiques*, Paris: Flammarion, 1998, p. 101.

¹⁰“... l’une quelconque des choses contre nature – comme une couleur, une tumeur, une inflammation, une dyspnée, un refroidissement, une douleur, une toux – et d’appeler affection ou maladie le concours de ces symptômes.” *ibidem*, p. 104.

exige, como ele muito bem nota, também uma sintáctica, porque os mesmos sintomas acompanham várias doenças, pelo que o bom diagnóstico passa antes de mais por saber olhar à forma como tais sintomas se conjugam. Por isso a sintáctica confere um papel tão importante que só um total domínio dela permite passar com sucesso à dimensão semântica dos sintomas. A ordem dos sintomas, comuns e particulares, interessa tanto ao diagnóstico como ao prognóstico, pois também neste último caso um mesmo sintoma verificado no início ou termo de uma doença significará de formas diferentes.¹¹

De resto, o mesmo sucede na terapêutica. Pela gramática dos sinais se pode decidir da adequabilidade de uma terapia, alguns tratamentos, em geral eficazes, não convindo de forma alguma a crianças, velhos, ou pacientes muito debilitados.

2.2 Os Medievais: Agostinho, Bacon, Hispano, Fonseca e Joao de S. Tomás

Santo Agostinho passará para a história como o autor da mais bem conseguida síntese do saber do mundo antigo e, no campo da semiótica, como o impulsionador de uma tendência – o alegorismo – alicerce da mundividência do homem medieval pelo menos até ao século XVII. É certo que Agostinho é exclusivamente movido por um interesse religioso, mas este leva-o a tocar os mais diversificados campos do saber humano, incluindo a filosofia da linguagem, razões que levaram Todorov a defender, e com razão, ser ele o primeiro autor a apresentar uma verdadeira teoria semiótica. Embora com aflorações em muitos outros escritos, as obras

¹¹ - “Si quelqu’un demande ce qu’un nez aigu, des yeux creux, des batements aux tempes signifient pour le futur, nous dirons que, s’ils adviennent dans le cas d’une maladie fortement chronique signifient un dommage léger, mais s’ils adviennent au principe, ils signifient un danger de mort à très court terme.” *ibidem*, p. 107.

mais importantes para conhecer a sua teoria da linguagem são *De Magistro* e *De Doctrina Christiana*.

No diálogo *De Magistro* começa por estabelecer o estatuto do signo: as palavras são sinais das coisas; nem todos os sinais são palavras; e não podem ser sinais coisas que nada significam. O problema, aqui em disputa, é gnosiológico: podem as realidades ensinar-se por meio de sinais? Agostinho conclui que não. Em primeiro lugar, porque o sinal é sempre inferior à coisa significada (excepto em termos axiológicos); depois, porque os sinais são apreendidos pela consideração das realidades, e não o contrário. “Com efeito, quando me é dado um sinal, se ele me encontra ignorante da coisa de que é sinal, nada me pode ensinar; e se me encontrar sabedor, que aprendo eu por meio do sinal? ... Mais se aprende o sinal por meio da realidade conhecida do que a própria realidade por um sinal dado... uma vez conhecida a realidade mesma que se significa, é que nós aprendemos a força das palavras, isto é, a significação escondida no som; bem ao contrário de percebermos essa realidade por meio de tal significação”.¹²

No mestre, sendo um texto de cariz religioso e marcado por uma negatividade ou pessimismo semiológico, vemos já surgir a dimensão comunicativa dos processos de significação, que será retomada com maior fôlego em *De Doctrina*.

Este, sem dúvida o texto mais importante, é um tratado de hermenêutica que visa estabelecer regras para entender e interpretar as Sagradas Escrituras, e é composto por quatro livros, dos quais o II é exclusivamente dedicado aos signos. Santo Agostinho acaba a fazer semiótica por via das suas preocupações teológicas. Uma vez que toda a escritura é um conjunto de signos escritos, é de sumo interesse conhecer os signos que ajudem a aclarar o seu sentido. Daí que o factor de maior originalidade do tratado seja o enquadrar das questões hermenêuticas no quadro epistemológico mais vasto de uma teoria geral do signo.

Logo de início, a inversão da doutrina do *De Magistro* é evi-

¹²Agostinho de Hipona, “De Magistro”, in *Opúsculos Selectos de Filosofia Medieval*, Braga: Faculdade de Filosofia, 1984, p. 67.

dente,¹³ os signos não são já vistos como instrumentos de utilidade duvidosa, mas pelo contrário meio por excelência de aprendizagem e expressão. Signo continua a ser tudo aquilo que significa, definindo-o Agostinho como qualquer realidade material (de outra forma não produziria espécies) capaz de apresentar uma outra realidade distinta de si ao intelecto, estando o signo numa relação de substituição com a coisa significada.¹⁴

Os signos dividem-se depois em naturais e convencionais. Naturais são os que involuntariamente significam, assim como o fumo é sinal de fogo, a pegada sinal do lobo; convencionais os que foram instituídos pelo homem com o fim preciso de representar, e destes, os mais importantes são as palavras. Aqui, nova divisão. Os signos convencionais podem ainda ser próprios ou metafóricos. Próprios são-no quando denotam as coisas para que foram instituídos; metafóricos ou *translata* quando as coisas que se denominam com o seu nome servem para significar uma outra coisa.¹⁵

O signo convencional, aquele que interessa a Agostinho no âmbito do *De Doctrina*, é depois objecto de uma segunda e não menos importante definição: “Os signos convencionais são os signos que mutuamente trocam entre si os viventes para manifestar, na medida do possível, as moções da alma, como as sensações e os pensamentos.”¹⁶ Todorov acentuou bem a diferença entre estas duas definições; é ela que o leva a considerar Agostinho o autor do primeiro trabalho propriamente semiótico, porque ambas

¹³“Omnis doctrina vel rerum est vel signorum, sed res per signa discutuntur.” Agostinho de Hipona, *De doctrina cristiana*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid: La Editorial Católica, 1969, p. 58.

¹⁴“Signum est enim res, praeter speciem quam ingerit sensibus, aliud aliquid ex se faciens in cogitationem venire.” *ibidem*, p. 96.

¹⁵*ibidem*, p. 110.

¹⁶“Data vero signa sunt, quae sibi quaeque viventia invicem dant ad demonstrandos, quantum possunt, motus animi sui, vel sensa, aut intellecta quaelibet. Nec ulla causa est nobis significandi, id est signi dandi, nisi ad depromendum et traiciendum in alterius animum id quod animo gerit is qui signum dat.” *ibidem*, p. 98.

são particularmente ricas. A primeira considera a relação entre os signos e os seus objectos, e portanto move-se no âmbito da significação; a segunda acentua a relação entre locutor e auditor (relação essa que, num contexto diferente, já está presente no *De Magistro*) mediada por signos, e portanto insere-se numa perspectiva comunicacional. “A instância sobre a dimensão comunicativa é original: não existia nos textos dos Estóicos, que constituíam uma pura teoria da significação, e fora muito menos acentuada por Aristóteles, que falava, é certo, de ‘estados de espírito’, portanto, dos locutores, mas que deixava completamente na sombra esse contexto de comunicação”.¹⁷

Outra constatação importante em *De Doctrina* é que por mais vasto que seja o universo dos signos, estes cruzar-se-ão inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, com a linguagem¹⁸ – e esta, embora não explicitamente apontada, será provavelmente uma das razões que o levam a admitir como signos privilegiados as palavras (*verberato*), de que são signo as letras (*littera*) e qualquer forma de escrita.

De Doctrina é um texto fundador, não só, como já o explicitara Todorov, por insistir nas dimensões significativa e comunicacional da semiótica, mas também porque confere impulso decisivo ao alegorismo universal, forma que configura todo o saber medieval e renascentista até meados do século XVII.

Dois aspectos há a salientar na densa floresta de signos que o homem medievo habita. A pansemiotização é “selvagem” no sentido em que tudo é fala, e os significados são atribuídos de forma arbitrária recorrendo ao saber antigo e ao conhecimento enciclopédico das coisas – a regra que opera aqui é que as coisas visíveis, por semelhança, revelam as invisíveis; mas o estabelecimento dessas correlações afigura-se sempre algo delirante. De-

¹⁷*ibid.*, p. 36.

¹⁸“sed innumerabilis multitudo signorum, quibus suas cogitationes homines exerunt, in verbis constituta est. Nam illa signa omnia quorum genera breviter attigi, potui verbis enuntiare; verba vero illis signis nullo modo possem.” *ibidem*, p. 100

pois, tanto as atribuições de significado como as exegeses têm um fundamento teológico: o mundo é um conjunto de signos sabiamente dispostos pela mão de Deus e o homem seu intérprete.

Segundo Eco,¹⁹ a teoria dos quatro sentidos circulou durante toda a Idade Média: literal, alegórico, moral e analógico. Todo texto possuía, à partida, estas quatro significações, e foi esta teoria interpretativa que alimentou o gosto medieval pelo supra-sentido e a significação indirecta. A origem do alegorismo, diz, radica em Clemente de Alexandria, que propõe a complementaridade de leituras entre Novo e Velho Testamento, como forma de subtrair este último à desvalorização a que os gnósticos o tinham votado. Orígenes aperfeiçoa depois estas teses e vai distinguir entre sentido literal, moral e místico. A sua hermenêutica tende a encarar as personagens e acontecimentos do Velho Testamento como “tipos, prefigurações e antecipações do Novo”, inaugurando um tipo de interpretação mística em que “há coisas e acontecimentos que podem ser assumidos como signos ou (e é o caso da história sagrada (podem ser sobrenaturalmente dispostos para que sejam lidos como signos.”²⁰

Agostinho contribuiu decisivamente para esta promoção da proliferação de sentidos em *De Doctrina*, trabalho onde propõe, como já vimos, uma hermenêutica do texto bíblico. Isto sucede por duas razões: ao levantar o problema da tradução – o Velho Testamento não foi escrito em latim mas hebraico, que ele não lê – Agostinho sugere, para dirimir obscuridades, tanto a comparação de várias traduções como a ligação dos trechos em causa ao contexto anterior ou posterior; além disso, desconfia dos hebreus que poderiam ter corrompido o texto original por ódio à verdade.

Explica Eco: “Agostinho diz que devemos pressentir o sentido figurado sempre que a Escritura, mesmo se diz coisas que literalmente têm sentido, parece contradizer a verdade da fé, ou dos bons costumes. Madalena lava os pés a Cristo com unguen-

¹⁹Eco, Umberto, 1986, “A Epístola XIII e o Alegorismo Medieval”, *Cruzeiro Semiótico* n° 4.

²⁰*ibidem*.

tos olorosos e enxuga-os com os seus cabelos. É possível que o Redentor se submeta a um ritual tão pagão e lascivo? Claro que não. Portanto a narração representa algo de diferente. Mas devemos pressentir o segundo sentido também quando a Escritura se perde em superfluidade ou põe em jogo expressões literalmente pobres”.²¹

última regra, portanto: deve-se suspeitar de sentido segundo também para as expressões semanticamente pobres, nomes próprios, números e termos técnicos, que estão, evidentemente, por outra coisa – e daqui surge o gosto pela hermenêutica numerológica e a pesquisa etimológica.

Claro que tendo por base tais pontos de partida, muito rapidamente a pansemiose metafísica extravasa os limites da exegese bíblica e o próprio mundo passa a ser olhado como colectânea de símbolos portadores de um excesso de sentido que urge decifrar. A leitura simbólica deixa de ser exercida apenas sobre a Bíblia, e passa a ser aplicada directamente sobre o mundo que rodeia o homem – este mundo é visto como uma imensa colectânea de símbolos abertos à interpretação, em que as coisas visíveis possuem semelhança e analogia com as invisíveis. O alegorismo universal típico da Idade Média não é mais, portanto, do que uma visão semiotizada do universo, em que cada efeito é tomado como sinal da sua causa, e portanto como signo aberto à exegese mística. “O alegorismo universal representa uma maneira fabulosa e alucinada de olhar para o universo, não por aquilo que aparece, mas por aquilo que poderia sugerir”.²²

Consequência mais visível de tal mundividência é o modelo gnosiológico medievo que parte do comentário, da ruminação, da tentativa de passar da parte ao todo, do visível ao invisível, tema a que Michel Foucault dedicou belas páginas.²³

O detalhado comentário de Boécio (480-524) ao *De Interpretatione* aristotélico influenciou toda a Idade Média no que respeita

²¹*ibidem.*

²²*ibidem.*

²³Foucault, Michel, *As palavras e as coisas*, Lisboa: Edições 70, 1966.

à teoria dos sinais, mas após Agostinho, o mais próximo que se esteve de criar uma semiótica na Idade Média foram os trabalhos de lógica sobre a *suppositio* (que é uma teoria da referência) dos séculos XII e XIII.²⁴

Desenvolve-se por esta altura uma série de *gramáticas especulativas* preocupadas com a referência e a semântica, isto é, o *modus significandi*, a forma como o signo *está por*, e significa uma outra coisa que não ele próprio.

A Roger Bacon (1214-1293) atribui-se o primeiro tratado especificamente dedicado aos signos, *De Signis*, onde elabora uma classificação de todos os tipos de signo, e aparece pela primeira vez a significação considerada no seu carácter extensional, dirigida a *res extra animam*.²⁵

O debate medieval sobre a *suppositio* e a significação passa por Abelardo, Alberto Magno, Guilherme de Shyreswood, Duns Escoto, Ockham, João Buridan e outros lógicos deste período. Mas passa também pelos escolásticos portugueses que do século XII ao Renascimento investigaram – e com assinalável sucesso – rigorosamente os mesmos temas.

Pedro Hispano (1220-1277, Papa João XXI) lógico e médico de renome, ficou famoso com as *Summulae Logicales*, onde considera as diferentes classes de signos, a significação e a *suppositio*.²⁶ *Petrus Hispanus* ficou muito justamente célebre por este seu tratado de lógica – onde esboça uma a teoria da significação

²⁴. BROWN, Stephen, “Sign Conceptions in Logic in the Latin Middle Ages”, *in Semiotics, A Hand-Book on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*, vol. 1, 1997, Walter de Gruyter, New York, p. 1037; e ainda sobre a *suppositio* KNEALE, William & Martha, *O Desenvolvimento da Lógica*, 1972, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

²⁵. DASCAL, Marcelo & DUTZ, Klaus, “The Beginnings of Scientific Semiotics”, *Semiotics, A Hand-Book on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*, vol. 1, 1997, Walter de Gruyter, New York, p. 750.

²⁶. Pedro divide a *suppositio* em *discreta* e *communis*; e esta em *naturalis* e *accidentalis*; a *accidentalis*, por sua vez, em *simplex* e *personalis*; esta última em *determinata* e *confusa*; e a *confusa* em *necessitate signi* e *necessitate rei*. Cf. KNEALE, William & Martha, *O Desenvolvimento da Lógica*, 1972, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 268.

e aborda a *suppositio* – que foi o manual seguido na maioria das escolas e universidades até ao século XVI, e de tal forma popular que contou com 260 edições no período compreendido entre 1474 e 1630.²⁷ Signo verbal é aí definido como “*vox significativa ad placitum*”, a qual “*ad voluntatem instituentis aliquid representat*”, distinguindo-se assim da “*vox non-significativa que auditui nihil representat, ut buba*”, e ainda dos signos naturais, como os gemidos ou o ladrar de um cão. As unidades significativas podem depois ser simples (nomes e verbos) ou compostas (oração e proposição). O significado é a representação de uma coisa por meio de um som vocal convencional; de forma que o signo verbal resulta formado por um som vocal significante, e uma representação ou significado.

A suposição é constituída pelo facto de um termo estar no lugar de uma coisa, “*est acceptio termini substantivi pro aliquo*”. É porque é formado de *vox* e *significatio* que o signo pode referir-se a outra coisa sob um qualquer aspecto, *supponere*. Significar, é função da *vox*; estar por, é função do signo composto por *vox* e *significatio*, distinguindo-se assim a significação da coisa significada.²⁸

Também Pedro da Fonseca, nas *Instituições Dialécticas*, se ocupará da *suppositio*, e dos tipos e divisões de signos, e ocupará algumas páginas com o tema.²⁹ Fonseca distingue três géneros de nomes e de verbos: construídos pela *mente*, pela *voz*, e pela *esc-*

²⁷. Segue-se de perto, nesta exposição, o trabalho de Augusto **PONZIO**, “La semantica di Pietro Hispano”, in *Linguistica Medievale*, Adriatica Editrice, 1983, Bari.

²⁸ - “Differunt autem suppositio et significatio, quia significatio est per impositionem vocis ad rem significandam, suppositio vero est acceptio ipsius termini iam significantis rem pro aliquo. Ut cum dicitur ‘homo currit’, iste terminus ‘homo’ supponit pro Socrate vel pro Platone, et sic de aliis. Quare significatio prior est suppositione. Neque sunt eiusdem, quia significare est vocis, supponere vero est termini iam quasi compositi ex voce et significatione. Ergo suppositio non est significatio”, *Ibidem*, p. 134.

²⁹ - **FONSECA**, Pedro, *Instituições Dialécticas*, trad. Joaquim Ferreira Gomes, Instituto de Estudos Filosóficos, 1964, Universidade de Coimbra.

rita; sendo os da voz signo dos que estão na mente; e os escritos signo dos que estão na voz. Tais signos podem ainda dividir-se em *formais*, isto é, imagens das coisas significadas gravadas no intelecto; e *instrumentais*, ou seja, “coisas que, postas à frente das potências cognoscentes, conduzem ao conhecimento de outra”.³⁰ Os sinais podem ainda ser *naturalibus* ou *ex instituto*, sendo os primeiros os que, pela sua natureza, têm a propriedade de significar algo, como o riso é sinal de alegria, e o gemido de dor; e os segundos aqueles que significam por imposição, como as palavras, ou por um costume amiudemente repetido.

Mas é João de São Tomás, nascido em Lisboa em 1589, quem levará estas divisões e classificações ao máximo detalhe, sendo considerado por Deely³¹ o autor do primeiro tratado de semiótica de que há notícia.

O *Tratado dos Signos*,³² que ocupa perto de centena e meia de páginas do *Curso Filosófico*, apresenta como inovação mais radical o facto de pela primeira vez encarar a semiótica como uma problemática autónoma da qual todos os outros tipos de conhecimento dependem: as modelizações do mundo dependem do uso adequado de signos formais, enquanto os domínios que se prendem com a intersubjectividade e com as formas de comunicação estão dependentes dos signos instrumentais. Para João de São Tomás a semiose é condição prévia à interacção com o mundo e, já num patamar superior de percepção, à comunicação entre indivíduos.

Como “...*in universum omnia instrumenta quibus ad cognoscendum et loquendum utimur, signa sunt, ideo, ut logicus exacte*

³⁰ - *Ibidem*, p. 35

³¹. Cf. DEELY, John, *Tractatus De Signis — The Semiotic of John Poinsett*, 1985, University of California Press, Berkeley; e *Introdução à Semiótica, História e Doutrina*, 1995, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

³². Acompanho de perto nesta exposição a Introdução à edição do *Tractatus de Signis* que publiquei em 2001. TOMÁS, João de São, *Tratado dos Signos*, 2001, trad., introd. e notas de Anabela GRADIM, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

cognoscat instrumenta sua, oportet quod etiam cognoscat quid sit signum" constitui o cerne do programa de estudos que orienta a exploração do *Tratado*, a semiótica é tomada como ciência com carácter propedêutico relativamente a todas as outras. Consequentemente, João de São Tomás acaba por identificar, por via dos signos formais, toda a vida psíquica com processos semiósicos.

Por outro lado, fruto da importância que atribui à semiótica, é notável a extensão e o vigor da sua preocupação semiológica, e esta é também uma inovação radical inteiramente da lavra de João de São Tomás. O *Tratado dos Signos* ocupa perto de centena e meia de páginas do *Curso Filosófico*, facto que só assume o devido relevo se se recordar que, pouco antes, Pedro da Fonseca, nas *Instituições Dialécticas*, dedica apenas perto de cinco páginas a analisar o signo e os problemas com ele atinentes.

A primeira preocupação do *Tratado dos Signos*, seguindo aliás uma terminologia já estabelecida na escolástica peninsular, é taxonómica. Os tipos e qualidades de signos segundo João de São Tomás são analisados no segundo artigo das Súmeras, no início da *Ars Logicae*. Signo é definido como aquilo que representa à potência cognoscente alguma coisa diferente de si, fórmula que encerra uma crítica explícita à definição agostiniana de signo, a qual ao invocar uma forma (*species*) presente aos sentidos, se refere ao signo instrumental, mas não ao formal, que é interior ao cognoscente e portanto nada acrescenta aos sentidos. É assim que no domínio da significação, aquele onde surgem os diversos tipos de signos, só se pode operar formalmente e instrumentalmente, porque significar é tornar alguma coisa distinta de si presente ao intelecto, e desta forma o acto de significar exclui a representação — porque aí uma coisa "significa-se" a si própria.

É nesta crítica explícita de Agostinho que o projecto de João se virá a assumir como uma proposta semiológica suficientemente abrangente para ser considerada moderna, pois pela primeira vez se intenta fornecer uma explicação completa dos fenómenos semióticos. Ao considerar estas duas e tão distintas espécies de signos o trabalho do Doutor Profundo contempla, simultaneamente,

a vertente da significação — aquilo pelo qual o signo significa algo, e a forma como nos permite estruturar a experiência humana —, e a da comunicação — enquanto veículos que servem a tornar o objectivo e o subjectivo intersubjectivo.³³ Ao estabelecer que nem só aquilo que representa outro de forma sensível é signo, consegue-se unir na mesma ordem de fenómenos semióticos palavras e ideias, vestígios e conceitos, os quais servem, respectivamente, para comunicar e para estruturar uma imagem do mundo.

João de São Tomás divide e classifica os diversos tipos de signos, que se situam no domínio da significação, adoptando duas perspectivas distintas. Da perspectiva do sujeito cognoscente, enquanto o signo é encarado na sua relação ao intelecto que conhece, divide-se o signo em *formal* e *instrumental*. O signo formal é constituído pela apercepção, que é interior ao cognoscente, não é consciente e representa algo a partir de si. Tem portanto a capacidade de tornar presentes objectos diferentes de si sem primeiro ter ele próprio de ser objectificado. O signo instrumental é o objecto ou coisa que, exterior ao cognoscente, depois de conscientemente conhecido lhe representa algo distinto de si próprio.

A segunda perspectiva adoptada por João de São Tomás para classificar os signos é o ponto de vista em que estes se relacionam ao referente. Desta perspectiva, dividem-se os signos em *naturais*, *convencionais* e *consuetudinários*. O signo natural é o que pela sua própria natureza significa alguma coisa distinta de si, e isto independentemente de qualquer imposição humana, razão pela qual significa o mesmo junto de todos os homens. O signo convencional é o que significa por imposição e convenção humana, e assim não representa o mesmo junto de todos os homens, mas só significa para os que estão cientes da convenção. O signo consuetudinário é o que representa em virtude de um costume muitas

³³. Recorde-se que Todorov considerava estas duas características a pedra de toque de um projecto semiótico que se distinguisse do tratamento dado ao tema pelos antigos.

vezes repetido, mas que não foi objecto de uma imposição pública explícita.

Depois das definições introdutórias dadas nas Súmerulas, João de São Tomás passa a explicar em que consistem as relações *secundum esse / secundum dici*, que utiliza para analisar os signos, conceitos estes que se filiam directamente na doutrina aristotélica sobre o tema. Contra os nominalistas e os que defendem que só existem relações *secundum dici*, isto é, relações que são formas extrínsecas aplicadas às coisas como numa comparação, João de São Tomás vai sustentar que já Aristóteles estabeleceu a existência de relações *secundum esse*, isto é, relações cujo carácter fundamental é ser para outra coisa, não à maneira de uma denominação extrínseca, mas enquanto traço essencial do seu próprio modo de existir. É assim que os termos cuja *substância* é a de serem ditos dependentes de outros ou a eles referenciáveis são relativos *secundum esse*. Pelo contrário, as relações *secundum dici* são aquelas onde subsiste alguma coisa de relativamente independente — *absoluto* — entre os relacionados, e portanto a totalidade do seu ser não é ser para outro; ao passo que nas relações *secundum esse* todo o seu ser consiste nesse ser para outro, como sucede por exemplo, no caso da semelhança ou da paternidade, pois toda a essência de tais relações se orienta para o termo, de forma que desaparecendo o termo, a própria relação não subsiste; mas quando existe, possui realidade ontológica autónoma e própria, isto é, independentemente de ser ou não conhecida.

Para João de São Tomás, a relação é uma categoria que se distingue das restantes formas. Em primeiro lugar, está mais dependente e requer com maior necessidade o fundamento, porque é movimento de um sujeito em direcção a um termo, enquanto as outras categorias retiram a sua entitatividade e existência do sujeito. Depois, a relação não depende nem pode ser encontrada num sujeito da mesma forma que as outras categorias, mas depende essencialmente do fundamento que a coordena com um termo e a faz existir "como uma espécie de entidade terceira". A relação transcendental ou *secundum dici* é portanto uma forma

assimilada ao sujeito que o conota com algo extrínseco, ao passo que na ontológica ou segundo o ser, a essência da relação é ser relação.

Outra categoria importante é a diferença entre relações reais e de razão, e é aqui chegado que João de São Tomás lança finalmente luz sobre o mecanismo, a lógica das relações, que lhe vai permitir dar conta de todos os tipos de signos que já enumerou. A divisão entre relações reais e de razão só é encontrada nas relações segundo o ser, diz. As relações segundo o ser podem então ser reais ou de razão, sendo que, no caso de uma relação *secundum esse* real e finita nos encontramos perante uma relação categorial.

O signo, como bem se ilaciona da própria definição, pertence à ordem do relativo. Mas não só. Preenche, além disso, todas as condições para ser relativo *secundum esse*, e é ao inseri-lo nesta categoria de seres cuja essência é orientarem-se para um termo, que João descobre uma forma satisfatória de explicar o seu estatuto ontológico, sem comprometer as posições gnosiológicas e metafísicas que, como bom tomista, perfilha. Se nos relativos *secundum esse* se podem dar tanto relações reais como relações de razão, então as relações segundo o ser são a estrutura ideal para abranger tanto os signos naturais como os convencionais. Une-se assim numa mesma categoria as ordens opostas do que é real e do que é de razão, que é precisamente a forma como, funcionando na sua vertente significativa e comunicativa, os signos se entrelaçam com o mundo.

É o facto de a ordem das relações *secundum esse* unir em si tanto o que é real como o que é de razão, que vai permitir a explicação cabal de todos os sistemas e tipos de signos, porque signos há que constituem com os seus objectos relações reais, caso dos naturais; e outros relações de razão, caso dos convencionais. Ora todos são relações segundo o ser – isto é, a sua essência é serem para outra coisa.

Estabelecido este mecanismo, já se pode afirmar que a relação do signo natural ao objecto é necessariamente real, e não de razão,

porque é fundada em algo real, proporção e conexão com a coisa representada — assim se explica que a pegada do lobo represente antes o lobo que a ovelha — embora depois ao representar à potência, objectificando-se, o signo estabeleça com ela uma relação de razão.³⁴ Esta dupla relação do signo, ao referente e ao intelecto que conhece, oferece razão para equívocos, diz João de São Tomás, pois não poucos autores, ao verificarem que a apreensibilidade do signo é uma relação de razão “julgam que a própria razão do signo é simplesmente uma relação de razão”. Mas já na ligação dos signos convencionais ao objecto, essa relação é, sem qualquer dificuldade, de razão, fundada na instituição “pública” de uma convenção.

No final do *Livro I*, no resumo e apanhado geral que se segue a todos os capítulos, João de São Tomás insiste fundamentalmente na importância da definição de signo, nas condições requeridas para que alguma coisa seja signo, e como distinguir entre um signo e outros manifestativos que não o são — caso da imagem, da luz que manifesta as cores ou do objecto que se manifesta a si mesmo: é que o signo é sempre inferior ao que designa, porque no caso de ser igual ou superior destruiria a essência do signo. É por esta razão que Deus não é signo das criaturas, embora as represente, e uma ovelha nunca é signo de outra ovelha, embora possa ser sua imagem. Assim, as condições necessárias para que algo seja signo são a existência de uma relação para o objecto enquanto algo que é distinto de si e manifestável à potência; é ainda necessário que o signo se revista da natureza do representativo; deverá também ser mais conhecido que o objecto em relação ao sujeito que o apreende; e ainda inferior, mais imperfeito, e distinto, que a coisa que significa.

³⁴. A realidade de tal relação tem fundas implicações gnosiológicas, já que nela reside a cognoscibilidade dos entes. “(...) Para que alguma coisa em si própria seja cognoscível, não pode ser simples produto da razão; e que seja mais cognoscível relativamente a outra coisa, tornando-a representada, é também alguma coisa real no caso dos signos naturais. Logo, a relação do signo, nos signos naturais, é real”, afirma João de São Tomás.

O *Livro II*, ou *Quaestio XXI*, trata não já da natureza do signo mas das suas divisões. Temas fundamentais dos seis artigos que constituem a *Quaestio* são a adequabilidade da divisão de signo em formal e instrumental; se os conceitos, as espécies impressas e o próprio acto de conhecer pertencem à categoria dos signos formais; se é apropriada a divisão dos signos em naturais, convencionais e consuetudinários; e se o signo consuetudinário é verdadeiramente um signo, ou pode reduzir-se à categoria dos convencionais.

No *Livro III*, o último do *Tractatus*, João de São Tomás dedica-se, em quatro questões, a aclarar o estatuto das apercepções e conceitos. E o primeiro problema que o ocupa é saber se as apercepções de uma coisa presente (intuitiva) e ausente (abstractiva) são distintas. A apercepção intuitiva exige a presença real e física da coisa apercebida, não apenas a intencional, devendo o seu objecto encontrar-se *extra videntem*. Assim, a forma mais comum e adequada de distinguir entre a apercepção intuitiva e abstractiva é, precisamente, a que considera o termo da cognição como ausente ou presente.

A questão seguinte trata de apurar se pode existir nos sentidos externos um conhecimento intuitivo de coisas fisicamente ausentes, ou seja, se pode ocorrer aí uma apercepção abstractiva. A resposta à questão é negativa: a apercepção intuitiva exige não só a presença objectiva (enquanto conhecida) do objecto, mas também a sua presença física. Por razões semelhantes, também nos sentidos externos é impossível encontrar apercepções de coisas fisicamente ausentes.

Saber se os conceitos reflexivos (aqueles pelos quais o homem conhece que conhece — o seu objecto é o próprio acto cognitivo da potência) e os conceitos directos (aqueles pelos quais se conhece algum objecto, sem reflectir sobre o próprio acto de conhecer), se distinguem realmente e, caso a resposta seja afirmativa, qual é a causa da diferença entre eles, é o problema que a seguir ocupa João de São Tomás. Sobre isto o dominicano defenderá que as potências intelectivas, mas não as sensitivas, podem

reflectir sobre elas próprias, pois como o intelecto diz respeito universalmente a todos os seres, também dirá, forçosamente, respeito a si próprio.

A distinção entre *conceito ultimado* e *não ultimado* pode ser encarada de dois pontos de vista. Em geral, diz-se ultimado um conceito que seja termo, isto é, aquilo no qual cessa a cognição, onde esta subsiste e se mantém, e não ultimado o conceito através do qual a cognição tende para um termo; adoptando uma perspectiva diversa — a dos dialécticos — e designando exactamente o mesmo objecto, chama-se conceito ultimado àquele que versa sobre as coisas significadas (que são termo) e não ultimado ao que se debruça sobre as próprias expressões ou palavras significantes.

De resto a diferença entre ultimado e não ultimado é meramente formal, já que não nos encontramos perante uma distinção essencial entre os dois conceitos, mas uma diferença a que João de São Tomás chama "pressupositiva", uma vez que se toma não da própria natureza dos conceitos, mas dos objectos acerca dos quais versam, que, esses sim, são distintos, sendo um a coisa presente *in re*, e outro as palavras destinadas a exprimi-la.

Até aqui, as distinções são bastante simples. As dificuldades começam a surgir quando se trata de apurar se um conceito não ultimado da voz, ou seja, uma expressão linguística, representa apenas a própria expressão, ou se representa tanto a expressão como o seu significado, significado esse que, temos de supô-lo, é distinto da própria coisa significada, caso em que estaríamos perante um conceito ultimado.

Em princípio, diz João de São Tomás, a significação terá, de algum modo, de ser envolvida no conceito não ultimado, porque "se a voz é nuamente considerada como um certo som feito por um animal, é evidente que pertence a um conceito ultimado, porque deste modo é considerada enquanto é um tipo de coisa, isto é, do modo como a Filosofia trata aquele som". E este será o ponto de vista defendido pelo mestre lisbonense na derradeira questão do *Tratado dos Signos*, de que a significação está e é representada no conceito não ultimado, embora o cognoscente não necessite

atingir a convencionalidade da significação, a “relação de imposição”, mas basta que lhe seja representado que tal significação existe. É o que sucede no caso de um homem ouvindo uma expressão cujo significado não compreende, sabendo, todavia, que tal significado existe.

São portanto os signos veículo único e fundamental de condução do extramental à alma, e da própria alma se inteleccionar a si inteleccionando. A investigação semiótica de João de São Tomás, ou inquirição da natureza e essência dos signos constitui-se como um programa perfeitamente moderno e completo, dando conta simultaneamente, e depois de estabelecer convenientemente o estatuto ontológico dos signos, dos processos de comunicação, significação e constituição de uma imagem do mundo. Para tal João irá estudar as relações entre os signos e os seus intérpretes (relações simultaneamente *secundum dici* e de razão); entre os signos em geral e o que estes designam (relações *secundum esse*); e ainda entre os próprios signos entre si. Desta lógica das relações que elabora, utilizando para o efeito proposições primitivas ou signos isolados, se pode partir para o estudo da Lógica propriamente dita, que se debruça sobre as linguagens e os raciocínios, complexos sígnicos elaborados que obedecem às mesmas regras que qualquer veículo sígnico encarado isoladamente.

Em termos de concepção, o *Tratado dos Signos* destina-se a explicitar e desvelar, utilizando esta lógica das relações, a peculiaridade dos fenómenos perceptivos, a sua ligação com a estrutura ontológica do mundo, e a maneira como é possível traduzi-la e plasmá-la em formas expressivas palpáveis e, mais importante ainda, comunicáveis a outrem.

Toda a arquitectura do *Tractatus* se orienta assim numa tentativa de, permanecendo fidelissimamente discípulo de São Tomás, explicar e fundamentar, através de um mecanismo preciso e funcional, a totalidade dos processos de significação. João concede um estatuto claro a estes fenómenos, salvando o realismo e a cognoscibilidade dos entes. O *Tractatus* é central a toda a *Ars Logicae* devido precisamente a este seu papel fundador, pois trata

de um tema anterior a todas as restantes operações da lógica, que dele passarão a depender.

2.3 Os Modernos: Locke, Condillac, Lambert, Kant, e Humboldt

Sucedo neste caso o mesmo que com Agostinho: embora tenha vivido em pleno século XVII, podemos considerar que João de São Tomás, que é um medieval no estilo, espírito e convicções, encerra o debate sobre o signo tal como foi admitido pela escolástica. A partir daqui, do final da Idade Média, é menos rica a tradição, e menos vivo o debate, que culminará em Locke, o autor que virá a cunhar o termo semiótica, e que conduz a Peirce e a Saussure e ao projecto que ambos tinham de a fundar como ciência.

No período que medeia entre Dante e Humboldt não há nem uma disciplina nem uma direcção de investigação filosófica a que se pudesse chamar “filosofia da linguagem”.³⁵ Se há um ponto unificador do trabalho dos modernos é a crítica ao “verbalismo” escolástico e a desconstrução da pansemiose metafísica que desde Agostinho percorre toda a Idade Média, e de que é exemplo Francis Bacon (1561-1626).³⁶ O que caracterizará então a semiótica até ao século XVIII é, além da crítica ao escolasticismo, a tentativa de construir sistemas semióticos artificiais, de que a *Mathesis*

³⁵. TRABANT, Jurgen, “Sign Conceptions in the Philosophy of Language from the Renaissance to the Early 19th Century”, in *Semiotics, A Hand-Book on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*, vol. II, 1998, Walter de Gruyter, New York, p. 1270-1279.

³⁶. “The critique of the Renaissance’s all embracing conception of the universe (and of language therein) as a network of natural analogical “signs”, whose deciphering is what science is all about, leads to suspicion towards “semiotic” theories of scientific method”, DASCAL, Marcelo & DUTZ, Klaus, “The Beginnings of Scientific Semiotics”, *Semiotics, A Hand-Book on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*, vol. 1, 1997, Walter de Gruyter, New York, p. 753.

Universalis ou *Ars Combinatoria*, de Leibniz (1588-1679) será expoente máximo.³⁷

A semiótica, como termo e como ciência claramente enunciada verá finalmente a luz do dia com o trabalho de John Locke (1632-1704) e o seu *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*,³⁸ onde procede a uma divisão tripartida das ciências. O primeiro ramo é a *Física* ou *Filosofia Natural*, e que se ocupa do conhecimento das coisas materiais e espirituais, “da sua constituição, propriedades e operações”.³⁹ O segundo tipo de objectos que caem sob o âmbito do entendimento humano é “a procura daquelas regras e medidas das acções humanas que conduzem à felicidade”, ou seja, “aquilo que o próprio homem deve fazer como agente racional e dotado de vontade para alcançar (...) a felicidade” – a *Ética*, que já não é uma ciência especulativa interessada na verdade, mas ciência prática ocupada com a justiça e ideais de conduta. Terceira e última divisão das ciências: *Semiótica* ou *Lógica*, entendida como doutrina dos sinais, sendo os principais de entre eles as palavras. O tema da Semiótica, para Locke, serão os sinais de que o homem faz uso para compreender as coisas ou comunicá-lo. É manifesto que o intelecto não conhece nem opera com as coisas elas próprias, mas somente com a sua representação que ocorre por meio de sinais – também a semiótica lockiana encerra a dupla vertente gnosiológica/de significação, e comunicacional.

Dividem-se pois as ciências e todos os objectos que podem cair sob o entendimento humano “em três grandes províncias do mundo intelectual, totalmente separadas e distintas umas das outras” em: “*coisas*, quando são cognoscíveis em si mesmas; *acções*,

³⁷. “Leibniz’s linguistic thought , in complete sympathy with the rich diversity of human languages, remains oriented to the unity behind the diversity, to the possibility of the construction of an – at least written – universal scientific language, of a *characteristica universalis*”, *idem*, p. 1275.

³⁸. LOCKE, John, *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, vols. I e II, 1999, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

³⁹. *Idem*, p. 999.

enquanto dependem de nós em ordem à felicidade; e o devido uso dos *sinais* em ordem ao conhecimento”.⁴⁰

Além da cunhagem do termo semiótica – que não aparece nos antigos ou medievais – e da precisa demarcação do âmbito e estatuto da novel ciência – é-lhe concedida uma importância e estatuto inteiramente novos, pois já não é encarada como uma ciência auxiliar, mas como uma das três grandes províncias do entendimento humano –, o projecto de Locke pouco mais acrescenta à filosofia da linguagem.

A *gramática de Port-Royal* (1660) representa uma tentativa de explicar os elementos comuns a todas as línguas, mas move-se essencialmente no quadro da semiótica traçado por Aristóteles no *De Interpretatione*, ao qual a segunda parte é dedicada, e não apresenta inovações de monta no que à história da semiótica diz respeito.⁴¹

O *Novo Organon*, de Johann Heinrich Lambert (1728-1777) divide os conhecimentos humanos em quatro disciplinas: *Dianoilogia*, sobre as leis do pensamento ou lógica; *Aletilogia*, que se ocupa da verdade; *Semiótica*, tratando da forma de constituir

⁴⁰. LOCKE, John, *Ensaio Sobre o Entendimento Humano*, vols. I e II, 1999, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 1000.

⁴¹. Cf. MORUJÃO, Alexandre Fradique, “Lógica de Port-Royal”, in *Logos*, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, vol. IV, Verbo, Lisboa, p.336; TRABANT, Jurgen, “Sign Conceptions in the Philosophy of Language from the Renaissance to the Early 19th Century”, in *Semiotics, A Hand-Book on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*, vol. II, 1998, Walter de Gruyter, New York, p. 1274 e ss.; e KNEALE, William & Martha, *O Desenvolvimento da Lógica*, 1972, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Trata-se essencialmente, como diz Trabant, de uma “traditional aristotelian semiotic theory of language, which transfers the strict mind-body division to the division between word and idea”, *idem*, p.1274.

uma linguagem científica;⁴² e *Fenomenologia*, que se ocupa da aparência dos fenómenos.⁴³

A semiótica, na concepção que dela Lambert tem, deveria ser, idealmente, organizada de forma axiomática, pois este cria que a ciência era uma espécie de “linguagem bem formada” e o pensamento um modo de manipular signos de acordo com as regras de tal linguagem.⁴⁴ Há grandes semelhanças entre o projecto leibniziano e as descobertas de Lambert,⁴⁵ sendo que este caracteriza o signo como princípio do conhecimento, necessário não apenas para a comunicação entre os homens, mas também para o próprio pensamento, que especialmente nos assuntos mais abstractos a ele deve recorrer.⁴⁶

Figura central da semiótica iluminista é Étienne de Condillac (1715-1780), que se interessou profundamente pela origem da

⁴². Lambert caracteriza da seguinte forma a semiótica: “...dottrina della designazione dei pensieri e delle cose, è perciò la terza e deve indicare quali influssi la lingua e gli altri segni esercitino sulla conoscenza della verità e come possano essere resi utili allo scopo”, LAMBERT, *Semeiotica e Fenomenologia*, ed. CIFFARDONE, Raffaele, Piccola Biblioteca Filosofica Laterza, Editori Laterza, 1973, Roma, Bari, p. 6.

⁴³. FERREIRA, Manuel Carmo, “Lambert”, in *Logos*, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, vol III, Editorial verbo, Lisboa, p.242.

⁴⁴. “L’articolazione dell’opera in quattro parti corrisponde all’esigenza di instaurare una *mathesis universalis*, una scienza fondamentale cioè, che contenga i principi generali di tutte le scienze particolari e renda possibile da loro deduzione. Tale scienza deve costituire un sistema di assiomi i cui primi concetti e proposizioni non siano solo principi di deduzione di tutte le asserzioni ricavabili aprioristicamente da loro, ma nello stesso tempo principi fondamentali della realtà. Perché ciò sia possibile, è necessario inventare un sistema di segni in grado di rappresentare esattamente, come i segni geometrici ed algebrici, l’estensione di un concetto e di esprimerne le concessioni con altri”, LAMBERT, *Semeiotica e Fenomenologia*, ed. CIFFARDONE, Raffaele, Piccola Biblioteca Filosofica Laterza, Editori Laterza, 1973, Roma, Bari, p. XXXI.

⁴⁵. “Lambert riprende così il pensiero leibniziano della *caratteristica* e della *combinatoria*”, *idem*, p. XXI.

⁴⁶. DASCAL, Marcelo & DUTZ, Klaus, “The Beginnings of Scientific Semiotics”, *Semiotics, A Hand-Book on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*, vol. 1, 1997, Walter de Gruyter, New York.

linguagem, atribuindo-lhe uma base orgânica e biológica que radica na própria organização animal;⁴⁷ sobre o papel dos signos na vida mental; e sobre a possibilidade de uma língua bem construída que, à semelhança da álgebra, permitisse evitar os erros de pensamento e análise (Condillac identifica análise e linguagem acreditando que a linguagem comum oferece o melhor método de análise).⁴⁸

Distingue Condillac três tipos de signos: *accidentais*, isto é, objectos que circunstâncias aleatórias ligaram às ideias do homem, passando a servir como signos daquelas; *naturais*, caso das expressões onomatopaicas de alegria ou dor; e *de instituição*, ou convencionais, signos escolhidos pelo homem que têm uma ligação arbitrária às ideias que representam.⁴⁹ O signo convencional, que permite evocar a ideia de coisas não presentes, é responsável pela existência de memória no homem; este utiliza-os na actividade de pensar, e sem eles seria “como os animais” pois se nos fosse dado ver um homem que não fizesse uso de qualquer tipo de signo “vous aurez en lui un imbécile”.⁵⁰ Mas “assim que um homem começa a associar as ideias a signos que ele próprio escolheu, vemos formar-se nele a memória. Adquirida esta, começa a dispor por ele mesmo da sua imaginação e a dar-lhe novas ocupações. Pois com o concurso dos signos pode recordar-se a seu bel-prazer, despertando as ideias que lhe estão ligadas (...) E

⁴⁷. CONDILLAC, Étienne, *L'origine du langage*, ed. Aliénor Bertrand, 2002, Presses Universitaires de France, Paris.

⁴⁸. SOARES GOMES, Francisco, “Condillac”, in *Logos*, vol. I, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, Editorial Verbo, Lisboa, p. 1098.

⁴⁹. CONDILLAC, Étienne, *Essai sur l'origine des connaissances humaines*, 1924, Les Classiques de la Philosophie, Librairie Armand Colin, Paris, pp. 32-33.

⁵⁰. “Or un homme qui n’a que des signes accidentels et des signes naturels n’en a point qui soient à ses ordres. Ses besoins ne peuvent donc occasioner que l’exercice de son imagination. Ainsi il doit être sans mémoire. De là on peut conclure que les bêtes n’ont point de mémoire, et qu’elles n’ont qu’une imagination dont elles ne sont point maîtresses de disposer”, idem, p. 34.

assim começa a esboçar-se a superioridade das nossas almas sobre as dos animais”.⁵¹

A necessidade de signos perpassa todas as operações da alma, e eles são requeridos não somente para a comunicação, mas também para o acto de pensar. Pensamos por signos, como o mostra por exemplo a aritmética. Caso não déssemos nomes, atribuindo números, às colecções que estes representam, seria impossível o cálculo; seria mesmo quase impossível atingir ideias tão simples como “20”, pois o homem que em vez de possuir o signo se contentasse com enunciar a colecção que a ele corresponde - um, um, um... - nunca poderia estar certo de o ter enunciado as vezes precisas e correctas.⁵²

Assim, para que o homem possa reflectir sobre as suas ideias necessita absolutamente uni-las a signos, que ligam as diferentes colecções de ideias simples,⁵³ e só o uso apropriado destes permite ideias exactas e raciocínios sem falhas. Os signos tornam inteligível a multiplicidade de sensações e ideias, permitindo ao homem operar com elas.⁵⁴

⁵¹. *Idem*, p. 37.

⁵². “Il est donc hors de doute que, quand un homme ne voudroit calculer que pour lui, il serait autant obligé d’inventer de signes que s’il vouloit communiquer ses calculs. Mais pourquoi ce qui est vrai en arithmétique ne le seroit-il pas dans les autres sciences ? Pourrions-nous jamais réfléchir sur la métaphysique et sur la morale, si nous n’avions inventé des signes pour fixer nos idées, à mesure que nous avons formé de nouvelles collections?” *idem*, p.77 e 79.

⁵³. “Concluons que pour avoir des idées sur lesquelles nous puissions réfléchir, nous avons besoin d’imaginer des signes qui servent de liens aux différentes collections d’idées simples; et que nos notions ne sont exactes qu’autant que nous avons inventé avec ordre les signes qui les doivent fixer. Je a dis avec ordre parce que les langues sont proprement des méthodes analytiques et qu’analyser c’est observer avec ordre”, **CONDILLAC**, *Cours d’Études – De l’art de penser*, in *Œuvres Philosophiques de Condillac*, 3 vols., 1947, Presses Universitaires de France, Paris, p. 734.

⁵⁴. “L’esprit est si borné qu’il ne peut pas se retracer une grande quantité d’idées, pour en faire, tout à la fois le sujet de sa réflexion. Cependant il est souvent nécessaire qu’il en considère plusieurs ensemble. C’est ce qu’il fait avec le secours des signes qui, en les réunissant, les lui font envisager comme si elles n’étoient qu’une seule idée”, *idem*.

Condillac é a figura central da tradição de semiótica filosófica do séc. XVIII, e exerceu enorme influência sobre os enciclopedistas franceses e Rousseau, a partir do tópico da relevância dos signos e da linguagem para o conhecimento, mas a este vivo interesse que a semiótica despertava, seguiu-se um hiato de quase 100 anos em que o tema é praticamente abandonado. Será preciso esperar por Humboldt, Peirce e Saussure para uma refundação da semiótica que é aquela onde entroncam as investigações contemporâneas sobre o tema.

Dascal analisa as causas desta descontinuidade, atribuindo-a a uma série de factores, dos quais o não menos importante terá sido o propositado e misterioso alheamento de Kant de tais matérias.

“Um dos grandes mistérios e escândalos da história das ideias é o silêncio de Immanuel Kant sobre a semiótica filosófica em geral, e sobre a filosofia da linguagem em particular”.⁵⁵ Dascal defende que tal silêncio é intencional, pois Kant conhecia não só os rumos que o debate tomara nos trabalhos de Herder ou Rousseau, como também a concepção de linguagem de Georg Hamman, sendo provável que tenha recusado o debate do papel da linguagem no conhecimento “porque tal discussão possivelmente revelaria dificuldades inultrapassáveis para o seu sistema”.⁵⁶ Os

⁵⁵. DASCAL, Marcelo & DUTZ, Klaus, “The Beginnings of Scientific Semiotics”, *Semiotics, A Hand-Book on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*, vol. 1, 1997, Walter de Gruyter, New York, p. 756.

⁵⁶. *Idem*, p. 756. Na verdade, Kant ocupará algumas páginas distinguindo entre diferentes tipos de signos, num texto pós-crítico intitulado “Antropologia do ponto de vista pragmático”. Aí discrimina, no capítulo intitulado “De la faculté de désignation (*facultas signatrix*)” entre signos *artificiais*, *naturais* e *prodigiosos*. Entre os primeiros contam-se os signos fisionómicos (signos mímicos que são parcialmente naturais); a escrita e a pontuação; os signos sonoros; a heráldica; signos de função, caso dos uniformes; decorações; e signos de infâmia, caso das marcas gravadas nos criminosos. Os signos naturais, pela relação que estabelecem com o seu objecto, podem ser *demonstrativos* (todos os sintomas), *rememorativos* (túmulos e mausoléus, pirâmides, ruínas, relevos vulcânicos, que são memória de coisas ou estados passados), e *prognósticos* (que dirigem a atenção para acontecimentos futuros, caso da astronomia, de certos sintomas que revelam o curso de uma doença, etc.). Os signos prodigiosos são

progressos da gramática e da linguística comparadas; a constatação do sistemático fracasso dos projectos de constituir uma semiótica científica; a ascensão do Romantismo, que valoriza a linguagem comum e tornou a crítica impopular; e ainda o facto de este corpo de estudos não ter cristalizado em institucionalização académica, são outras tantas razões apontadas por Dascal para o decréscimo do interesse nas investigações sobre semiótica que se vem verificando em finais do século XVIII.⁵⁷

Esta descontinuidade que Dascal localiza no trabalho de Kant – doravante a história da filosofia dividirá os autores em pré e pós-kantianos – não chegou a ser combatida ou invertida pelo trabalho de Wilhelm von Humboldt⁵⁸ (1767-1835), em grande medida porque a influência deste só se fará sentir com vigor nos trabalhos muito posteriores de Whorf (1897-1941) e Sapir (1884-1939).

A concepção cratiana da linguagem⁵⁹ como meio de comunicação e designação do mundo, fabricada *a posteriori* de olhos

aqueles que contrariam o curso normal da natureza (monstros humanos ou animais, prodígios celestes, cometas, auroras boreais e eclipses – especialmente por serem estes signos acompanhados quase sempre de fome, peste, guerras e outras calamidades – e que parecem pois anunciar a proximidade do Juízo Final). Esta exótica divisão, que ocupa cerca de quatro páginas, não passa na verdade de uma nota de rodapé no conjunto da monumental obra kantiana, e menciono-a sobretudo a título de curiosidade, já que a tese geral sobre história da semiótica enunciada por Dascal, com o papel que nela atribui a Kant, me parece permanecer essencialmente válida. Sobre a semiótica kantiana, cf. CARMELO, Luís, *Semiótica – uma Introdução*, 2003, col. Biblioteca Universitária, Publicações Europa América, Lisboa; e KANT, Emmanuel, *Oeuvres Philosophiques*, vol. III, Les Derniers Écrits, Gallimard, 1986, Paris, pp. 1008 e ss.

⁵⁷. *Idem*, p. 757.

⁵⁸. Sobre a teoria humboldtiana da linguagem, veja-se por exemplo, HUMBOLDT, Wilhelm von, *Essays on Language*, ed. Harden & Farrelly, 1997, Peter Lang, Germany; e *Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad*, 1990, Anthropos, Madrid.

⁵⁹. Para Humboldt “o signo linguístico não se reduz a uma expressão puramente subjectiva, nem a uma forma onomatopaica, meramente imitativa dos seus objectos, é antes a efectividade de um pensamento”, Carlos João COR-

postos nos objectos que designa, é liminarmente rejeitada por Humboldt, que vê nela três propósitos: facilitar a comunicação, para o que necessita de clareza e precisão; evocar e dar expressão a sentimentos; e “ter ela própria uma influência criativa ao dar forma a ideias, encorajando assim novas ideias e combinações de novas ideias. A este respeito requer a participação do intelecto, que deixa a sua impressão nas palavras como um signo da sua actividade”.⁶⁰ Ele acredita que sendo a linguagem um meio de expressão das ideias de um povo ou comunidade,⁶¹ está-lhe reservado simultaneamente um outro papel ainda mais fundamental: a língua é instrumental na génese e formação das ideias de uma pessoa, de forma que o espírito de uma nação, e os seus progressos cognitivos, variam de acordo com o tipo de linguagem que esta tem à sua disposição para realizar tais progressos.⁶²

Cada linguagem determina ela própria uma mundividência.

REIA, “Humboldt”, in *Logos*, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, vol 2, pp. 1229-1232.

⁶⁰. HUMBOLDT, Wilhelm von, *Essays on Language*, ed. Harden & Farrelly, 1997, Peter Lang, Germany, p. 63.

⁶¹. “If it is true that the mere individuality of a language exerts an influence on the character of nations, not only on those to which it belongs but also on those who are acquainted with it as a foreign language, then the meticulous study of language may not be excluded from anything that is concerned, both in history and in philosophy, with man’s innermost being (...) This view of language as the instrument of a nation’s thought and feeling, is the basis of all genuine study of language”, *idem*, p. 62.

⁶². “Man learns to master his thought in a better and more certain manner, to mould his thought into new and stimulating forms, and to reduce the effect of the letters placed on the speed and unity of pure thought by a language which separates and combines, and which can only express one element after another. But insofar as language, in denoting things, is actually creating and giving form and character to thought as yet undefined, mind, supported by the activity of the many, is provided with new ways of exploring the essence of things (...) Languages and the differences between them must therefore be considered a dominant force in the history of mankind”, *idem*, p. 60. É esta tese que leva Humboldt a sustentar, por exemplo, que a filosofia só pôde nascer na Grécia antiga porque os gregos estavam dotados de uma língua riquíssima e muito refinada.

“A diferença entre linguagens envolve muito mais que uma mera diferença entre signos. As palavras e as combinações de palavras formam e determinam os conceitos numa língua; e diferentes línguas, quando examinadas em contexto e na sua influência sobre o conhecimento do homem e a sua vida interior, constituem de facto diferentes visões do mundo”.⁶³ As línguas diferem não tanto pelos aspectos físicos/sonoros, ou lexicais, mas pelas diferentes visões do mundo que determinam, individualidade essa que é em larga medida garantida pela gramática.⁶⁴

Assim, a língua, por ser a forma como o homem organiza o mundo onde se insere, encerra em si o espírito de um povo, e só o estudo das línguas permitirá o acesso às especificidades culturais de cada comunidade. “As forças e fraquezas de uma língua são determinadas não pelo que pode ser expresso nela, mas pelas ideias que ela própria inspira em virtude da sua própria vitalidade interior. A verdadeira medida de uma língua está na sua clareza, precisão, e vividez das ideias que inspira na nação à qual pertence, através de cujo intelecto se formou e no qual tem por seu turno uma influência formativa (...) Toda a língua deve ser entendida do ponto de vista do sentido que a nação lhe doou, e não a partir de um ponto de vista estranho”.⁶⁵

Apesar do carácter inovador dos estudos de linguística comparada de Humboldt, e da concepção de língua deles decorrente, a sua influência permaneceu bastante limitada até aos inícios do

⁶³. HUMBOLDT, Wilhelm von, “On the national character of languages”, in *Essays on Language*, ed. Harden & Farrelly, 1997, Peter Lang, Germany, p. 52.

⁶⁴. ““If, then, language is to be suitable for thought, its structure must correspond as far as possible with the organism of thought. Otherwise, as its task is to be a symbol in everything, it is an imperfect symbol of that to which it is most directly linked. Whilst the volume of its words indicates the extent of its horizons, its grammatical structure represents its view of thought structure”, idem, p. 46.

⁶⁵. HUMBOLDT, Wilhelm von, “On the origin of grammatical forms and their influence on the development of ideas – 1822”, in *Essays on Language*, ed. Harden & Farrelly, 1997, Peter Lang, Germany, p. 25-26.

século XX, e seria preciso esperar, como já foi referido, pelos trabalhos de Peirce e Saussure para uma verdadeira fundação epistemológica da semiótica como disciplina autónoma, afastando ao mesmo tempo o desinteresse e silêncio que sobre o tema caiu, desde que Kant escolheu conferir-lhe pequena importância.

Parte II
Sistemática

Capítulo 3

A semiose e a divisão da semiótica

Cabe a Charles Morris o mérito de ter estabelecido a divisão da semiótica em sintaxe, semântica e pragmática. Essa divisão decorre da análise feita por Morris do processo semiótico.¹

A semiose é o processo em que algo funciona como um signo. A análise deste processo apura quatro factores: o veículo sógnico – aquilo que actua como um signo; o *designatum* – aquilo a que o signo se refere; o interpretante – o efeito sobre alguém em virtude do qual a coisa em questão é um signo para esse alguém; e o intérprete – o alguém. Formalmente teremos: S é um signo de D para I na medida em que I se dá conta de D em virtude da presença de S. Assim, a semiose é o processo em que alguém se dá conta de uma coisa mediante uma terceira. Trata-se de um dar-se-conta-de mediato. Os mediadores são os veículos sógnicos, os dar-se-conta-de são os interpretantes, os agentes do processo são os intérpretes.

Antes de mais convém salientar que esta análise é puramente formal, ela não tem minimamente em conta a natureza do veículo sógnico, do *designatum* ou do intérprete. Os factores da semiose

¹Charles Morris, 1959, *Foundations of the Theory of Signs*, Chicago: University of Chicago Press.

são factores relacionais, de tal ordem que só subsistem enquanto se implicam uns aos outros. Só existe veículo sígnico se houver um *designatum* e um interpretante correspondentes; e o mesmo vale para estes dois últimos factores: a existência de um deles implica a existência dos outros. Isto tem o seguinte corolário, que é da maior importância: a semiótica não estuda quaisquer objectos específicos, mas todos os objectos desde que participem num processo de semiose.

Estas considerações são sobretudo pertinentes relativa mente aos *designata*. Os *designata* não se confundem com os objectos do mundo real. Pode haver e há signos que se referem a um mesmo objecto, mas que têm *designata* diferentes. Isso ocorre quando há interpretantes diferentes, ou seja, quando aquilo de que é dado conta no objecto difere para vários intérpretes. Os *designata* podem ser produtos da fantasia, objectos irreais ou até contraditórios. Os objectos reais quando referidos constituem apenas uma classe específica de *designata*, são os *denotata*. Todo o signo tem, portanto, um *designatum*, mas nem todo o signo tem um *denotatum*.

A semiose é tridimensional: ela contempla sempre um veículo sígnico, um *designatum* e um intérprete (o interpretante dar-se conta de um intérprete, pelo que por vezes se pode omitir). Ora desta relação triádica da semiose podemos extrair diferentes tipos de relações diádicas, nomeadamente as relações dos signos aos objectos a que se referem e as relações entre os signos e os seus intérpretes. As primeiras relações cabem na dimensão semântica da semiose e as últimas na dimensão pragmática. A estas duas dimensões acrescenta-se necessariamente a dimensão sintáctica da semiose que contempla as relações dos signos entre si.

Cada uma destas dimensões possui termos especiais para designar as respectivas relações. Assim, por exemplo, “implica” é um termo sintáctico, “designa” e “denota” termos semânticos e “expressa” um termo pragmático. É deste modo que a palavra ‘mesa’ implica (mas não designa) a sua definição ‘móvel com um tampo horizontal em que podem ser colocadas coisas’, denota os objec-

tos a que se aplica e expressa o pensamento do seu utilizador. As dimensões de um signo não têm todas o mesmo realce. Há signos que se reduzem à função de implicação e, por conseguinte, a sua dimensão semântica é nula – vejam-se os signos matemáticos! –, há signos que se centram totalmente na denotação e, portanto, não têm uma dimensão sintáctica, e há signos que não têm intérpretes efectivos, como é o caso das línguas mortas, e, por conseguinte, não têm dimensão pragmática.

Em suma, a divisão da semiótica em sintaxe, semântica e pragmática, decorre da análise do processo semiótico em que uma coisa se torna para alguém signo de uma outra coisa.

Capítulo 4

As propriedades sintáticas do signo

Os signos formam-se e agrupam-se segundo regras. Isto é, os signos organizam-se, não se amontoam. Este é o ponto de partida da sintática.

4.1 Signos simples e signos complexos

Não é difícil apreender a distinção entre signos simples e signos complexos. A palavra “cavalo”, por exemplo, é um signo simples, enquanto “cavalo branco” é um signo complexo, formado a partir de “cavalo” e “branco”. Os signos simples podem unir-se para formar diferentes signos complexos: “cavalo cinzento”, “gato branco”, etc. Os signos associam-se para formar outros signos dos quais se tornam elementos. No cinema, imagem, acção e som, associam-se para formarem um signo complexo que pode significar algo simples ou algo complexo.

é importante notar que as propriedades sintáticas do signo apenas se referem ao significante ou veículo sígnico. Um signo simples do ponto de vista sintáctico pode ser um signo complexo do ponto de vista semântico. Vejam-se, por exemplo, os termos “talher” e “universidade”. O significado de talher envolve pelo

menos mais do que um elemento do conjunto de garfo, faca e colher, e o significado de “universidade” envolve os significados de alunos e professores.

Poder-se-ia imaginar um conjunto sígnico apenas composto por signos simples. Para os exemplos acima referidos “cavalo branco”, “cavalo cinzento”, “gato branco”, inventar-se-iam termos sintacticamente simples, à semelhança de “talher” e “universidade”. Contudo, a inexistência de signos complexos aumentaria tremendamente o conjunto das unidades sígnicas e torná-lo-ia tão rígido que seria impossível utilizá-lo. Desde logo o suposto dicionário de uma língua natural composta apenas por signos simples seria incomensurável. Deixaria de haver substantivos, adjectivos, advérbios, verbos, conjunções, frases, parágrafos, asserções, interrogações, etc. E, com isto, vemos que depressa a imaginação de um conjunto exclusivo de signos simples aplicado a uma língua natural nos levaria ao absurdo. Por outro lado, sem signos complexos seria impossível exprimir novos significados e designar novas situações. É que a novidade só é apreensível através de signos complexos, cujos elementos já são conhecidos. Uma notícia referente a um acontecimento da actualidade nunca poderia ser expressa sob a forma de um signo simples.

O facto de os signos simples se poderem agrupar em signos complexos representa um dos fenómenos mais importantes a estudar pela semiótica, na medida em que, a partir de um número limitado de signos simples, é possível construir um número ilimitado de signos complexos e, assim, qualquer pessoa utilizar novos signos complexos que uma outra pessoa entende, dado conhecer os respectivos signos elementares.

4.2 Os elementos sígnicos ou as unidades mínimas. Para uma teoria dos elementos.

Feita a distinção entre signos simples e signos complexos, necessário se torna estudar os signos simples, elaborar uma teoria dos elementos. A esta caberá estudar as unidades mínimas, a natureza dos signos, e a sua identidade. Desde logo a questão relativamente à distinção entre signos simples e signos complexos que se coloca é algo linear, embora o não seja a sua resposta. Perante um signo, como decidir se é um signo simples ou um signo complexo? Na análise (e domínio! (de qualquer sistema sígnico esta é uma das questões mais relevantes. Distinguir os elementos do conjunto sígnico é fundamental para compreender as relações que entre eles existem e compreender a própria natureza do conjunto.

A busca dos elementos não significa de modo algum um retorno ao substancialismo. Uma das preocupações maiores dos linguistas estruturalistas é justamente a de fixar as unidades mínimas da língua, verificar em que consistem, qual a sua natureza, e qual a sua identidade. A investigação de Saussure neste campo é exemplar.

A questão da unidade do signo é diferente da questão sobre a sua identidade. Se à unidade se opõe a pluralidade, à identidade opõe-se a alteridade. A questão da unidade é atinente ao problema de demarcar os elementos básicos da língua. A questão da identidade interroga-se sobre a mesmidade do signo nas suas diferentes aplicações.

Segundo Saussure, as entidades da língua são concretas. “Os signos de que a língua se compõe não são abstracções, mas objectos reais.”¹

Mas em que consiste a natureza concreta do signo? Em primeiro lugar, na sua estrutura dupla de significante e significado.

¹Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1986, p. 176

“A entidade linguística só existe pela associação do significante e do significado; quando só retemos um destes elementos, ela desaparece; em vez de um objecto concreto, temos diante de nós uma pura abstracção (...) Uma série de sons é linguística se é o suporte de uma ideia; tomada em si mesma só pode ser matéria para um estudo fisiológico”.²

Isto é, os objectos da língua, as entidades linguísticas, apesar de psíquicos são algo bem concreto, definido, “palpável”. A determinado significante corresponde um conceito e vice-versa. A concreção reside justamente na associação concreta entre este significante e aquele significado, e não entre possíveis outros. Em segundo lugar, a concreção da língua reside na sua delimitação, isto é, é concreta porque tem contornos bem definidos. Ela é uma unidade. “A entidade linguística só fica completamente determinada quando está delimitada, livre de tudo o que a rodeia na cadeia fónica. São estas entidades delimitadas, ou unidades, que se opõem entre si no mecanismo da língua.”³

Mas esta delimitação é feita justamente pela associação de significante e significado. Considerada em si mesma, a linha fónica é uma linha contínua em que o ouvido não distingue quaisquer unidades. Estas só surgem com a associação de determinadas porções de sonoridade dessas linhas a determinados conceitos.

Para apurar as entidades concretas da língua há que saber, portanto, delimitá-las no todo da língua. Assim, chegamos à importantíssima noção de corte ou segmentação. O método de corte consiste em estabelecer duas cadeias paralelas, uma de significantes e outra de significados, e fazer corresponder a cada elo da primeira um elo da segunda. Este corte não é um dado da experiência, nem é um dado perceptível; o corte é comandado pela língua. Uma pessoa, por mais que ouça um discurso em chinês, se não souber chinês, não conseguirá distinguir, cortar ou delimitar, as respectivas unidades.

A questão da identidade das entidades da língua diz respeito

²*ibidem*.

³*ibidem*, p. 177.

à mesmidade do signo nas suas diferentes aplicações. O que se questiona, pois, é a identidade “em virtude da qual declaramos que duas frases como ‘não sei nada’ e ‘nada nos falta’ contêm o mesmo elemento.”⁴

É que dois sons diferentes e até com significado algo diferente podem ser identificados sincronicamente. Saussure dá exemplos, onde, apesar de variação aos dois níveis, fónico e semântico, a identidade se mantém, isto é, afirmamos que se trata da mesma unidade linguística. “Quando, numa conferência, ouvimos repetir várias a palavra Senhores!, temos a certeza de que se trata sempre da mesma expressão e, todavia, as variações de elocução e a entoação apresentam-na, nas diversas passagens, com diferenças fónicas muito apreciáveis..., além disso, esta certeza da identidade persiste, se bem que no plano semântico não haja a identidade absoluta de um Senhores! a outro, quando uma palavra pode exprimir ideias bastante diferentes sem que a sua identidade fique seriamente comprometida (cf. “adoptar uma moda” e “adoptar uma criança”, “a flor da cerejeira” e “a flor da sociedade”).”⁵

Esta observação leva-nos a perguntar: se a identidade da unidade linguística não reside na linha fónica, nem na linha semântica, então onde reside? No seu valor. Trata-se de uma identidade funcional. Deste tipo é a identidade de dois rápidos que partem às 8.30, com vinte e quatro horas de intervalo, ou a de uma rua que foi completamente reconstruída. Em contrapartida a identidade material é a identidade de um casaco que permanece o mesmo tanto nas diferentes combinações de vestuário como quando é vestido por pessoas diferentes.

A questão do valor só é inteligível à luz das dois elementos da língua: sons e conceitos. Uns sem os outros não têm forma. Sem os sons, o pensamento é disforme, “amorfo”, “indistinto”. É uma “nebulosa em que nada é necessariamente delimitado”. Trata-se de um “reino flutuante”.⁶

⁴*ibidem*, p. 184.

⁵*ibidem*, p. 185.

⁶*ibidem*, p. 190.

Por seu lado, “a substância fónica não é mais fixa nem mais rígida; não é um molde a que o pensamento se deva adaptar; mas uma matéria plástica que, por sua vez, se divide em partes distintas para fornecer os significantes de que o pensamento necessita.”⁷

Olhados abstractamente em si, pensamento e matéria fónica são amorfos, nebulosas, matérias plásticas, que se podem moldar posteriormente. Só na sua união ganham contornos definidos. A língua pode-se, assim representar “como uma série de subdivisões contíguas desenhadas ao mesmo tempo sobre o plano indefinido das ideias confusas e sobre o igualmente indeterminado plano dos sons.”⁸

Posto isto, não se pode considerar a língua como um simples veículo do pensamento, algo exterior ao pensamento que nada tem a ver com ele. “O papel característico da língua nas suas relações com o pensamento não é criar um meio fónico material para a expressão das ideias mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, de tal forma que a sua união conduz necessariamente a limitações recíprocas de unidades. O pensamento, caótico por natureza, é forçado a organizar-se, por decomposição. Não há nem materialização das ideias, nem espiritualização dos sons, mas trata-se de algo misterioso: o ‘pensamento-som’ implica divisões, e é a partir das duas massas amorfas que a língua elabora as suas unidades.”⁹

A língua não é exterior ao pensamento ordenado. O pensamento ordena-se à medida que se exprime linguisticamente. É como se dois líquidos, sem determinada forma, se solidificassem ao contacto um com o outro e, assim, ganhassem formas bem determinadas.

A língua, diz ainda, Saussure é o domínio das articulações. Nós podemos dizer, é o domínio das solidificações mínimas. “Cada termo linguístico é um pequeno membro, um *articulus* em que

⁷*ibidem*, p. 191.

⁸*ibidem*.

⁹*ibidem*.

uma ideia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma ideia.”¹⁰

Só que esta associação determinadora de pensamento e sons é de ordem funcional, isto é, as entidades concretas, as unidades por ela criadas, são formas, não substâncias: “A linguística move-se num terreno limítrofe em que se combinam os elementos dos dois níveis; esta combinação produz uma forma, não uma substância.”¹¹

Que se deve entender por isto, de que as unidades criadas são formais, não substanciais? é que a solidificação em causa, a determinação recíproca de pensamento e sons, não pode ser encarada como independente das outras solidificações. Estas são *articuli*: articulações. A determinação de uma unidade tem a ver com as determinações de todas as outras unidades da língua. A língua não pode ser vista como um aglomerado de elementos, mas tem de ser vista como um todo, como uma estrutura.

“Além disso, a ideia de valor, assim determinada, mostra-nos que é uma grande ilusão considerar um termo apenas como a união de um certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema de que faz parte; seria acreditar que podemos começar pelos termos e construir o sistema a partir da sua soma; pelo contrário, é do todo solidário que temos de partir para obtermos, por análise, os elementos que ele encerra.”¹²

É nisto que reside o estruturalismo de Saussure: não é possível entender nem compreender um signo, a sua unidade, sem entrar no jogo global da língua, isto é, sem saber o seu lugar e a sua função no todo linguístico.

¹⁰*ibidem*, p. 192.

¹¹*ibidem*.

¹²*ibidem*, p. 193.

4.3 Sistema e estrutura. Relações sintagmáticas e paradigmáticas.

As identidades linguísticas residem no seu valor, mas este, como se viu, estabelece-se num sistema de relações e oposições. Ou seja, “a língua é um sistema completamente assente na oposição das suas unidades concretas.”¹³

Quer isto dizer que não nos interessam os signos em si, substancialmente, mas sim formalmente, funcionalmente. O que interessa à linguística são as relações entre os signos e que verdadeiramente constituem os signos enquanto signos. Quais são essas relações? Como é que funcionam? São estas as perguntas.

Na língua Saussure distingue dois tipos de relações, que também podem ser considerados como os dois eixos da língua: as relações sintagmáticas e as relações paradigmáticas ou associativas. “As relações e as diferenças entre termos linguísticos desenrolam-se em duas esferas distintas, cada uma das quais gera uma certa ordem de valores; a oposição entre estas duas ordens ajuda a compreender a natureza de cada uma. Correspondem a duas formas da nossa actividade mental, igual mente indispensável à vida da língua.”¹⁴

Para compreender um destes tipos de relação é preciso compreender o outro; é que também eles se definem por oposição, como tudo na língua. Um é de tipo horizontal e outro de tipo vertical. Primeiro, temos o plano sintagmático assente na linearidade do signo linguístico. Além de arbitrário e mutável/imutável, o signo linguístico caracteriza-se também por ser linear. Esta linearidade distingue o signo linguístico na medida em que, enquanto acústico, o distingue dos signos visuais, passíveis de ser apreendidos simultaneamente. Os signos linguísticos sucedem-se uns aos outros numa mesma linha, encontram-se numa cadeia, estabelecem relações ao nível dessa linearidade: “No discurso,

¹³*ibidem*, p. 182.

¹⁴*ibidem*, p. 207.

as palavras contraem entre si, em virtude do seu encadeamento, relações que assentam no carácter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Eles dispõem-se, uns após outros, na cadeia fónica. Estas combinações que têm como suporte a extensão podem ser chamados sintagmas.”¹⁵

Um sintagma é, portanto, uma combinação entre dois ou mais signos de uma mesma cadeia linear. “O sintagma compõe-se sempre de duas ou mais unidades consecutivas (por exemplo: re-ler, contra todos, a vida humana, Deus é bom, amanhã saímos, etc.). Num sintagma, o valor de um termo surge da oposição entre ele e o que o precede, ou que se lhe segue, ou ambos.”¹⁶

Antes de aprofundar mais a definição de sintagma, convém desde já, diferenciá-la da de paradigma: “Por outro lado, fora do discurso, as palavras que têm qualquer coisa em comum associam-se na memória, e assim se formam grupos, no seio dos quais se exercem relações muito diversas. Por exemplo, a palavra ausente fará surgir diante do espírito uma série de outras palavras (ausência, ausentar, ou então presente, clemente, ou ainda distante, afastado, etc.), de uma forma ou doutra, todos têm qualquer coisa de comum entre si.”¹⁷

Este tipo de relações entre os signos é completamente diferente do sintagma. “O seu suporte não é a extensão; a sua sede está no cérebro, fazem parte do tesouro interior que a língua representa para cada indivíduo. Chamar-lhe-emos relações associativas.”¹⁸

A diferença entre os dois tipos de relações é que um é feito *in praesentia*, o sintagmático, e o outro *in absentia*, o associativo ou paradigmático: “A relação sintagmática é *in praesentia*; refere-se a dois ou mais termos igualmente presentes numa série efectiva.

¹⁵*ibidem*, p. 207-208.

¹⁶*ibidem*, p. 208.

¹⁷*ibidem*, p. 208.

¹⁸*ibidem*.

Pelo contrário, a relação associativa entre termos *in absentia* numa série mnemónica virtual.”¹⁹

Saussure dá o exemplo célebre da coluna dórica para ilustrar a diferença entre relações sintagmáticas e paradigmáticas: “Segundo este duplo ponto de vista, uma unidade linguística é comparável a uma determinada parte de um edifício, a uma coluna, por exemplo; esta encontra-se, por um lado, numa certa relação com a arquitrave que a suporta: este ajustamento de duas unidades igualmente presentes no espaço lembra a relação sintagmática; por outro lado, se essa coluna é de ordem dórica, ela evoca a comparação mental com as outras ordens (jónica, coríntia, etc.), que são elementos não presentes no espaço: a relação associativa.”²⁰

No artigo “Sintagma e paradigma”, no *Dicionário das Ciências da Linguagem*, Oswald Ducrot formaliza a noção de sintagma e liga-a à de relação sintagmática: “Não há nenhum enunciado, numa língua, que não se apresente como a associação de várias unidades (sucessivas ou simultâneas), unidades que são susceptíveis de aparecer também noutros enunciados. No sentido lato da palavra sintagma, o enunciado E contém o sintagma uv se, e somente se, u e v forem duas unidades, não obrigatoriamente mínimas, que apareçam, uma e outra, em E. Diremos ainda que há uma relação sintagmática entre u e v (ou entre as classes de unidades X e Y) se pudermos formular uma regra geral que determina as condições de aparecimento, nos enunciados da língua, de sintagmas uv (ou de sintagmas constituídos por um elemento de X e um elemento de Y). Daí um segundo sentido, mais estrito, para a palavra “sintagma” (é o sentido mais utilizado, e o que será agora aqui utilizado): u e v formam um sintagma em E, não só se estão co-presentes em E, mas também se se conhece, ou se julga poder descobrir, uma relação sintagmática que condiciona essa co-presença. Saussure, especialmente, insistiu na dependência do sintagma com a relação sintagmática. Para ele, apenas

¹⁹ *ibidem*.

²⁰ *ibidem*, p. 208-209.

se pode descrever o verbo “desfazer” como um sintagma compreendendo os dois elementos “des” e “fazer” porque existe em português um “tipo sintagmático” latente, manifestado também pelos verbos “des-colar”, “des-vendar”, “des-baptizar”, etc. Se não, não haveria nenhuma razão para analisar “desfazer” em duas unidades.”²¹

Os sintagmas não dizem respeito apenas à combinação de unidades mínimas, mas também à de unidades complexas de qualquer dimensão e de qualquer espécie. Por outro lado, há que ter em conta dois tipos de relação sintagmática: o das partes entre si, e o das partes com o todo: “Não basta considerar a relação que une as diversas partes de um sintagma entre si (por exemplo, contra e todos em contra todos, contra e mestre em contramestre); é preciso tomar em conta a que liga o todo às suas partes (por exemplo, contra todos opõe-se por um lado a contra, por outro a todos; contramestre relaciona-se com contra e com mestre).”²²

Um exemplo fora da linguística podia ser tomado numa relação entre dois elementos, onde não só estes se relacionam entre si, mas também com o próprio todo da relação. A distância entre Lisboa e Porto é uma relação com dois elementos, mas é possível relacionar Lisboa ou o Porto com a própria distância.

Atendendo aos sintagmas frásicos, Saussure interroga-se se o sintagma é da ordem da língua ou da fala. Sendo o sintagma uma combinação e pertencendo as combinações das unidades linguísticas à fala, parece não ser esta questão do foro da linguística (que estuda apenas a língua), mas da fala. “O sintagma pertencerá à fala? Julgamos que não. O que é próprio da fala é a liberdade das combinações; temos, por isso, que investigar se todos os sintagmas são igualmente livres.”²³

Existem combinações solidificadas pela língua, que não são do âmbito da fala. Um estrangeiro que aprende a língua tem de

²¹Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, *Dicionário das Ciências da Linguagem*, Lisboa: Dom Quixote, 1991, p.135

²²Saussure, *ibidem*, p. 209.

²³*ibidem*, p. 209.

as aprender na sua composição já determinada: "...um grande número de expressões pertencem à língua; são locuções estereotipadas que não podem ser alteradas, embora possamos distinguir, pela reflexão, as suas partes significativas (cf. pois é, vá lá!, etc.). O mesmo se passa, embora em menor grau, com expressões como perder a cabeça, dar a mão a alguém, pôr-se no olho da rua, ou ainda estar mal de..., à custa de..., por pouco não..., etc. cujo emprego habitual depende das particularidades da sua significação ou da sua sintaxe. Tais expressões não podem ser improvisadas, são-nos fornecidas pela tradição."²⁴

Obviamente a fronteira entre os sintagmas estereotipados da língua e as combinações livres da língua não é clara nem, por vezes, fácil de traçar.

Quanto às relações associativas há a dizer desde logo que são múltiplos os seus tipos e de vasta extensão: "Os grupos formados por associação mental não se limitam a pôr lado a lado os termos que apresentam qualquer coisa de comum; a inteligência capta também a natureza das relações que os ligam em cada caso e cria tantas séries associativas quantas as diversas relações. Assim, em ausente, ausência, ausentar, etc., há um elemento comum a todos os termos, o radical; mas a palavra ausente pode encontrar-se implicada numa série com outro elemento, o sufixo (cf. ausente, presente, clemente, etc.); a associação pode assentar também na simples analogia dos significados (ausente, distante, afastado, etc.) ou, pelo contrário, na semelhança das imagens acústicas (por exemplo, tangente, justamente). Umhas vezes há comunidade dupla de sentido e de forma, outras apenas de sentido ou de forma. Qualquer palavra pode sempre evocar tudo o que é susceptível de lhe ser associado duma maneira ou doutra."²⁵

As séries associativas podem ser de ordem fónica, sintáctica ou semântica. Basta haver um elemento comum, por analogia ou oposição, para que a associação tenha lugar. "Ao passo que um sintagma traz imediatamente à ideia uma ordem de sucessão e um

²⁴*ibidem*, p. 210.

²⁵*ibidem*, pp. 211-212.

número determinado de elementos, os termos de uma família associativa não se apresentam nem em número definido, nem numa ordem determinada.”²⁶

Existem, portanto, duas características da série associativa relativamente à sintagmática: i) ordem indeterminada; ii) número indefinido. No entanto, só a primeira, a ordem indeterminada, se verifica sempre. Há séries associativas em que os elementos são definidos, i.e., de número limitado, por exemplo, os casos de uma declinação em latim.

4.4 A combinação dos signos. Regras de formação e de transformação.

A partir de signos simples constroem-se signos complexos. De Leibniz a Chomsky este tem sido um tema intensamente estudado por filósofos, lógicos, semióticos e linguistas.

Leibniz concebeu uma *ars characteristic*, como a ciência a que incumbiria formar os signos de modo a obter, através da mera consideração dos signos, todas as consequências das ideias correspondentes, e uma *ars combinatoria*, como um cálculo geral para determinar as combinações possíveis dos signos. Noam Chomsky propôs uma teoria sintáctica de cariz generativo cuja tarefa seria traçar a forma geral de um cálculo gerador de todas as expressões.²⁷

Assim, dever-se-á poder, a partir de um conjunto finito de elementos básicos e usando um conjunto finito de regras obter todas as expressões possíveis numa língua. A característica do modelo chomskiano reside no facto de a estrutura de uma expressão, enquanto cadeia de signos simples, poder ser descrita mediante a descrição da sua produção.

As regras de formação determinam a construção de proposições e as regras de transformação determinam as proposições a

²⁶*ibidem*, p. 212.

²⁷Noam Chomsky, *Estruturas Sintáticas*, Edições 70, Lisboa, 1980

inferir de outras proposições. As primeiras regras indicam-nos se uma proposição é ou não bem formada, as segundas estipulam as inferências entre proposições, isto é, determinam o cálculo proposicional.

Os signos complexos podem ser estudados analítica ou sinteticamente. Do ponto de vista analítico tomam-se os signos complexos como ponto de partida e procede-se à análise dos seus elementos, e depois à análise destes, até aos elementos simples. Do ponto de vista sintético parte-se dos elementos simples e introduzem-se regras na síntese de signos cada vez mais complexos. O método de segmentação ou corte aplicado por Saussure à investigação das unidades mínimas e o método da comutação de Hjelmslev são do tipo analítico. As regras de formação são de tipo sintético.

A abordagem analítica de signos complexos adequa-se sobretudo ao estudo de sistemas sógnicos naturais e a fenómenos culturais onde é difícil descortinar os elementos básicos, como sejam a dança, os gestos, a arquitectura e o cinema. A abordagem sintética faz-se sobretudo nos sistemas sógnicos artificiais, na lógica e na matemática, e nas línguas naturais.

Contudo, mesmo que o procedimento inicial seja analítico, pode-se sempre reconstruir os signos complexos utilizando as mesmas regras do seu desmembramento. A elaboração da gramática de uma língua natural pode seguir e segue normalmente um processo analítico, mas a utilização dessa mesma gramática pode ser de ordem sintética, isto é, a gramática estipula ou permite que se construam ou não determinadas cadeias de signos.

Exemplos de regras de formação são as regras de construção sintáctica nas línguas naturais, como as regras de concatenação de artigos, substantivos e adjectivos, regras de concordância em género e número, etc. As regras de transformação de signos complexos correspondem às conhecidas regras de inferência lógica, e constituem o cálculo proposicional.

4.5 A sintáctica, a gramática e a lógica

A afinidade da sintáctica enquanto ramo da semiótica com as disciplinas da gramática e da lógica é muito grande. Desde logo porque a divisão da semiótica em sintáctica, semântica e pragmática, ao copiar a divisão medieval do *trivium*, gramática, dialéctica (lógica) e retórica, faz corresponder sintáctica a gramática. De certo modo, a sintáctica constitui um alargamento da gramática. Assim, é possível utilizar a termo gramática numa acepção lata que cobriria o significado de sintáctica. Ao falar-se da gramática da pintura, da música, do cinema ou do teatro, é por uma extensão do seu significado.

A afinidade entre sintáctica e lógica, entendida esta como doutrina das regras de inferência, é cada vez mais notória à medida que a lógica, enquanto lógica, tem vindo a utilizar uma denotação própria e mais sofisticada. A diferença reside no facto de a sintáctica incidir sobre todas as relações dos signos entre si, ao passo que a lógica se circunscreve às relações de inferência.

Seja a sintáctica o ramo da semiótica que estuda as relações dos signos entre si, a gramática a disciplina linguística que estuda a organização das línguas naturais, a lógica a disciplina filosófica que estuda as regras de inferência, o que as une fundamentalmente é a consideração formal que fazem das relações que estudam. Qualquer uma destas disciplinas abstrai do conteúdo semântico, lexical, material, dos objectos que estudam.

A aproximação que aqui se faz às noções de gramática e de lógica tem o intuito de salientar a dimensão formal das relações sígnicas e da importância do estudo dessas relações formais para a semiótica. Os signos podem ser estudados, e profundamente estudados, independentemente do que significam. O que se estuda são as formas que os signos podem tomar e as relações entre essas formas.

Capítulo 5

As propriedades semânticas dos signos

5.1 O problema da significação. Sentido e referência

Todos os signos significam, quer dizer, têm um significado. Por natureza e por definição não há signos sem significado, pois que o significado é precisamente aquilo pelo qual estão para alguém. Agora o que é o significado, esse é um dos problemas maiores de toda a semiótica e que constitui o campo da semântica.

Sirva como introdução à problemática semântica a crítica que Saussure faz à concepção nomenclaturista de língua, que mais não é do que uma concepção vulgar de significado. Contra a ideia de que as palavras são nomes das coisas e que, portanto, são as próprias coisas os significados das palavras, aquilo pelo qual estas estão, Saussure faz notar em primeiro lugar que essa concepção parte do pressuposto errado de que as ideias são anteriores às palavras. Se a assunção das palavras como nomes parece plausível à primeira vista, no tocante a objectos físicos, essa plausibilidade é depressa posta em causa quando se repara que a mesma palavra pode designar muitos objectos físicos e por vezes muito diferen-

tes uns dos outros. As palavras “homem” ou mesmo “cadeira”, por exemplo, dificilmente terão como significado determinado objecto físico. E a dificuldade aumenta logo que se consideram palavras que não designam objectos físicos, como “liberdade”, “ir”, “então”, “embora”. Ninguém pode negar que estas palavras têm um significado, mas não se vê do que seriam elas nomes. As outras críticas de Saussure à teoria nomenclaturista são a que “não nos diz se o nome é de natureza vocal ou psíquica”, e ainda a que “deixa supor que o laço que une um nome a uma coisa é uma operação simples”.¹

Numa obra marcante da semântica do Século XX, *The Meaning of Meaning* de 1923, Ogden e Richards apuram nada menos que dezasseis definições de significado, desde a definição de significado como propriedade intrínseca às palavras, passando pelas definições, entre outras, de significado como conotação, essência, consequências práticas, emoção, até às definições de significado como sendo o que é referido.

Desde a obra de Ogden e Richards muita investigação foi feita no âmbito da semântica, por filósofos, linguistas, e até psicólogos. Contudo, uma distinção básica tem guiado a investigação semiótica contemporânea deste século, a distinção entre significado e referência, feita inicialmente por Frege.²

Frege chega à distinção entre significado e referência partindo da questão sobre a igualdade. É a igualdade uma relação de objectos ou uma relação de nomes ou signos de objectos? Frege defende que a igualdade é uma relação de signos. Ele argumenta do seguinte modo: as proposições “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ” possuem valores cognitivos diferentes; enquanto a primeira é, em linguagem kantiana, um juízo analítico que nada de novo nos ensina, a segunda representa bastas vezes uma importante ampliação do conhecimento. A descoberta de que é o mesmo sol, e não um novo,

¹Saussure, *ibidem*, p. 121.

²Gottlob Frege, *Estudios sobre Semántica*, Editorial Ariel, Barcelona, 1973, pp. 49-84.

que cada manhã nasce constitui um dos conhecimentos de maior alcance na astronomia. Ora se a igualdade fosse uma relação entre objectos – isto é, entre aquilo a que “a” e “b” se referem – então “a = a” e “a = b” não seriam proposições diferentes. É que nesse caso, apenas se afirmaria a relação de igualdade de um objecto consigo mesmo. Mas isso não nos traria um novo conhecimento. Aqui há que introduzir um novo elemento. Para além da referência deve-se considerar o significado do nome ou do signo. O significado consiste na forma como o objecto é dado. A mais valia cognitiva da proposição “a = b” relativamente a “a = a” reside justamente em “a” e “b” se referirem de modo diferente ao mesmo objecto. Têm significados diferentes e uma mesma referência. “A estrela da manhã” não significa o mesmo que “a estrela da noite” mas ambas as expressões referem o mesmo objecto. Por estrela da manhã entende-se (significa-se) o último astro a desaparecer do céu com a aurora, ao passo que por estrela da noite entende-se o primeiro astro a aparecer no firmamento ao entardecer. Num e noutro caso designa-se o planeta Vénus.

O significado de um nome ou signo é apreendido por quem conhece a língua ou o conjunto dos signos em que esse signo se enquadra. Normalmente um signo tem um significado e a esse significado corresponde uma referência. O mesmo significado e a correspondente referência têm em diferentes línguas diferentes expressões.

Nem sempre a um significado corresponde uma referência. A expressão “o corpo mais afastado da Terra” tem certamente um significado, mas é questionável se ela refere algum objecto.

Frege sublinha enfaticamente que o significado não é uma representação subjectiva. O significado é objectivo. A representação que uma pessoa faz de um objecto é a representação dessa pessoa e é diferente das representações que outras pessoas têm do mesmo objecto. A representação de uma árvore, por exemplo, varia de pessoa para pessoa, e isso torna-se bem patente quando lhes pedimos para desenhar uma árvore. Cada uma fará um desenho

diferente. O significado de árvore, em contrapartida, é comum a todos aqueles que o apreendem.

Mas a distinção entre significado e referência não se restringe aos nomes próprios, entendendo-se aqui por nomes próprios quaisquer designações como sejam “Aristóteles”, “o professor de Alexandre o Grande”, “4”, “2+2”. Segundo Frege, também as proposições têm um significado e uma referência. O significado de uma proposição é o pensamento ou a ideia que ela exprime. Admitindo que uma proposição tem uma referência, a substituição de um seu elemento por um outro com a mesma referência, não alterará a referência da proposição. No entanto, o sentido poderá ser muito diferente. As proposições “a estrela da manhã é um planeta iluminado pelo sol” e “a estrela da noite é um planeta iluminado pelo sol” exprimem ideias diferentes de tal modo que alguém pode aceitar uma e negar a outra. Em termos de referência nada, porém, se modificou. Se a ideia expressa pela proposição constitui o seu significado, então qual é a sua referência? A questão é importante na medida em que em muitas frases com significado o sujeito não tem referência. A frase “Ulisses aportou a Ítaca enquanto estava a dormir” é certamente uma proposição com significado, embora não se possa garantir que Ulisses tenha uma referência. Aliás, tenha ou não tenha Ulisses uma referência, o significado da proposição não se altera. A questão é ainda mais evidente na frase “Um círculo quadrado é uma impossibilidade geométrica”. “Círculo quadrado” não designa manifestamente nada, mas a frase é cheia de significado. Tem aqui cabimento perguntar se uma proposição não terá apenas significado. Frege responde que se assim fosse, isto é, que se uma proposição tivesse apenas significado, então não faria sentido investigar a referência de um dos seus elementos, pois que bastaria o significado desse elemento. Ora o que efectivamente se passa, é que em regra preocupamo-nos com saber se um elemento da frase tem ou não referência. Sendo assim, então teremos de admitir que também as proposições têm referência. Ademais o valor do pensamento ex-

presso na proposição depende da referência dos seus elementos. Esse valor é justamente o valor de verdade da proposição.

Quando se trata de ficção mitológica ou literária o nosso interesse prende-se exclusivamente ao significado das proposições. é irrelevante se os nomes próprios integrantes nas proposições têm ou não referência. Porém, quando não se trata de ficção, então a questão referencial dos elementos da proposição é fundamental para aquilatar da verdade da proposição. É justamente no respectivo valor de verdade que Frege vê a referência de uma proposição. Valor de verdade de uma proposição significa tão somente o facto dessa proposição ser verdadeira ou falsa. Não havendo outros valores de verdade que a verdade e a falsidade, conclui-se que toda e qualquer proposição tem como referência ou o verdadeiro ou o falso. Todas as proposições verdadeiras têm a mesma referência, o verdadeiro, e todas as falsas o falso.

O que ficou dito aplica-se às proposições principais, que podem ser consideradas também como nomes próprios, como designações da verdade ou da falsidade. Quanto às proposições acessórias o caso é diferente. Considerem-se as proposições integrantes começadas por “que”. Nestes casos há que distinguir entre referência directa e indirecta. Quando alguém se quer referir ao significado das palavras e não aos objectos por estas designados, então essa referência é indirecta. Assim, quando uma pessoa cita em discurso directo as palavras de uma outra pessoa, as próprias palavras referem-se às palavras do outro e só estas últimas é que têm a referência habitual. A referência directa consiste, portanto, nos objectos designados, a indirecta no significado habitual das palavras ou dos signos. As frases integrantes têm uma referência indirecta, isto é, a sua referência coincide com o seu sentido habitual e não com o respectivo valor de verdade. É assim que o diferente valor de verdade das proposições acessórias não modifica o valor de verdade da proposição principal no exemplos seguintes: “Copérnico julgava que as órbitas dos planetas eram circulares” e “Copérnico julgava que a ilusão do movimento solar era provocada pelo movimento real da terra”. Ambas as proposições

citadas são verdadeiras, embora no primeiro caso a referência directa da proposição acessória seja falsa. Só que não se trata aqui de avaliar se o juízo de Copérnico estava correcto ou errado, mas sim se efectivamente ele julgava isso. A questão não se prende, portanto com a referência, mas com o sentido da frase. Por isso mesmo, a primeira proposição é tão verdadeira como a segunda.

A distinção fregeana entre significado e referência abre caminho à distinção hoje mais comum entre intensão e extensão e de extrema importância na semiótica actual. A intensão de uma expressão é o conjunto de atributos (qualidades e propriedades) das entidades a que a expressão se refere, e a extensão da expressão o conjunto de objectos ou características a que se refere.³

5.2 Concepções duais e concepções triádicas dos signos.

Feita a distinção entre significado e referência, mais fácil se torna compreender a diferença entre as concepções duais e as concepções triádicas de signo. A concepção dual de signo abstrai da referência, considera-o uma questão ontológica e não semiótica, enquanto a concepção triádica de signo considera o referente uma parte integrante da relação signica. Saussure e Peirce são respectivamente os representantes máximos das concepções de signo referidas.

Saussure considera o signo linguístico como uma entidade psíquica de duas faces, que pode ser representado pela figura:

| |
|-----------------|
| Conceito |
| Imagem acústica |

“Estes dois elementos estão intimamente unidos e postulam-se um ao outro. Quer procuremos o sentido da palavra latina *arbor*, quer investiguemos qual a palavra com que o latim designa

³Veja-se a entrada “Intension vs. Extension”, *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, pp. 354-384. É uma das entradas mais extensas deste Dicionário.

o conceito “árvore”, é evidente que só as aproximações consagradas pela língua nos aparecem conformes à realidade e, por isso, afastamos qualquer outra que se pudesse imaginar.”⁴

Em ordem a demarcar o signo enquanto totalidade desta entidade de duas faces e a impedir a sua identificação com a imagem acústica, Saussure procede a uma precisão terminológica: “Propomos manter a palavra signo para designar o total e substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante; estes dois termos têm a vantagem de marcar a oposição que os separa entre si e que os distingue do total de que fazem parte.”⁵

A partir da aceção do signo linguístico como entidade de duas faces, Saussure procede à sua caracterização. Desde logo, Saussure apura a arbitrariedade do signo. A associação entre significante e significado é arbitrária. O vínculo que une as duas faces do signo é de natureza convencional, ele assenta num hábito colectivo. “Assim, a ideia de “pé” não está ligada por nenhuma relação à cadeia de sons [p] + [e] que lhe serve de significante; podia ser tão bem representada por qualquer outra: provam-no as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes”.⁶

“Podemos, portanto, dizer que os sinais puramente arbitrários realizam melhor do que os outros o ideal do processo semiológico; é por isso que a língua, o mais complexo e o mais difundido dos sistemas de expressão, é também o mais característico de todos; neste sentido, a linguística pode tornar-se o padrão geral de toda a semiologia, ainda que a língua seja apenas um sistema particular.”⁷

É pela arbitrariedade que o signo se distingue do símbolo: “O símbolo nunca é completamente arbitrário; ele não é vazio; há

⁴*ibidem*, p. 122.

⁵*ibidem*, p. 124

⁶*ibidem*.

⁷*ibidem*, p. 125

sempre um rudimento de ligação natural entre o significante e o significado.”⁸

Mas que quer dizer arbitrário? Quando dizemos que o signo é arbitrário isso “não deve dar a ideia de que o significante depende da livre escolha do sujeito falante; queremos dizer que ele é imotivado, isto é arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem, na realidade, qualquer ligação natural.”⁹ É justamente devido à arbitrariedade do signo linguístico que Saussure considera a língua como o mais característico de todos os sistemas semiológicos, podendo, por isso mesmo, a linguística tornar-se o padrão geral de toda a semiologia.¹⁰

Como segunda característica do signo linguístico Saussure aponta a linearidade do significante. “O significante, porque é de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo e ao tempo vai buscar as suas características: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão; é uma linha.”¹¹

Esta linearidade caracteriza o signo linguístico na medida em que, enquanto acústico, o distingue dos signos visuais, passíveis de serem apreendidos simultaneamente. “Por oposição aos significantes visuais (sinais marítimos, etc.), que podem oferecer complicações simultâneas em várias dimensões, os significantes acústicos só dispõem da linha do tempo; os seus elementos apresentam-se uns após outros; formam uma cadeia. Esta característica aparece mais nítida quando os representamos na escrita: a linha espacial dos sinais gráficos substitui a sucessão no tempo.”¹²

A terceira característica do signo reside na sua mutabilidade e imutabilidade. Paradoxalmente, o signo linguístico é simultaneamente mutável e imutável. Parece ser uma contradição, mas a contradição desaparece atendendo às diferentes perspectivas em que o signo é mutável e imutável. O signo é imutável pela sim-

⁸*ibidem*, p. 126.

⁹*ibidem*.

¹⁰*ibidem*, p. 125.

¹¹*ibidem*, p. 128.

¹²*ibidem*.

ples razão de que “relativamente à comunidade linguística que o emprega, o signo não é livre mas imposto. A massa social não é consultada, e o significante escolhido pela língua não poderia ser substituído por qualquer outro. (...) Não só um indivíduo seria incapaz, se o quisesse, de modificar no quer que fosse a escolha que foi feita, mas a própria comunidade não pode exercer a sua soberania sobre uma só palavra: ela está ligada à língua tal como é.”¹³

A língua aparece pois como um corpo imutável, independente não só do sujeito como da própria comunidade linguística. “Em qualquer época, e por muito que recuemos, a língua aparece como uma herança duma geração precedente. O acto pelo qual, num dado momento, os nomes foram distribuídos pelas coisas, e que estabeleceu o contrato entre os conceitos e as imagens acústicas - esse acto, podemos imaginá-lo, mas nunca foi verificado. A ideia de que tudo se tivesse passado dessa forma é-nos sugerida pela nossa consciência muito viva da arbitrariedade do signo.”¹⁴

A língua aparece pois como um bem adquirido e acabado que aceitamos em bloco e não como algo informe. Saussure apresenta quatro razões para a imutabilidade dos signos linguísticos. Antes de mais o carácter arbitrário do signo. É que “para que uma coisa seja posta em questão é preciso que assente numa norma racional. Podemos, por exemplo, discutir se o casamento monogâmico é mais racional do que o poligâmico e apresentar argumentos a favor de um ou do outro. Podíamos também atacar um sistema de símbolos, porque o símbolo tem uma relação racional com a realidade significada; mas na língua, sistema de signos arbitrários, não temos esta base e sem ela não há fundamento sólido para discussão; não há nenhum motivo que leve a preferir irmã a soeur, ox a boi, etc.”¹⁵

Segundo, a enorme quantidade de signos necessários para constituir qualquer língua torna o sistema tão pesado que é quase im-

¹³*ibidem*, p. 129.

¹⁴*ibidem*, p. 130.

¹⁵*ibidem*, p. 132.

possível substituí-lo por outro. Terceiro, a complexidade do sistema. A língua é um sistema tão complexo que mesmo a maior parte dos falantes desconhecem o mecanismo que lhe está subjacente. Por fim, há a resistência da inércia colectiva a todas as inovações linguísticas. Saussure considera mesmo que, de entre todas as instituições sociais, a língua é a mais resistente à mudança na medida em que é a mais utilizada pelo maior número de indivíduos de uma comunidade. “A língua é, de todas as instituições sociais, a que oferece menor margem às iniciativas. Ela incorpora a vida da comunidade, e esta, naturalmente inerte, aparece antes de mais como um factor de conservação.”¹⁶

Numa outra perspectiva, porém, o signo linguístico aparece como mutável. Como instituição social também a língua está sujeita à acção do tempo. “O tempo que assegura a continuidade da língua, tem um outro efeito, à primeira vista contraditório em relação ao primeiro: o de alterar mais ou menos rapidamente os signos linguísticos, e, num certo sentido, podemos falar ao mesmo tempo de imutabilidade e da mutabilidade do signo.”¹⁷

A mutação provocada pelo tempo sobre a língua consiste fundamentalmente num desvio na relação entre significante e significado.

A concepção triádica do signo é bem ilustrada no célebre triângulo de Ogden e Richards, em que na base do triângulo se encontram o símbolo, no lado esquerdo, e o referente, no lado direito, e no topo o pensamento ou referência. Como na base do triângulo não há uma relação directa entre símbolo e referente, a relação entre estes dois é indirecta, mediada pelo pensamento ou referência que se encontra no topo.

A terminologia de Ogden e Richards tem sido substituída por outras terminologias, de que são exemplo as de Peirce, *representamen* ou signo em vez de símbolo, interpretante em vez de pensamento, objecto em vez de referente, ou a de Morris, respectivamente veículo sígnico, interpretante e *designatum*. Contudo a

¹⁶*ibidem*, p. 133.

¹⁷*ibidem*, p. 134.

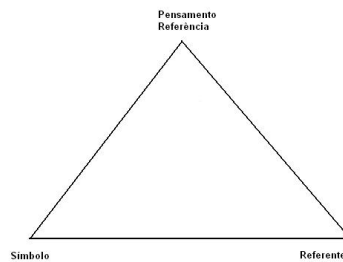


Figura 5.1: Triângulo de Ogden e Richards

estrutura triádica do signo mantém-se a mesma. Utilizando a distinção de intensão e extensão de uma expressão, dir-se-á que o interpretante constitui a intensão de um signo e que a sua extensão reside na classe de objectos que o signo pode referir mediante o interpretante.

à luz do triângulo semiótico pode representar-se a teoria dos signos de Saussure como contemplando apenas o lado esquerdo do triângulo. Significante corresponderia a símbolo e significado a pensamento ou referência. Ora tal como Saussure também Peirce considera que a relação entre signo e interpretante é convencional (ao contrário de Ogden e Richards, que consideravam haver relações causais nos dois lados do triângulo). A diferença reside efectivamente na dimensão extensional do signo que a semiótica de Saussure não contempla.

5.3 As noções de verdade e objectividade

A importância das investigações de Frege sobre o significado e a referência para a semântica em particular, e para a semiótica em geral, reside em pela primeira vez se associar a questão da verdade à questão do significado. As teorias clássicas da verdade como correspondência partiam do significado como algo dado à partida. Não questionavam o significado da proposição cuja verdade cabia investigar, ou melhor, julgavam que era possível inqui-

rir o significado de uma proposição independentemente de saber o que é que a tornava verdadeira ou falsa. Ora o mérito de Frege consiste justamente em ter mostrado que é impossível apreender o significado de uma frase sem reconhecer as condições da sua verdade. Só em conjunto é possível explicar as noções de verdade e significado, justamente enquanto elementos de uma mesma teoria.

No modelo triádico de signo a relação entre interpretante e objecto é uma relação sujeita aos critérios de adequação. Ora a verdade tem sido entendida desde Aristóteles como uma adequação entre o pensamento e a realidade. O signo pode ter um significado correcto e, no entanto, não ser verdadeiro. É que a correcção do signo (significante, representamen) situa-se no lado ascendente do triângulo, o lado esquerdo, ao passo que a sua adequação situa-se no seu lado descendente, o lado direito. As palavras dos contos de fadas têm um significado correcto, mas não há uma adequação aos objectos referidos.

Charles Morris considera justamente que a questão central da semântica reside no estabelecimento da regra semântica a qual determina sob que condições um signo é aplicável a um objecto ou a uma situação. “Um signo denota o que se conforma às condições estabelecidas na regra semântica, enquanto a própria regra estabelece as condições de designação e, desse modo, determina o designatum.”¹⁸

Quer isto dizer que a dimensão semântica de um signo só existe na medida em que há regras semânticas que determinam a sua aplicabilidade a certas situações sob certas condições.

A diferenciação e classificação dos signos em índices, ícones, símbolos e outros, explica-se pelas diferentes espécies de regras semânticas. Assim, a regra semântica de um signo indexical como o apontar estipula que o signo designa a qualquer momento aquilo que é apontado. Neste caso, o signo não caracteriza o que denota. Em contrapartida, ícones e símbolos caracterizam aquilo que designam. Se o signo caracterizar o objecto denotado por mostrar

¹⁸Cf. Morris, *ibidem*, p. 16.

nele mesmo as propriedades que um objecto tem, como acontece com as fotografias, os mapas ou os diagramas químicos, então o signo é um ícone; se não for esse o caso, então trata-se de um símbolo.

A regra semântica também se estende às proposições. Aqui a regra que estipula as condições de aplicabilidade da proposição a um determinado estado de coisas envolve necessariamente a referência às regras semânticas dos signos que a compõem.

5.4 Os múltiplos níveis de significação. Denotação e conotação.

Hjelmslev fez a distinção entre uma semiótica denotativa e uma semiótica conotativa. A primeira não teria como objecto um sistema sónico, ao passo que a segunda teria como objecto no plano da expressão um sistema semiótico.¹⁹

A partir da distinção de Hjelmslev Roland Barthes desenvolve toda uma teoria da estratificação de sentidos. Existem sentidos primeiros, sentidos segundos assentes sobre os primeiros, sentidos terceiros assentes nos segundos, etc. O sentido aparece como um composto de camadas sucessivas de sentidos.

No posfácio às *Mitologias* Barthes define o mito como um sistema semiológico segundo construído sobre uma série semiológica já existente antes dele. Esta série constitui o significante do signo que o mito é. A língua, enquanto sistema semiológico primeiro, é a matéria prima ou a linguagem objecto do mito enquanto sistema semiológico segundo. Barthes mostra, mediante o exemplo do jovem negro vestido com um uniforme francês fa-

¹⁹“...denotative semiotic, by which we mean a semiotic none of whose planes is a semiotic. It still remains, through a final broadening of our horizon, to indicate that there are also semiotics whose expression plane is a semiotic and a semiotics whose content plane is a semiotic. The former we shall call connotation semiotics, the latter metasemiotics.” *Prolegomena to a Theory of Language*, Madison: The University of Wisconsin Press, 1961, p.114.

zendo a saudação militar à tricolor, como o sentido primeiro dessa imagem constitui o significante de um outro signo. O sentido primeiro é o de um jovem soldado de cor fazendo continência à bandeira francesa. Mas o sentido segundo que assenta no primeiro sentido é bem diferente. Essa imagem significa “que a França é um vasto Império, que todos os seus filhos, sem distinção de cor, servem fielmente sob a sua bandeira, e que não há melhor resposta aos detractores dum pretenso colonialismo do que o zelo deste negro em servir os seus pretensos opressores.”²⁰

Aqui o que importa é saber como o sentido segundo se constrói sobre o sentido primeiro, isto é, descortinar como é que se dá a estratificação dos sentidos de um mesmo objecto. No caso apontado, o sentido segundo tem como significante aquilo que constitui o sentido formado pelo sistema semiológico prévio, a saber, “um soldado negro faz a saudação militar francesa”. Este sentido pode ser encarado de dois diferentes pontos de vista: como termo final da decifração da imagem ou como termo inicial de uma mensagem. Terminologicamente, Barthes chama-lhe sentido enquanto termo final e forma enquanto termo inicial. O mito enquanto sistema semiológico tridimensional (significante, significado, signo) vai buscar ao sentido do sistema linguístico a sua forma (o significante).

O ponto de encontro dos dois sistemas é por natureza ambíguo. Se, visto do primeiro sistema, esse ponto é cheio (é o sentido), visto do segundo ele aparece como vazio (é a forma). No exemplo citado, esse ponto é “um soldado negro faz a saudação militar francesa”. Se alguém olha para a imagem do jovem negro vestido com um uniforme francês fazendo continência à tricolor o primeiro sentido que obtém é que se trata de um soldado negro a fazer a saudação à bandeira francesa. Porém, visto do segundo sistema, esse ponto comum é vazio. É aqui que surge a pergunta: “Muito bem, trata-se de um soldado negro a fazer a saudação à bandeira francesa, mas que é que isso significa?” E agora

²⁰Mitologias, Lisboa: Edições 70, 1988, p. 187.

procura-se o sentido segundo da imagem. Esse sentido pode ser o da universalidade do império francês.

O segundo sentido apoia-se sobre o primeiro, mas os dois não coexistem pacificamente. Focar um implica desfocar o outro.²¹

Contudo, a mudança de focagem é a todo o momento possível. Muitas vezes, sem se dar conta, a percepção de um sentido resvala para a do outro. É como se um torniquete entre um e outro se abrisse e se fechasse sucessivamente. Mas há uma diferença. É possível alguém quedar-se pelo sentido primeiro e nunca chegar ao sentido segundo, mas o sentido segundo pressupõe sempre o primeiro, nunca o dispensa completamente.²²

Na focagem e desfocagem de sentidos correm-se sempre riscos. Se alguém se ficar pelos sentidos primeiros poderá ser acusado de curto de vistas e de ingénuo, mas se alguém procurar em toda a parte sentidos segundos correrá o risco de ver gigantes onde há apenas moinhos de vento e de ficar cego para os sentidos originários.

Em *Elementos de Semiologia* Barthes sistematiza mediante a noção de semiótica conotativa de Hjelmslev a teoria da estratificação dos sentidos. Os sistemas semiológicos conotados são aqueles cujo plano de expressão (significante) é constituído ele próprio por um sistema de significação.²³

Os sistemas primeiros são os denotados. Toda a conotação pressupõe uma denotação que lhe serve de significante ou, como Barthes lhe chama, conotador. “As unidades do sistema conotado

²¹“Ao tornar-se forma, o sentido afasta a sua contingência; esvazia-se, empobrece-se, a história evapora-se, nada mais resta do que a letra. Há uma permutação paradoxal das operações de leitura, uma regressão anormal do sentido à forma, do signo linguístico ao significante mítico.” *ibidem*, p. 188.

²²“O sentido será para a forma como que uma reserva instantânea de história, como que uma riqueza submissa, que é possível convocar ou afastar numa espécie de alternância rápida: importa que sem cessar a forma possa voltar a enraizar-se no sentido e nele alimentar-se naturalmente: importa sobretudo que possa nele ocultar-se. é este interessante jogo de esconde-esconde entre o sentido e a forma que define o mito.” *ibidem*, p. 189.

²³*Elementos de Semiologia*, Lisboa: Edições 70, 1989, p. 75.

não são forçosamente do mesmo tamanho das do sistema denotado.”²⁴

Como conotadores podem servir grandes fragmentos do discurso denotado. Assim, por exemplo, o tom de um texto pode remeter para um único significado ao nível da conotação.

Segundo Barthes, há um ponto comum para o qual remetem todos os sistemas conotativos: a ideologia. Quer isto dizer que todos os significados das conotações desembocam na ideologia ou, mais exactamente, “a ideologia é a forma dos significados de conotação.”²⁵

Em contrapartida, a retórica é a forma dos conotadores. A semiologia enquanto ciência das formas de significação tem um papel desideologizante da cultura. É que a ideologia encontra-se sempre num sentido segundo, mais ou menos escondida, e o semiólogo o que faz é expor os sistemas semiológicos pelos quais é produzida e em que existe. Por isso mesmo, todo o semiólogo é de certo modo um mitólogo, aquele que decifra os mitos constituintes da civilização.

Barthes apresenta a semiótica da conotação como a semiótica do futuro e a razão que dá para isso reside no facto de “a sociedade desenvolver constantemente, a partir do sistema primeiro que lhe é fornecido pela linguagem humana, sistemas segundos de sentido, e esta elaboração, umas vezes exibida, outras disfarçada, racionalizada, é quase como uma verdadeira antropologia histórica.”²⁶

Aliás, grande parte do labor intelectual de Barthes consiste em decifrar as múltiplas estruturas de significação que como nervos vitais percorrem toda a tessitura da cultura humana.

²⁴*ibidem*, p. 77.

²⁵*ibidem*.

²⁶*ibidem*, p. 76.

5.5 Os códigos

Introduzido por Saussure como sinónimo de língua, o termo “código” ganhou um sentido mais lato como um repertório de signos e constitui um dos termos centrais da semiótica.²⁷

À definição extensional de código como conjunto ou classe, no sentido em que se fala de um código de leis, penal ou de estrada, há a acrescentar uma definição intensional de código.²⁸

Do ponto de vista intensional um código consiste em dois conjuntos correlacionados um com o outro numa relação de correspondência dos seus elementos. No domínio da comunicação há o universo dos significantes e o universo dos significados. A natureza intensional do código está em fazer corresponder a cada elemento de um conjunto um elemento do outro conjunto.

O código assume, assim, várias funções, consoante a sua intensão ou extensão. Por um lado, constitui um repertório e possibilita uma enumeração de um conjunto de signos, associados por um atributo comum. Por outro lado, fornece o princípio de formação do próprio repertório, tanto em modo de codificação como de descodificação. O dicionário de uma língua natural é extensionalmente um código lexical, na medida em que abarca as unidades da língua, e é intensionalmente um código semântico, na medida em que fornece os significados dos termos, fazendo corresponder a cada termo uma explicação semântica do mesmo.

Se Saussure empregou o termo código para designar o sistema da língua é porque nesta existem os planos dos significantes e dos significados numa correspondência de um a um, em que a cada significante corresponde um significado e vice-versa. Dominar o código da língua é saber qual o significado que corresponde a determinado significante. As noções de “cifrar”, “codificação”,

²⁷Veja-se Umberto Eco, *A Theory of Semiotics*, 1976, em que a semiótica é apresentada como uma teoria de códigos.

²⁸Sobre as definições intensional e extensional de código confira-se a entrada “Code” no *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, pp. 123-132.

“descodificação”, “chaves do código” aplica das aos signos derivam justamente da natureza intensional dos códigos.

Uma dimensão importante dos códigos nos sistemas sýgnicos é a economia que representam no uso dos signos.²⁹

Um exemplo simples tornará clara esta dimensão. Para sinalizar os quartos de um hotel é comum hoje usar números de três algarismos em que o primeiro algarismo designa o andar e os dois últimos o número do quarto. É uma maneira mais económica, embora menos simples, do que a de atribuir a cada quarto um número de uma única série. A economia neste caso é conseguida mediante uma hierarquização de dois códigos, o código dos andares e o código dos quartos de cada andar.

Um outro tipo de economia nos signos reside em adaptar o código às circunstâncias específicas em que se faz a descodificação e, desse modo, reduzir o número de unidades codificadas. Quando um camionista faz numa estrada, em determinadas circunstâncias, o sinal de pisca à esquerda, significa com isso, não o significado legal e habitual de que vai virar à esquerda ou que quer ultrapassar, mas simplesmente de que o carro que vai atrás dele não o deve ultrapassar naquele momento. As circunstâncias, a proibição de cortar à esquerda, o andamento lento do camião que não dá para ultrapassar, reduzem o leque de unidades significativas a descodificar naquele momento. Neste último caso encontramos já no domínio das propriedades pragmáticas do signo.

²⁹Sobre o tema veja-se a obra de Luis Prieto, *Mensagens e Sinais*. São Paulo: Cultrix, 1973. , cuja segunda parte se intitula “Economia” (pp. 75-151)

Capítulo 6

As propriedades pragmáticas do signo

6.1 A natureza pragmática do signo. A noção de interpretante

Foi o pragmatismo, a corrente filosófica iniciada por Peirce, que prestou especial atenção à relação entre os signos e os seus utilizadores. O pragmatismo compreendeu que para além das dimensões sintáctica e semântica na análise do processo sígnico há uma dimensão contextual. Isto é, o signo não é independente da sua utilização. A novidade da abordagem pragmatista da semiose está em não remeter a utilização dos signos para uma esfera exclusivamente empírica, socio-psicológica, mas encarar essa utilização de um ponto de vista lógico-analítico. A dimensão pragmática é, tal como as dimensões sintáctica e semântica da semiose, uma dimensão lógico-semiótica.

De certo modo a pragmática surge como um desenvolvimento imanente do processo semiótico. Com isto quer-se dizer que tal como a análise das formas sígnicas (sintáctica) leva necessariamente à consideração dos valores semânticos como critério para definir as unidades sintáticas, assim também a análise do signi-

ficado induz à consideração das condições e situações da sua utilização. Bobes Naves traça muito bem o desenvolvimento da análise semiótica conducente à pragmática: “Ao estudar as formas e as relações dos signos, (...) somos levados necessariamente a ter em conta os valores semânticos como critério para definir as unidades, mesmo no plano estritamente formal. E ao analisar o significado, e sobretudo o sentido, dessas unidades e dos processos sémióticos em geral, surgem problemas acerca dos diferentes modos de significar e sobre a forma em que os usos adoptam as relações de tipo referencial, ou as de iconicidade, ou os valores simbólicos, etc.; torna-se necessário determinar os marcos lógicos, ideológicos ou culturais em que se dão os processos semióticos; as situações em que colhem sentido os diferentes signos; os indícios textuais que orientam os sujeitos que intervêm no processo de comunicação (dêcticos, apreciações subjectivas, usos éticos e étimos do signos codificados, etc.), de modo que qualquer estudo semântico ou sintáctico conduz inexoravelmente à investigação pragmática. Tanto as unidades sintácticas como o sentido do texto estão vinculados à situação de uso, às circunstâncias em que se produz o processo de expressão, de comunicação, de interpretação dos signos objectivados num tempo, num espaço e numa cultura.

Por outro lado, a relação dos sujeitos que usam os signos num processo semiótico em que partilham o enquadramento situacional e todas as circunstâncias pragmáticas, pode estabelecer-se num tom irónico, sarcástico, metafórico, simbólico, etc., que condiciona o valor das referências próprias dos signos. As relações dos sujeitos com o próprio texto constituem uma clara fonte de sentido. Os signos, incluindo os codificados, mas sempre circunstanciais, adquirem um valor semiótico concreto em cada uso, um sentido (...) para além do que possam precisar nos limites convencionais do mesmo texto.

O desenvolvimento interno da investigação semiológica conduz, por conseguinte, de um modo progressivo, da sintaxe à se-

mântica e desta à pragmática enquanto consideração totalizadora de todos os aspectos do uso do signo nos processos semióticos.”¹

Assim como as regras sintáticas determinam as relações sígnicas entre veículos sígnicos e as regras semânticas correlacionam os veículos sígnicos com outros objectos, assim as regras pragmáticas estabelecem as condições em que algo se torna um signo para os intérpretes. Isto é, o estabelecimento das condições em que os termos são utilizados, na medida em que não podem ser formuladas em termos de regras sintáticas e semânticas, constituem as regras pragmáticas para os termos em questão.²

Efectivamente, o emprego, por exemplo, da interjeição 'Oh!', da ordem 'Vem cá', do termo valorativo 'Felizmente', é regido por regras pragmáticas.

O estabelecimento da regra pragmática permite traçar a fronteira entre o uso e o abuso dos signos. Qualquer signo produzido e usado por um intérprete pode também servir para obter informações sobre esse intérprete. Tanto a psicanálise, como o pragmatismo ou a sociologia do conhecimento interessam-se pelos signos devido ao valor de diagnose individual e social que a produção e a utilização dos signos permite. O psicanalista interessa-se pelos sonhos devido à luz que estes lançam sobre a alma do sonhador. Ele não se preocupa com a questão semântica dos sonhos, a sua possível verdade ou correspondência com a realidade. Aqui o signo exprime – mas não denota! – o seu próprio interpretante.

Graças ao carácter diagnóstico da utilização dos signos, é possível e é “perfeitamente legítimo para certos fins utilizar signos simplesmente em ordem a produzir certos processos de interpretação, independentemente de haver ou não objectos denotados pelos signos ou mesmo de as combinações de signos serem ou não formalmente possíveis relativamente às regras de formação e tran-

¹Maria del Carmen Bobes Naves, *La Semiología*, Madrid: Síntesis, p. 97.

²Cf. Charles Morris, *ibidem*, p. 25.

sformação da língua em que os veículos sígnicos em questão são normalmente utilizados.”³

Os signos podem ser usados para condicionar comportamentos e acções tanto próprios como alheios. Ordens, petições, exortações, etc., constituem casos em que os signos são usados sobretudo numa função pragmática. “Para fins estéticos e práticos o uso efectivo dos signos pode requerer vastas alterações ao uso mais efectivo dos mesmos veículos sígnicos para fins científicos. (...) o uso do veículo sígnico varia com o fim a que se presta”.⁴

O abuso dos signos verifica-se quando são usados de modo a darem uma aparência que efectivamente não têm. O abuso toma usualmente a forma de mascaramento dos verdadeiros objectivos visados com a utilização dos signos. Um exemplo de abuso dos signos é o caso em que para obter certo objectivo se dão aos signos usados as características de proposições com dimensão sintáctica e semântica, de modo a parecerem ter sido demonstrados racionalmente ou verificados empiricamente, quando efectivamente o não foram.

Morris considera que se trata de um abuso da doutrina pragmatista identificar verdade com utilidade. “Uma justificação peculiarmente intelectualista de desonestidade no uso dos signos consiste em negar que a verdade tenha outro componente para além do pragmático, de jeito que qualquer signo que se preste aos interesses do utilizador é considerado verdadeiro.”⁵

Trata-se de um abuso pois que a verdade é um termo semiótico e não pode ser encarado na perspectiva de uma única dimensão. “Aqueles que gostariam de acreditar que ‘verdade’ é um termo estrita mente pragmático remetem frequentemente para os pragmatistas em apoio da sua opinião, e naturalmente não reparam (ou não percebem) que o pragmatismo enquanto uma continuação do empirismo uma generalização do método científico para fins filosóficos e que não poderia afirmar que os factores no uso comum

³*ibidem*, p. 27.

⁴*ibidem*, p. 28.

⁵*ibidem*.

do termo 'verdade', para os quais se tem vindo a chamar a atenção, aniquilariam factores reconhecidos anteriormente.”⁶

6.2 Sistema e uso. Língua e fala. Competência e *performance*.

Os signos são elementos de um sistema e os signos têm um uso. Esta é uma distinção capital para a semiótica e fundamental para uma compreensão correcta da pragmática. O sistema de que o signo faz parte está aquém do uso que se faz dos signos. O sistema, como bem viu Hjelmslev,⁷

é uma realidade puramente formal, o conjunto das relações abstractas existindo entre os seus elementos. Do ponto de vista sistemático não há diferenças entre uma língua viva e uma língua morta. É do sistema que decorre a natureza vinculativa e a uniformidade do signo. O uso, por seu lado, constitui a particularidade e a irrepetibilidade do signo na sua realização concreta.

O primeiro grande *tour* de force de Saussure foi justamente o de fixar o sistema da língua como sistema semiótico, de, a partir da tremenda multiplicidade de elementos diversos, ter abstraído (extraído) a estrutura formal da língua. Saussure começa por, analisando o famoso esquema comunicacional entre um emissor e um receptor, distinguir entre elementos físicos, fisiológicos e psíquicos e por centrar o seu estudo exclusivamente nestes últimos. Num segundo passo, separa o que ele chama o facto social da língua, o facto de que “todos os indivíduos reproduzirão – não exacta, mas aproximadamente – os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos”⁸ dos actos individuais da fala.

Saussure demarca a língua tanto da linguagem, como da fala.

⁶- *ibidem*.

⁷Louis Hjelmslev, *Prolegomena to a Theory of Language*, The University of Wisconsin Press, Madison, 1961, p.28.

⁸Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1986, p. 40.

Face à linguagem a língua caracteriza-se por ser uma parte determinada, essencial, da linguagem. Enquanto a linguagem é multi-forme e heteróclita, estendendo-se sobre vários domínios, físicos, fisiológicos e psíquicos, individuais e sociais, sem uma unidade própria, a língua enquanto sistema de sinais para exprimir ideias é uma instituição social entre outras instituições sociais. A língua é um todo em si e compete-lhe a ela servir de princípio de classificação à linguagem.

Relativamente à fala que é individual e acidental, a língua distingue-se por ser social e essencial. “A língua não é uma função do sujeito falante, é o produto que o indivíduo regista passivamente; ela nunca supõe premeditação. Ela é um objecto bem definido no conjunto heteróclito dos factos da linguagem. Podemos localizá-la no momento determinado do circuito em que uma imagem auditiva se vem associar a um conceito. é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, e este, por si só, não pode criá-la nem modificá-la; ela só existe em virtude de um contrato firmado entre os membros da comunidade. Por outro lado, o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para lhe conhecer as regras; a criança só pouco a pouco a assimila.”⁹

Relativamente à caracterização saussureana da língua escreve Roland Barthes a paráfrase: “Como instituição social, ela não é um acto, escapa a qualquer premeditação; é a parte social da linguagem; o indivíduo, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; é essencialmente um contracto colectivo, ao qual nos temos de submeter em bloco, se quisermos comunicar; além disso este produto social é autónomo, maneira de um jogo que tem as suas regras, pois só o podemos manejar depois de uma aprendizagem.”¹⁰

À distinção saussureana entre língua e fala corresponde a distinção entre competência e *performance* na linguística de Noam Chomski. A competência significa o domínio que um falante de

⁹*ibidem*, p. 41.

¹⁰Roland Barthes, *Elementos de Semiologia*, Lisboa: Edições 70, 1989, p. 11.

uma língua tem sobre ela como sistema, podendo com isso entender frases que nunca ouviu, construir frases nunca antes construídas. A *performance* está na realização pontual dessa competência linguística.

O que a pragmática vem acrescentar à semiótica é a descrição das regras de uso dos signos. Sintaxe e semântica estudam exclusivamente o sistema, a pragmática estuda o uso dos elementos do sistema. A esta cabe definir as regras do uso dos signos, que são diferentes das regras do sistema. Segundo as regras do sistema é possível formar uma cadeia de signos gramaticalmente correcta que, no entanto, se revela de uso impossível.

Em termos linguísticos, a dimensão pragmática é exposta principalmente na questão de enunciação. Tarefa da pragmática é estudar as condições de enunciação. Não basta que uma frase esteja correcta do ponto de vista gramatical, é preciso também que ela se adeque ao contexto para que possa ter o sentido pretendido e possa ser entendida nesse sentido.

6.3 Contextos.

Todo o signo é usado dentro de um contexto e há diversos tipos de contexto.¹¹

Contexto pode ser desde logo o con-texto das unidades mais vastas que as proposições estudadas pela sintáctica. A linguística desenvolveu técnicas de análise do discurso capazes de tratar largas unidades de texto, conversação e argumentação. O signo é determinado não só pelas relações próximas, de tipo sintagmático, mas também por relações longínquas de narração e argumentação. Sem atenção a estas vastas unidades con-textuais do signo, este não poderia muitas vezes ser descodificado tanto no seu significado (denotação), como sobretudo no seu sentido (conotação).

¹¹Sobre a noção de contexto em pragmática ver “Pragmatics” no *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, pp. 651-761.

Em segundo lugar há um contexto existencial em que o signo é determinado pela relação com o seu referente. Pode-se falar de um contexto referencial, do mundo dos objectos e das ocorrências, em que referentes, mas também emissores e receptores, pela sua posição existencial condicionam e determinam o signo. As expressões indexicais ou deícticas como “eu”, “tu”, “este”, “hoje” constituem casos bem visíveis de uma contextualização existencial.

Os contextos situacionais são contextos consistindo de uma vasta classe de determinantes de ordem social. Esses determinantes podem ser instituições, como hospitais, recintos desportivos, palácios de justiça, restaurantes, etc. Dentro de cada um destes ambientes há regras próprias de comunicação a que os signos empregues se submetem tanto na sua relação com outros signos, como no seu significado. Por outro lado, as posições sociais que os intervenientes da comunicação assumem, posições hierárquicas, etc., também determinam os signos utilizados.

Em quarto lugar, os próprios actos de uso dos signos são contextos que podem ser designados por contextos de acção. A teoria dos actos de fala proposta por Austin considera os signos linguísticos como acções de determinada força com aplicações diversas. O que o signo é ou não é depende da acção que ele cumpre e, segundo ponto a ter em consideração, da intenção com que é realizado. Os actos de fala são acções intencionais.

Da intencionalidade dos contextos de acção surge um quinto contexto que se pode designar de psicológico, na medida em que categorias mentais e psicológicas entram na teoria pragmática da linguagem. É que acções e interacções são atribuídas a intenções, crenças e desejos.

6.4 O signo como acção.

Com as palavras não se dizem apenas coisas, também se fazem coisas. Fazem-se promessas, afirmações, avisos. É nisso que

reside a força ilocucional da língua, na terminologia de Austin. “Faço coisas ao dizer algo (...) O acto locucional tem um sentido, o acto ilocucional tem uma certa força no dizer-se algo.”¹²

Que é a força ilocucional, isto é, a capacidade de fazer coisas com a língua? Para se dar uma resposta, há que fazer a distinção austiniana entre constatativos e performativos. Constatativos são todas aquelas afirmações que verificam, apuram, constataam algo: “A mesa é verde”, “sinto-me cansado”, “O João é mais alto que o Pedro”, “Deus está nos céus”. São afirmações que podem ser verdadeiras ou falsas. Por sua vez, os performativos não descrevem, não relatam, não constataam nada, não são verdadeiros nem falsos, eles fazem algo ou então são parte de uma acção. O noivo que diz: “Eu, fulano tal, aceito-te, fulana tal, como minha legítima esposa” na cerimónia do casamento, não narra coisa alguma, ele está pura e simplesmente a fazer uma coisa: a casar-se com a fulana tal. E não se casa, se não disser (fizer) isso.

O acto de fala, o fazer falando, tem assim uma determinada força: a força ilocucional. Mas uma acto de fala, enquanto acção, pode resultar ou não resultar. Um acto de fala resulta quando entre o elocutor e o ouvinte se estabelece uma relação, justamente a visada pelo elocutor, e o ouvinte entende e aceita o que o elocutor lhe diz.

Para que os performativos tenham lugar há que satisfazer certas condições. Austin enumera justamente seis regras que têm de ser seguidas por quem pretenda realizar actos de fala. Em primeiro lugar, tem de haver um procedimento convencional, geralmente aceite, com um certo efeito convencional, em que esse procedimento inclui o uso de certas palavras por determinadas pessoas em determinadas circunstâncias. Segundo, as pessoas e as circunstâncias específicas num dado caso têm de ser apropriadas para invocar o procedimento específico apropriado. Terceiro, todos os intervenientes têm de cumprir o procedimento correctamente. Quarto, têm de o cumprir completamente. Quinto, nos

¹²J.L. Austin, *How to make things with words*, Oxford University Press, Oxford, 1975, p. 121

procedimentos para cujo cumprimento as pessoas têm de ter determinados pensamentos ou sentimentos, então as pessoas envolvidas têm de ter efectivamente esses pensamentos ou sentimentos e agir de acordo com eles. Sexto, os intervenientes têm de agir também posteriormente de acordo com eles.¹³

Se uma das condições não for satisfeita, então o acto de fala não se realiza.

Austin chama ao insucesso dos actos de fala infelicidades. As infelicidades, porém, não são todas idênticas. Quando resultam do incumprimento às primeiras quatro condições ou regras, chamam-se falhas, quando são infracções às duas últimas regras são designadas por abusos.

Exemplos de infracções a estas regras ajudam a compreendê-las.¹⁴

Uma infracção relativa à primeira regra ocorre quando, por exemplo, alguém desafia para um duelo um habitante de um país onde a instituição do duelo é totalmente desconhecida. Uma infracção à segunda regra ocorre quando uma pessoa dá uma ordem a outra, sem contudo estar investido (em geral ou numa determinada situação) de autoridade para o fazer. Infracções à terceira e quarta regras ocorrem principalmente no direito, porque aí se exigem determinados rituais ou formas rigorosas. Na vida do dia a dia estes casos são habitualmente ignorados, na medida do possível. Porém, pode-se dizer que há uma infracção à regra três quando, por exemplo, alguém “desmarca a actividade desportiva marcada para amanhã” sem indicar de que actividade desportiva se trata; ou se alguém “deixar em testamento a alguém uma casa”, possuindo, no entanto, oito casas, e não indicando de que casa se trata. Uma infracção à quarta regra ocorre quando fulano diz a sicrano: “aposto contigo que...”, mas sicrano não aceita a aposta. Vista de uma perspectiva jurídica, uma aposta é um contrato entre

¹³ *ibidem*, p. 14-15.

¹⁴ Os exemplos que se seguem são extraídos da exposição que Wolfgang Stegmüller faz da teoria dos actos de fala de Austin; *Hauptströmungen der Gegenwartsphilosophie II*, Stuttgart: Alfred Kröner Verlag, 1987, pp. 64 e ss.

dois lados. O que aqui existe é apenas a proposta para se fazer um contrato, mas que não teve seguimento. O que é comum a todos estes tipos de infracções é o facto de o acto de fala entendido não chegar a ter lugar. Se qualquer uma das quatro primeiras regras não for cumprida, o acto de fala pura e simplesmente não chega a ter lugar.

As infracções às últimas duas regras são de tipo bem diferente. O não cumprimento destas regras não implica só por si a não realização do acto de fala. Um exemplo típico de infracção a estas regras é uma promessa não cumprida. Se a pessoa A quando disse: “prometo-te que vou ter contigo ainda hoje” não tiver a intenção de ir lá, então existe uma infracção à quinta regra. Se A tinha de facto a intenção de cumprir a promessa, mas mais tarde reconsiderou em contrário, então trata-se de uma infracção à última regra. Mas aqui importa salientar o seguinte: apesar das infracções a promessa foi feita. Mesmo que o promitente não tenha à partida a intenção de cumprir a promessa, ele faz na mesma a promessa, unicamente a promessa não foi leal; se não cumprir o prometido, a promessa não deixa de ter sido feita, só que há um rompimento da promessa.

6.5 Enunciação ou a lógica da comunicação

6.5.1 Enunciação

Enquanto o objectivo da análise linguística é a descrição explícita das regras que há que dominar para se poder produzir frases gramaticalmente correctas, a teoria dos actos de fala procura descrever o sistema fundamental de regras de uma competência enunciativa, isto é, já não de construção de frases, mas sim da sua aplicação correcta em enunciados. Não basta saber construir frases correctas à luz da gramática, há também que saber enunciá-las e isso é algo de diferente. O que está em causa, portanto, são as condições de enunciação.

Que condições são essas? Isto é, quais são as condições gerais de comunicação?

Vamos ver que não basta a gramaticalidade de uma frase como condição da sua enunciação. Se L for uma língua natural e GL o sistema de regras gramaticais dessa língua, então qualquer cadeia de símbolos é considerada uma frase de L se tiver sido construída de acordo com as regras de GL. A gramaticalidade de uma frase significa, em termos pragmáticos, que a frase quando enunciada é compreensível a todos os ouvintes que dominam GL. Mas não basta uma frase ser compreensível, para ser um enunciado. Um enunciado tem também de ser verdadeiro, na medida em que diz algo acerca do mundo que percebemos, tem de ser sincero na medida em que traduz o pensamento de quem o enuncia, e tem de estar correcto na medida em que se situa num contexto de expectativas sociais e culturais.

A frase para o linguista apenas tem de obedecer às condições de compreensibilidade, ou seja, de gramaticalidade. No entanto, uma vez pronunciada, tem de ser vista pragmaticamente sob outros aspectos. Além da gramaticalidade, o falante tem ainda de ter em conta o seguinte: i) escolher a expressão de modo a descrever uma experiência ou um facto (satisfazendo determinadas condições de verdade) e para que o ouvinte possa partilhar o seu saber; ii) exprimir as suas intenções de modo a que a expressão reflecta o seu pensamento e para que o ouvinte possa confiar nele; iii) levar a cabo o acto de fala de modo que satisfaça normas aceites e para que o ouvinte possa estar de acordo com esses valores.

Estas três funções pragmáticas, isto é, de com a ajuda de uma frase descrever algo, exprimir uma intenção e estabelecer uma relação entre o elocutor e o ouvinte, estão na base de todas as funções que um enunciado pode tomar em contextos particulares. A satisfação dessas funções tem como bitola as condições universais de verdade, sinceridade e correcção. Todo acto de fala pode, assim, ser analisado sob cada uma destas funções: i) uma teoria da frase elementar investiga o conteúdo proposicional do enunciado na perspectiva de uma análise lógico-semântica; ii) uma teoria

da expressão intencional investiga o conteúdo intencional na perspectiva da relação entre subjectividade e intersubjectividade linguística; e a teoria dos actos de fala investiga a força ilocucional na perspectiva de uma análise inter-activa do estabelecimento de relações inter-pessoais.

6.5.2 A dupla estrutura da fala

Há muitos tipos de actos de fala: gritar “fogo!”, celebrar um contrato, fazer um juramento, baptizar, etc. Mas a forma padrão de um acto de fala é aquela em que encontramos no enunciado duas partes: uma ilocucional e outra proposicional. Tomem-se alguns exemplos para clarificar esta distinção:

Peço-te que feches a porta / Peço-te que abras a porta

Ordeno-te que feches a porta / Ordeno-te que abras a porta

Pedir ou ordenar são a parte ilocucional – aliás essas são expressões tipicamente ilocucionais; o abrir a porta e o fechar a porta são a parte proposicional.

Há uma certa independência entre estas duas partes: podem variar independente mente uma da outra. Tal independência permite uma combinatória de tipos de acção e conteúdos. Tome-se outro exemplo: “Afirmo que Pedro fuma cachimbo”, “Peço-te Pedro para fumares cachimbo”, “Pergunto-te, Pedro, se fumas cachimbo?”, “Aconselho-te, Pedro, a não fumares cachimbo”. Ora como a afirmação, a petição, a pergunta e o conselho, podiam ter outros conteúdos proposicionais, há no acto de fala dois níveis comunicativos em que elocutor e ouvinte têm de se entender simultaneamente, caso queiram comunicar as suas intenções. Por um lado, o nível da subjectividade em que quem fala e quem ouve estabelecem relações mediante actos ilocucionais, relações que lhes permite entenderem-se; por outro lado, o nível das experiências e estados de coisas sobre os quais querem entender-se no nível intersubjectivo. Todo o enunciado pode ser analisado sob estes dois aspectos: o aspecto relacional, intersubjectivo, e o aspecto de conteúdo, sobre o qual se faz a comunicação.

Correspondentemente, distinguimos dois tipos de compreensão: uma compreensão ilocucional e outra predicativa. A primeira tem a ver com o nível inter subjectivo do enunciado, a segunda com o nível proposicional, o nível das experiências. Ilocucionalmente compreendemos a tentativa de estabelecer uma relação interpessoal, predicativamente compreendemos o conteúdo proposicional de um enunciado.

Exemplos destes dois tipos de compreensão são fáceis de encontrar: Alguém faz uma pergunta, mas não compreendemos o que é que pergunta. Isto é, entendemos que está a fazer uma pergunta, mas não deciframos o que está a perguntar. Um aluno apanhado distraído pela pergunta que o professor lhe faz oferece um caso comum de compreensão ilocucional em que não se compreende o conteúdo proposicional. Outras vezes é ao contrário, alguém falamos sobre determinado assunto, por exemplo: das suas dificuldades económicas, e ao fim perguntamo-nos: está a dar-me uma notícia, ou a pedir-me dinheiro? Estes dois níveis de compreensão são, assim, não só distintos, como de certo modo independentes.

6.5.3 Modos de comunicação

Austin julgava poder fazer uma clara divisão entre constataivos e performativos.¹⁵ Os primeiros diriam alguma coisa e seriam verdadeiros ou falsos; os segundos fariam alguma coisa e teriam ou não sucesso. Porém, as investigações subseqüentes a Austin mostraram que também os constataivos têm uma parte ilocucional. Os actos locucionais de Austin foram substituídos a) por uma parte proposicional, que todo o enunciado explicitamente performativo tem, e b) por uma classe especial de actos ilocucionais, que implicam a exigência de verdade – os actos de fala constataivos.

A inclusão dos constataivos nos actos de fala revela que a verdade é apenas um de entre outros critérios de validade que o

¹⁵Segue-se aqui de perto a exposição de Jürgen Habermas em “Was heisst Universalpragmatik?” in Apel, Karl-Otto (org.), 1982, pp. 174-259.

elocutor coloca ao ouvinte e que se propõe satisfazer. Um acto de fala implica sempre certas condições, isto é, faz sempre exigências de validade. As afirmações (os constata tivos), tal como outros actos de fala (avisos, conselhos, ordens, promessas) só resultam quando estão satisfeitas duas condições: a) estar em ordem; b) estar certas.

Actos de fala podem estar em ordem relativamente a contextos delimitados, mas só em relação a uma exigência fundamental que o elocutor faz com o acto ilocucional é que podem ser válidos (estar certos).

Em que se distinguem as afirmações dos outros actos de fala? Não na sua dupla estrutura performativa e proposicional, também não pelas condições de contexto geral, que variam de modo típico em todos os actos de fala; distinguem-se por implicarem antes de mais um critério de validade: a pretensão de verdade.

Outras classes de actos de fala também têm critérios de validade, mas é por vezes difícil dizer quais os critérios específicos. A razão é a seguinte: a verdade, enquanto critério de validade dos actos de fala constata tivos, é de certo modo pressuposta por actos de fala de qualquer tipo. A parte proposicional de qualquer performativo pode ser explicitada numa frase de conteúdo proposicional e, assim, tornar-se-á clara a pretensão de verdade que coloca. Conclusão: a verdade é um critério universal de verdade; essa universalidade reflecte-se na dupla estrutura da fala.

Quanto aos dois níveis em que a comunicação se desenrola, a saber, o nível da intersubjectividade e o nível das experiências e estados de coisas, pode-se na fala acentuar mais um que o outro; dependendo dessa acentuação o uso interactivo ou o uso cognitivo da língua. No uso interactivo da língua tematizamos as relações que elocutor e ouvinte assumem, seja enquanto aviso, promessa, exigência, ao passo que apenas se menciona o conteúdo proposicional de enunciado; no uso cognitivo tematizamos o conteúdo do enunciado enquanto proposição sobre algo que ocorre no mundo, ao passo que a relação interpessoal é apenas

mencionada. É assim que no uso cognitivo omitimos geralmente o “afirmo que...”, “constato que...”, “digo-te que...”, etc.

Pois que no uso cognitivo da linguagem tematiza-se o conteúdo, só se admitem nele actos de fala em que os conteúdos proposicionais podem tomar a forma de frases enunciativas. Com esses actos reivindica-se para a proposição afirmada a satisfação do critério de verdade. Por sua vez, no uso interactivo, que acentua a relação interpessoal, reportamo-nos de modos vários à validade da base normativa do acto de fala. Quer isto dizer que tal como no uso cognitivo da linguagem temos como critério de validade a verdade do que afirmamos, no uso interactivo temos também critérios de validade, só que doutro tipo. A força ilocucional do acto de fala, que cria entre os participantes uma relação interpessoal, é retirada da força vinculativa de reconhecidas normas de acção (ou de valoração); na medida em que o acto de fala é uma acção, actualiza um esquema já estabelecido de relações. É sempre pressuposto um conjunto normativo de instituições, papéis sociais, formas de vida socio-culturais já habituais, isto é, convenções.

Um acto de fala realiza-se sempre na base de um conjunto de instituições, normas, convenções. Por exemplo, uma ordem, uma aposta, etc., implicam um certo número de condições para que se possam realizar. Para apostar, por exemplo, pressupõe-se que se aposta alguma coisa acerca de algo sobre o qual os dois apostantes têm pontos de vista diferentes. Mas não só os actos de fala institucionais (cumprimentar, apostar, baptizar, etc.) pressupõem uma determinada norma (regras) de acção. Também em promessas, proibições, e prescrições, que não se encontram reguladas à partida por instituições, o elocutor coloca uma pretensão de validade que, caso queira que o acto de fala resulte, deverá ser legitimada por normas existentes, e isso quer dizer: pelo menos, pelo reconhecimento fáctico da pretensão de que essas normas têm razão de ser. Ora tal como no uso cognitivo da linguagem a pretensão de verdade é posta, assim também este conjunto de normas é pressuposto como condição de validade no uso interactivo da linguagem.

Ainda outro paralelismo: Tal como no uso cognitivo apenas são admitidos actos de fala constataivos, assim também no uso interactivo apenas são aceites os actos de fala que caracterizam uma determinada relação que elocutor e ouvinte podem assumir relativamente a normas de acção ou de valoração. Habermas. chama a estes actos de fala “regulativos”. Com a força ilocucional dos actos de fala, a validade normativa – correcção ou adequação – encontra-se alicerçada tão universalmente nas estruturas da fala como a pretensão de verdade.

Contudo, só em actos de fala regulativos é que essa exigência de um fundo normativo é invocada explicita mente. A pretensão de verdade do conteúdo proposicional desses actos fica apenas implícita. Nos actos constataivos é exactamente o inverso: a pretensão de verdade é explícita e a pretensão de normatividade é implícita.

No uso cognitivo da linguagem tematizamos mediante constataivos o conteúdo proposicional de um enunciado; no uso interactivo da linguagem tematizamos mediante actos de fala regulativos o tipo de relação interpessoal estabelecida. A diferente tematização resulta da escolha de uma das pretensões colocadas pela fala: no uso cognitivo a reivindicação de verdade, no uso regulativo a reivindicação de uma norma.

Uma terceira reivindicação que a fala faz e que marca o uso expressivo da linguagem é a da veracidade. A veracidade é a reivindicação que o elocutor faz ao exprimir as suas intenções. A veracidade garante a transparência de uma subjectividade que se expõe linguisticamente. Paradigmas do uso expressivo da linguagem são frases como: “tenho saudades tuas”, “gostaria...”, “tenho a dizer-te que...” etc.

Também a exigência de veracidade é uma implicação universal da fala. Obtemos, assim, o seguinte esquema:

| Modos de comunicação | Tipos de actos de fala | Tema | Pretensões de validade |
|-----------------------------|-------------------------------|------------------------|-------------------------------|
| Cognitivo | constatativo | Conteúdo proposicional | verdade |
| Interactivo | regulativo | Relação interpessoal | Adequação, correcção |
| Expressivo | representativo | intenção | Veracidade do elocutor |

6.5.4 O fundamento racional da força ilocucional

Em que consiste a força ilocucional de um enunciado? Antes de mais, sabemos quais os seus resultados: o estabelecimento de uma relação interpessoal. Com o acto ilocucional, o elocutor faz uma proposta que pode ser aceite ou rejeitada. Em que casos é essa proposta inaceitável (não por motivos contingentes)? Aqui interessa examinar os casos em que é o elocutor o culpado do insucesso dos seus actos, da inaceitabilidade das suas propostas. Portanto, quais são os critérios de aceitabilidade de qualquer proposta ilocucional?

Austin estudou as *infelicities* e *misfires*, quando há infracções às regras vigentes que regem as instituições (casamento, aposta, etc.). Contudo, a força específica dos actos ilocucionais não se pode explicar através dos contextos delimitados dos actos de fala. A regra essencial, isto é, a condição essencial para o sucesso de um acto ilocucional consiste em o elocutor assumir um determinado empenho de modo a que o ouvinte possa confiar nele. Este empenho significa que, na sequência da proposta feita ao ouvinte, o elocutor se dispõe a cumprir os compromissos daí resultantes.

Diferente do empenhamento é a sinceridade do empenhamento. O vínculo que o elocutor se dispõe a assumir ao realizar um acto ilocucional, constitui uma garantia de que ele, na sequência do seu enunciado, cumprirá determinadas condições, por exemplo: considerar que uma questão foi resolvida, ao receber uma respo-

sta satisfatória: abandonar uma afirmação quando se descobre a sua não-verdade; aceitar um conselho se se encontrar na mesma situação do ouvinte. Portanto, pode-se dizer que a força ilocucional de um acto de fala aceitável consiste em poder levar o ouvinte a confiar nos deveres que o elocutor assume ao realizá-lo, isto é, nos deveres decorrentes do acto de fala. Locutor e ouvinte colocam, com os seus actos ilocucionais, pretensões de validade e exigem o seu reconhecimento.

Em última instância o elocutor pode agir ilocucionalmente sobre o ouvinte e este, por sua vez, sobre o primeiro, justamente porque os deveres decorrentes dos actos de fala encontram-se vinculados a exigências de validade verificáveis cognitivamente, isto é, porque os laços recíprocos têm uma base racional.

O elocutor empenhado associa o sentido específico, em que desejaria estabelecer uma relação interpessoal, normalmente com uma exigência de validade, realçada tematicamente, e escolhe então um determinado modo de comunicação. Daí que o conteúdo do empenhamento do elocutor seja determinado pelos dois factores seguintes: i) pelo sentido específico da relação interpessoal a estabelecer (pedido, ordem, promessa, etc.); ii) pela exigência de validade universal, realçada tematicamente.

Em diferentes actos de fala, o conteúdo do empenhamento do elocutor é determinado por uma referência específica a uma exigência universal de validade, realçada tematicamente.

Para os três usos da linguagem: cognitivo, interactivo e expressivo, temos três tipos específicos de deveres decorrentes da referência a uma exigência universal de validade: i) Um dever de fundamentação no uso cognitivo. Os constatativos contêm a proposta de, se necessário, recorrer às fontes da experiência que estão na base da certeza do elocutor. ii) Um dever de justificação no uso interactivo. Os actos regulativos contêm a proposta de recorrer ao contexto normativo que está na base da convicção do elocutor. iii) Um dever de fiabilidade no uso expressivo, isto é, mostrar nas consequências ao nível do agir que o elocutor exprimiu exactamente a intenção que tinha efectivamente em mente.

Resumindo:

1) Um acto de fala resulta, isto é, estabelece uma relação interpessoal que o locutor pretende, se: i) é compreensível e aceitável e ii) é aceite pelo ouvinte.

2) A aceitabilidade de um acto de fala depende, entre o mais, da satisfação de duas condições pragmáticas: i) a existência de um contexto delimitado típico ao acto de fala; ii) um reconhecível empenhamento do locutor ao assumir deveres típicos aos actos de fala.

3) A força ilocucional de um acto de fala consiste em poder levar um ouvinte a agir sob a premissa de que o empenhamento do locutor é sério; essa força pode o locutor i) obtê-la, no caso dos actos de fala institucionalmente vinculados, à força obrigatória de normas vigentes; ii) no caso de actos de fala não institucionalmente vinculados, criá-la ao induzir ao reconhecimento de exigências de validade.

4) Locutor e ouvinte podem influenciar-se recíproca mente no reconhecimento de exigências de validade, visto que o conteúdo do empenhamento do locutor é determinado por uma referência específica a uma exigência de validade, realçada tematicamente, e em que o locutor i) com a pretensão de verdade aceita o dever de fundamentação; ii) com a pretensão de correcção (adequação, justeza) o dever de justificação; iii) com a pretensão de veracidade, o dever de fiabilidade.

Parte III
Complementos

Capítulo 7

Métodos e análises

7.1 O método pragmatista

O pragmatismo, como Peirce o concebe, é um método lógico-semiótico de clarificação das ideias. No esquema peirceano da classificação das ciências¹ a lógica (ou semiótica em sentido geral) divide-se em três subdisciplinas: a gramática especulativa (ou semiótica em sentido restrito) que nos dá uma fisiologia das formas, uma classificação das funções e das formas de todos os signos; a crítica que consiste no estudo da classificação e da validade dos argumentos; e a metodêutica que é o estudo dos métodos para chegar à verdade. O pragmatismo que assenta na ideia de que o sentido de um conceito ou proposição pode ser explicado pela consideração dos seus efeitos práticos é um teoria metodêutica.²

A questão que se coloca sobre qualquer signo é o que ele significa, qual o pensamento que se lhe encontra associado e a que objecto se refere. O pragmatismo é o método para responder a esta questão.³

¹Peirce, *Collected Papers*, 1.180-283.

²Conf. Helmut Pape, “Peirce and his followers” in Posner, 1998, Vol. 2, pp. 2016-2040 e David Savan, *An Introduction to C.S.Peirce’s Full System of Semiotic*, Toronto: University of Toronto, 1988

³David Savan, *An Introduction to C.S.Peirce’s Full System of Semiotic*, To-

No artigo “Como tornar as nossas ideias claras de 1876, Peirce começa por criticar a posição imanentista da filosofia cartesiana relativamente à apreensão das ideias. A crítica centra-se nas noções de clareza e distinção.

Contra a ideia de clareza, entendida esta como a capacidade de reconhecer uma ideia em qualquer circunstância que ela ocorra e nunca a confundir com nenhuma outra, levanta Peirce duas objecções. Em primeiro lugar, isso representaria uma capacidade sobre-humana. Com efeito, quem poderia reconhecer uma ideia em todos os contextos e em todas as formas em que ela surgisse, não duvidando nunca da sua identidade? Identificar uma ideia em circunstâncias diversas não é tarefa fácil, e identificá-la em todas as suas formas é com certeza tarefa que implicaria “uma força e uma clareza tão prodigiosas do intelecto como se encontram raramente neste mundo.”⁴

Em segundo lugar, esse reconhecimento não seria mais do que uma familiaridade com a ideia em causa. Neste caso, porém, teríamos um sentimento subjectivo sem qualquer valor lógico. A clareza de uma ideia não pode resumir-se a uma impressão. Por seu lado, a noção de distinção, introduzida para colmatar as deficiências desta concepção de clareza, exige que todos os elementos de uma ideia sejam claros. A distinção de uma ideia significaria, portanto, a possibilidade de a definir em termos abstractos. A crítica capital de Peirce à noção cartesiana de clareza e distinção é a de que não permitem decidir entre uma ideia que parece clara e uma outra que o é. Há homens que parecendo estar esclarecidos e determinados defendem opiniões contrárias sobre princípios fundamentais. Alguém pode estar muito convencido da clareza de uma ideia que não o é.

Ao método intuitivo cartesiano contrapõe Peirce o seu método baseado na engenharia do pensamento moderno.⁵

ronto: University of Toronto, 1988. “The theory of the interpretant is the most extensive and important of Peirce’s theory of signs.”

⁴*Collected Papers*, 5 389.

⁵As invectivas de Peirce contra a lógica tradicional são precisamente a de

Para saber qual o interpretante de um signo (o significado de uma ideia) o que há a fazer é “considerar quais os efeitos, que podem ter certos aspectos práticos, que concebemos que o objecto da nossa concepção tem. A nossa concepção dos seus efeitos constitui o conjunto da nossa concepção do objecto”.⁶

Peirce apresenta o pensamento como um sistema de ideias cuja única função é a produção da crença.⁷

A unidade do sistema reside na sua função. A função do pensamento unicamente a de produzir a crença. A crença, por seu lado, é o apaziguamento da dúvida. Mas, ao sossegar a irritação da dúvida, a crença “implica a determinação na nossa natureza de uma regra de acção, ou, numa palavra, de um hábito”. Quer isto dizer que com a crença acaba a hesitação de como agirmos ou procedermos.

Um exemplo poderá esclarecer como é que a crença é uma regra de acção. Se encontro uma pessoa que não me é inteiramente desconhecida, mas que de momento não identifico, começo a interrogar-me sobre quem será, de onde a conheço. Essa pessoa cumprimenta-me e não consigo lembrar-me de quem se trata. Não sei que hei-de dizer-lhe, e isso perturba-me. De repente, consigo identificar a pessoa. Daí em diante todas as minhas acções, a maneira como me dirijo a essa pessoa e os assuntos que com ela pode rei abordar são determinados por esse reconhecimento. Em

ter ignorado ao longo de mais de um século a revolução ocorrida no pensamento científico e, por conseguinte, não ter retirado daí as devidas lições.

⁶é a máxima pragmatista, enunciada no parágrafo 402, *ibidem*.

⁷Peirce compara o pensamento à audição de uma melodia, em que temos uma percepção directa dos sons que a compõem e uma percepção indirecta do seu todo. Cada som é uma nota e dele temos consciência (ouvimo-lo) num determinado momento, separadamente dos sons que ouvi mos antes e dos sons que ouviremos depois. Em contrapartida, a melodia é um elemento mediato à consciência, mediado pelos sons que a compõem. Tal como a melodia, também o pensamento é uma acção que tem começo, meio e fim, e consiste na congruência da sucessão de sensações que passam pela mente. Nas palavras de Peirce, “o pensamento é a linha de uma melodia através da sucessão das nossas sensações.” (*ibidem*)

termos peirceanos, é uma crença que sossegou a minha dúvida e que constitui agora a base das minhas acções e reacções.

“A essência da crença é a criação de um hábito; e diferentes crenças distinguem-se pelos diferentes modos de acção a que dão origem.” é com estas palavras que Peirce inicia o parágrafo 398, um dos mais importantes do seu ensaio. Vejamos a primeira parte da afirmação de Peirce: “a essência da crença é a criação de um hábito”. Se eu julgar que determinado objecto é um garfo, então servir-me-ei dele para levar à boca certos alimentos sólidos. A crença de que esse objecto é um garfo condiciona as acções que farei com ele. O hábito não é mais do que o conjunto de todas essas acções, tanto reais como possíveis. Porém, para um chinês de uma aldeia remota do interior da China, que se serve normalmente de pauzinhos para levar à boca os alimentos sólidos, e que encontra um garfo perdido por um viajante ocidental, a sua crença acerca desse objecto pode ser completamente diferente. Pode julgar, por exemplo, que se trata de um ancinho para pequenos vasos de flores. Nesse caso, a sua crença consistirá em servir-se dele para tratar a terra dos seus vasos. Vimos atrás que as crenças determinam a acção. Mas a mesma crença determina as mesmas acções. Se as crenças se alteram também as acções se alteram. É por isso que o hábito constitui a identidade da crença.

A segunda parte da afirmação de Peirce, isto é, de que “diferentes crenças se distinguem pelos diferentes modos de acção a que dão origem”, decorre da primeira. Enquanto identidade da crença, o hábito de acção é o critério para avaliar da diferença entre crenças. Não teria pois qualquer sentido afirmar uma diferença de crenças cujos resultados de acção – não só efectivamente, mas também possivelmente – fossem os mesmos. O que decide então da identidade ou da diversidade das crenças não são meras palavras, mas sim acções empiricamente verificáveis, já que os referidos resultados de acção são resultados sensíveis.⁸

⁸Sobre esta temática, veja-se a excelente exposição de John Murphy, *O Pragmatismo. De Peirce a Davidson*, Lisboa: Asa, 1993, pp.38-41.

7.2 As análises de Roland Barthes

As análises feitas por Barthes dos sistemas do vestuário e da comida tornaram-se casos exemplares da investigação semiótica, pelo que vale referi-las com maior detalhe. O ponto de partida fundamental das análises semióticas de Barthes é a distinção saussureana entre língua e fala, assumida por Merleau-Ponty na distinção entre sistema e processo e aplicada por Lévi-Strauss à investigação antropológica.⁹

Os processos concretos, os acontecimentos, os usos particulares, inserem-se numa estrutura anterior, num sistema, que os enforma e comanda. É a descoberta do sistema que está por detrás das realizações concretas que permite a análise semiológica, imanente, destas.

No vestuário dever-se-á distinguir entre a “língua” e a “fala”, caracterizando-se aqui a língua por ser constituída pelas oposições de peças de vestuário e pelas regras que presidem à sua combinação, e sendo a fala as realizações individuais dessas combinações. Tal como existe um corpus da língua, assim também temos um corpus do vestuário, o conjunto das peças que uma pessoa pode vestir. Este corpus organiza-se por regras de oposição e de combinação. Indo mais longe, podemos examinar a cadeia sincrónica de peças que uma pessoa pode vestir simultaneamente. Temos então as relações sintagmáticas do vestuário. As combinações de cores, de materiais, situam-se a este nível. Um exemplo será como é que a cor de uma camisola “casa” com a cor de umas calças. Temos depois as relações paradigmáticas ou associativas, relações de substituição. No caso do vestuário feminino a substituição de calças por saia, ou de um vestido por um fato de saia e casaco. É dentro de um sistema determinado de vestuário numa determinada civilização que tomam sentido as roupas que determinado indivíduo veste a determinada hora.

O vestuário de um executivo, por exemplo, obedece a um có-

⁹Roland Barthes, *Elementos de Semiologia*, Lisboa: Edições 70, 1989, p.34.

digo bem definido. Casaco, calças, camisa, gravata, sapatos, constituem a língua utilizada. Camisolas, calções, calças de ganga, t-shirts, sapatilhas, estão excluídas da norma. A fala pessoal é uma selecção destes elementos, de uma combinação apertada de cores e formas. Poder-se-á escolher um casaco cinzento em vez de um azul, variar a cor da camisa, mas que tem de ser sóbria, a gravata deve condizer com as cores do casaco e da camisa e não pode ser espalhafatosa. Tais sistemas e respectivas realizações existem aos vários níveis, dos mais gerais (vestuário ocidental em oposição ao vestuário dos árabes) aos mais específicos (vestuário de um executivo em oposição ao vestuário de um académico).

O mesmo se passa com a alimentação. Temos um corpus de comidas possíveis, com regras de exclusão (exemplo, em Portugal não se come carne de cão), temos relações de oposição, doce e salgado, regras de associação, arroz e batatas fritas, peixe e vinho branco, regras de sucessão, a sopa antecede o prato de peixe ou de carne, a que se sucede a sobremesa, fruta ou doce. As variações concretas obedecem às regras do sistema. Qualquer refeição é enquadrada pela estrutura da alimentação. Também aqui se poderão discernir regras sintagmáticas e regras associativas, as primeiras numa relação de “ir bem com” e as segundas numa relação de “substituição”, em vez de vinho beber cerveja, em vez de fruta comer um doce. De algum modo o homem é aquilo que come, no sentido de que as estruturas que presidem à sua alimentação revelam a sua estrutura cultural, social e mesmo religiosa.

7.3 O quadrado semiótico de Greimas

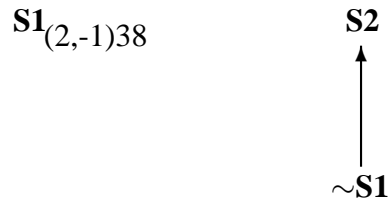
O quadrado semiótico situa-se na semântica fundamental, ponto de partida do processo generativo. Este consiste na trajectória de produção do objecto semiótico, das estruturas profundas às estruturas de superfície, do mais simples ao mais complexo, do mais abstracto ao mais concreto. Nesse percurso distinguem-se três níveis, da base para o topo: o nível profundo e o nível de superfície

das estruturas narrativas, e o nível das estruturas discursivas. Os diferentes níveis são estudados respectivamente pelas sintaxes e semânticas fundamentais, narrativas e discursivas.¹⁰

A semântica fundamental estuda as estruturas elementares da significação e cobre conjuntamente com a sintaxe fundamental o estudo das estruturas designadas pelos conceitos de língua (Saussure) e de competência (Chomsky). As estruturas semânticas podem ser formuladas como categorias e são susceptíveis de ser articuladas pelo quadro do semiótico. É justamente este que lhes confere um estatuto lógico-semântico e as torna operatórias.¹¹

O quadrado semiótico consiste na representação visual da articulação lógica de uma qualquer categoria semântica. Partindo da noção saussureana de que o significado é primeiramente obtido por oposição ao menos entre dois termos, o que constitui uma estrutura binária (Jakobson), chega-se ao quadrado semiótico por uma combinatória das relações de contradição e asserção. Este é um procedimento estruturalista na medida em que um termo não se define substancialmente, mas sim pelas relações que contrai.

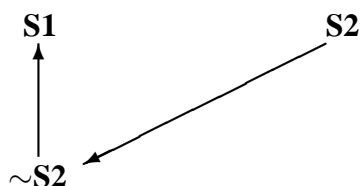
Tomando S1 como masculino e S2 como feminino, o primeiro passo é negar S1, produzindo assim a sua contradição $\sim S1$, que se caracteriza por não poder coexistir simultaneamente com S1 (há uma impossibilidade de os dois termos estarem presentes ao mesmo tempo). A seguir afirma-se $\sim S1$ e obtém-se S2. Isto é, se não é masculino é feminino. Esta é uma relação de implicação. O passo assim descrito representa-se graficamente do seguinte modo:



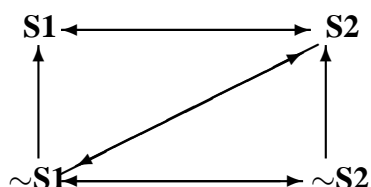
¹⁰Greimas e Courtés, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris: Hachette, 1979, pp. 157-160.

¹¹*ibidem*, p.300.

O segundo passo consiste no mesmo procedimento a partir de S2, pelo que se obtém o seguinte esquema:



Os dois esquemas constituem então o quadrado semiótico:



As linhas bidirecionais contínuas representam uma relação de contradição, as bidirecionais tracejadas uma relação de contrariedade e as linhas unidirecionais uma relação de complementaridade. Daqui decorrem seis relações:

- S1 S2 , que constitui o eixo dos contrários;
- ~S1 ~S2 , que constitui o eixo dos sub-contrários;
- S1 ~S1 , que constitui o esquema positivo;
- S2 ~S2 , que constitui o esquema negativo;
- S1 ~S2 , que constitui a deixis positiva;
- S2 ~S1 , que constitui a deixis negativa.¹²

O quadrado semiótico permite indexar todas as relações diferenciais que determinam o nível profundo do processo generativo. A combinação das relações de identidade e alteridade, figuradas pelo quadrado semiótico, constitui o modelo ou esquema a partir do qual se geram as significações mais complexas da textualização.

O nível fundamental sintático-semântico articula e dá forma categórica ao micro-universo susceptível de produzir as significações

¹²Greimas e Courtés, *ibidem*, p. 31.

discursivas. Contudo, as categorias desenhadas pelo quadrado semiótico constituem valores virtuais cuja selecção e concretização pertence à semântica narrativa. A tarefa desta consiste essencialmente em fazer uma selecção dos valores disponíveis e actualizá-los mediante uma junção com os sujeitos da sintaxe narrativa de superfície.¹³

O poder operativo do quadrado semiótico é tão grande, quanto fundamental, aplicando-se a toda e qualquer instância significativa. Nele assentam todas as textualidades. Por um lado, o quadrado semiótico representa uma articulação das relações fundamentais estáveis de todo o processo generativo. As relações de identidade encontram-se à partida estabelecidas nas estruturas de profundidade. Por outro lado, possui uma dinâmica relacional que induz ao próprio processo generativo.

A aplicação do quadrado semiótico é universal a todos os objectos. A análise de Greimas à receita da sopa de basílico constitui um exemplo de como um texto programático se ergue sobre estruturas elementares simples esquematizadas pelo quadrado semiótico. Greimas constrói um programa narrativo que parte das relações base cozinheiro/convidados e cru/cozido.¹⁴

¹³*ibidem*, p. 331.

¹⁴Algirdas Julien Greimas, “La Soupe au pistou ou la construction d’un object de valeur” em *Du Sens II, Essais Sémiotiques*, Paris: Seuil, 1983. Exemplos de aplicação do método greimasiano a textos literários encontram-se em Anne Hénault, *Les Enjeux de la Sémiotique*, Paris: PUF, 1979. Ver sobretudo capítulos IV e V. Exemplos de uma aplicação do quadrado semiótico às estratégias de marketing e de comunicação aparecem no livro de Jean-Marie Floch, *Sémiotique, marketing et communication. Sous les signes, les stratégies*, Paris: PUF, 1990. No livro são traçados percursos generativos diversos, desde a elaboração de uma tipologia comportamental dos passageiros do metropolitano de Paris, ao estudo das filosofias de pubs, passando pela definição da identidade visual de um banco e pela publicidade de automóveis.

Capítulo 8

Os campos da semiótica

8.1 A comunicação não verbal

Uma expressão facial, um sorriso, um gesto, um aperto de mão, são sinais correntes da comunicação humana. Com efeito, muito se pode comunicar e muito se comunica não verbalmente. Fora da linguagem, oral ou escrita, há todo um vastíssimo campo de comunicações não verbais que estruturam a organização social e conferem coerência aos grupos de indivíduos. Pelo menos desde a obra de Charles Darwin *A expressão das emoções nos homens e nos animais* que sabemos que homens e animais utilizam gestos e posturas como meios de comunicação. Neste primeiro capítulo, versaremos apenas a comunicação não verbal humana, ficando a zoosemiótica para depois.

A comunicação não verbal pode ser dividida em três grandes áreas consoante o seu tipo de suporte ou canal: a área da comunicação facial e corporal, de que o suporte é o próprio corpo; a área da comunicação pelos artefactos utilizados, jóias, roupas; e a área da comunicação mediante a distribuição espacial, a posição que os corpos tomam no espaço, em relação entre eles e em relação a espaços determinados.¹

¹Jacques Corraze, *Les communications non-verbales*, Paris: PUF, 1983.

A chamada Escola de Palo Alto, no seguimento das investigações etológicas e psicanalíticas de Gregory Bateson, e em que se destacam os nomes de Ray Birdwhistell e Edward T. Hall, deu especial relevo aos estudos das comunicações não verbais.²

O princípio básico desta escola é que a vivência humana em geral, e a social em particular, é uma vivência eminentemente comunicacional, mesmo nos seus pormenores mais ínfimos. O primeiro axioma da pragmática de Watzlawick, Bavelas e Jackson, afirma justamente a impossibilidade de não comunicar.³

Pelo facto de viver em sociedade, de estar em contacto com outros, o homem encontra-se desde logo em comunicação.

A kinésica de Birdwhistell procura estabelecer, algo forçadamente diga-se, uma estrutura mímica e dos movimentos corporais semelhante à da língua. Birdwhistell tenta encontrar as unidades corporais mínimas, os kinemas, que em associação umas com as outras significam. Haveria, assim, uma linguagem do corpo, matéria de uma sintáctica e de uma semântica próprias. A interrogação que o franzir das sobrancelhas traduz pode variar de significação consoante tiver ou não um sorriso acoplado. Um aperto de mão pode variar de significação consoante a força colocada no aperto, a envolvimento da outra mão, etc.

8.2 A zoosemiótica

O universo dos signos estende-se para lá dos signos produzidos e utilizados pelo homem, signos esses estudados pela antroposemiose. Para além da antroposemiose outras semióticas existem, virtual ou realmente, para o caso não importa, que estudam outros tipos de semioses. Algumas dessas semióticas encontram-se

² - Y.Winkin, org., *La Nueva Comunicación*, (Selección y introducción), Barcelona: Kairós, 1990.

³Paul Watzlawick, Janet Bavelas, Don Jackson, *Pragmatics of human communication*, New York: Norton & Company, 1967.

pelo menos delineadas e algumas apresentam já considerável investigação.⁴

A grande vantagem das semioses não humanas é poderem ser estudadas de fora, numa relação em que observador e observado não se confundem, e portanto onde a objectividade da observação e de estudo é *prima facie* mais fácil. É um campo que de algum modo corre paralelo às semioses humanas, podendo os resultados obtidos num lado serem testados no outro. Mas é sobretudo, e propriamente um campo mais vasto em que se integra a antroposemiose. A relação é a existente entre o género e a espécie. Estudar o signos na natureza viva em geral é estudar o contexto mais vasto dos signos especificamente humanos.

A ideia de que estudar os animais é estudar de alguma forma o homem, ideia tornada consistente pela doutrina evolucionista de Darwin, ganhou especial força na primeira metade do século XX com os estudos no âmbito da etologia, de que se destacam os de Konrad Lorenz. O estudo dos animais e dos seus comportamentos era uma forma de estudar o homem, a etologia seria uma introdução à antropologia.⁵ justamente na confluência da etologia com a semiótica que Thomas A. Sebeok, o grande impulsionador

⁴No manual *Semiotics* de Posner, 1997, o capítulo terceiro do I Volume, pp. 436-591, é dedicado aos diferentes tipos de semiose. Aparecem artigos sobre as seguintes semioses: a biosemiose que estuda os processos sígnicos de toda a natureza viva (pp. 447-457), a microsemiose que estuda a auto-organização das células (pp. 457-464), a endosemiose que estuda os processos de transmissão de sinais dentro de um organismo, por exemplo, os sistemas imunitários (pp. 464-487), a misosemiose que estuda os processos sígnicos no seio dos fundos, a fitosemiose que estuda os processos sígnicos no seio das plantas, a zoosemiose (pp. 522-531), a antroposemiose (pp. 532-548), a semiose maquínica que estuda os processos sígnicos dentro de máquinas, nomeadamente os computadores (pp. 548-571), e a ecosemiose que estuda os processos sígnicos no domínio da ecologia (pp. 571-591).

⁵Conferir Earl W. Count, “Animal communication in man-science: an essay in perspective” in Thomas A. Sebeok e Alexandra Ramsay, orgs., *Approaches to Animal Communication*, The Hague: Mouton, 1969, pp. 71-130.

da zoosemiótica desde os inícios da década de sessenta,⁶ situa as suas investigações neste campo.⁷

Nas suas palavras o objecto da zoosemiótica são “os modos pelos quais os seres vivos, em especial os animais, comunicam uns com os outros.”⁸

São os sinais utilizados na sua comunicação intra-específica (entre indivíduos da mesma espécie) e inter-específica (entre indivíduos de espécies diferentes) de que a zoosemiótica se ocupa. A esta comunicação pode aplicar-se o modelo cibernético da codificação de informação.⁹

Consoante as questões colocadas pelo modelo comunicacional à zoosemiótica podem considerar-se seis as áreas de investigação relativas: i) à fonte que emite o sinal e à energia dispendida nessa emissão; ii) ao destinatário; iii) ao canal através do qual estabelecem contacto; iv) a um código de regras de transformação de mensagens de uma representação para outra; v) à mensagem, entendida como uma cadeia ordenada de sinais; vi) e ao contexto de referência.

Estas áreas, segundo Sebeok, são cobertas pela divisão tradicional da semiótica. Assim, caberá à zoopragnática tratar a origem, a propagação e os efeitos do signos, isto é tratar as questões das alíneas i), ii) e iii). A zoosemântica tratará a questão do significado dos signos em vi) e a zoosintáctica incidirá sobre

⁶Thomas A. Sebeok, “A selected and annotated guide to the literature of zoosemiotics and its background” in Thomas A. Sebeok e Alexandra Ramsay, orgs., *Approaches to Animal Communication*, The Hague: Mouton, 1969, pp. 210-231.

⁷Thomas A. Sebeok, “Semiotics and Ethology” in Thomas A. Sebeok e Alexandra Ramsay, orgs., *Approaches to Animal Communication*, The Hague: Mouton, 1969, pp. 200-210.

⁸*ibidem*, p.200.

⁹“The word zoosemiotics has been coined to emphasize the necessary dependency of this emerging field on a science which involves, broadly, the coding of information in cybernetic control processes and the consequences that are imposed by this categorization where living animal function as input/output linking devices in a biological version of the traditional information-theory circuit with a transcoder interposed.” *ibidem*.

a combinação dos signos, abstraindo das significações específicas que têm ou da relação aos comportamentos em que ocorrem.¹⁰

Por fim, haverá ainda a fazer a distinção entre zoosemiótica pura, descritiva e aplicada. A primeira visa a elaboração de modelos teóricos ou então o desenvolvimento de uma linguagem específica para tratar cientificamente o comportamento sógnico dos animais. A segunda compreende o estudo da comunicação animal sob as perspectivas sintáctica, semântica e pragmática. A terceira visa um aproveitamento da comunicação animal para fins práticos úteis ao homem (veja-se o treino de golfinhos com propósitos bélicos durante a guerra fria).

8.3 A semiótica e as artes

As artes, nas suas mais variadas formas, da literatura ao teatro, à pintura, à música e ao cinema, etc., têm sido um dos campos de maior investigação semiótica. As razões para isso são várias. Desde logo por as artes se tratarem de um campo ainda por explorar em termos teóricos, não reivindicados ainda por disciplinas já consolidadas. Depois por as artes serem formas de expressão e de comunicação de algum modo afins à linguagem. O sucesso da abordagem semiótica às linguagens naturais e artificiais constituía um indício promissor para a abordagem semiótica às artes. Por fim, e sobretudo, por as artes serem actividades eminentemente simbólicas do homem, actividades em que este utilizando materiais, formas, cores e sons, representa e significa algo para lá das entidades físicas concretas que servem de suporte às realizações artísticas.

Uma forma usual de investigar semioticamente as artes é compará-las à linguagem, tomá-las como formas de expressão e de comunicação, imbuídas de uma certa mensagem a descodificar. A utilização do termo linguagem relativamente ao teatro, à pintura e ao cinema, vai neste sentido. Falar da linguagem do teatro ou da lin-

¹⁰*ibidem*, p.201.

guagem do cinema significa, por um lado, um dizer de uma mensagem por parte do teatro e do cinema, e, por outro, a existência de regras de organização do teatro e do cinema semelhantes às regras de organização da língua. Daí que as investigações semióticas aplicadas às artes usem a metodologia linguística. O exemplo talvez mais conhecido seja a aplicação que Christian Metz fez ao cinema do modelo estruturalista da linguagem.¹¹

A abordagem semiótica da arte pode então ser feita de uma perspectiva semântica, interrogando as formas de significação e os tipos de significado presentes numa determinada obra de arte. A questão aqui é acerca de uma mensagem que a obra de arte veicula (que mensagem? como a veicula? com que adequação?). Pode também ser uma abordagem tipicamente sintáctica, preocupada sobretudo com a organização das partes, simultâneas ou sucessivas, do objecto artístico. É neste sentido que usualmente se fala de gramáticas do cinema ou do teatro. Neste campo uma das tarefas primordiais da semiótica é investigar as partes do todo, isolá-las (segmentar o mais possível o todo da obra), estudar as relações existentes entre as partes e as relações entre o todo e as partes. Por fim, a abordagem pragmática visa o estudo das relações da obra de arte ao seu contexto, ou melhor, aos seus contextos, e também as relações que produtores e receptores (consumidores) estabelecem com ela.

A introdução do texto na área dos estudos linguísticos, ultrapassando as fronteiras exíguas da análise frásica, não deixou de ter repercussões no estudo do teatro e do cinema, subsumidos agora à categoria da narração. Aqui a semiótica narrativa pode traçar o percurso generativo do sentido, desde as estruturas semióticas profundas, as sintácticas e as semânticas, até chegar às estruturas discursivas de superfície.

Relativamente ao estudo semiótico das artes há que o demarcar da investigação estética. A semiótica das artes não se confunde com a estética. Esta aborda a obra de arte sob a perspectiva

¹¹Christian Metz, *O Significante Imaginário. Psicanálise e Cinema*, Lisboa: Livros Horizonte, 1980.

do belo, visando uma judicção estética. A estética tem uma abordagem valorativa da obra de arte. A semiótica por seu lado tem uma abordagem descritiva, não valorativa. O que a semiótica faz é analisar as obras de arte na sua dimensão simbólica e significativa, e conseqüentemente nas suas estruturas de significação. Quando a semiótica estuda um filme, por exemplo, não o faz numa atitude de avaliação estética, mas sim num posicionamento analítico das formas de representação, significação e comunicação. É claro que os resultados semióticos podem servir de base a uma avaliação estética, só que esta já não é propriamente de cariz semiótico, mas sim estético.

Parte IV
Suplementos

Capítulo 9

A semiótica de Peirce

“Sou, tanto quanto sei, um pioneiro, ou antes, um *backwoodsman*,¹ no trabalho de aclarar e desbravar o que chamo de semiótica, isto é, a doutrina da natureza essencial e variedades fundamentais da semiose possível; e o campo é demasiado vasto, e a obra demasiado grande, para um recém-chegado”,²

declarava Peirce, com extrema modéstia, em *A Survey of Pragmaticism*, para justificar o carácter fragmentário e inacabado de que se revestem os seus estudos nesta matéria.

Juntamente com o Pragmatismo, a Semiótica de Peirce é provavelmente o aspecto do seu pensamento mais intensamente estudado nos últimos tempos. Nessa Semiótica, poderíamos *grosso modo* distinguir duas áreas, estreitamente interligadas, evidentemente. Uma taxonomia, que se ocupa da sistematização e classificação exaustiva dos diferentes tipos de signo possíveis; e uma lógica, que se ocupa do seu modo de funcionamento (como significam os signos) e do papel que estes desempenham na cognição

¹. *Backwoods* tem o significado de bosque ou área florestada, referindo-se também por extensão a qualquer zona remota e isolada. *Backwoodsman* é alguém que vive numa zona dessas, ou provém dela, e conota quem obtém essa qualificação com pessoa rude, de maneiras pouco polidas, como um lenhador.

². *Collected Papers*, 5.488.

humana e no acesso do homem ao mundo da experiência e do vivido.

É uma distinção clássica, nos manuais de Semiótica, apresentar Peirce, juntamente com Saussure, como o fundador da moderna semiótica ou doutrina dos signos; sendo que Saussure esteve na origem, entre os continentais,³ de uma linha de estudos mais afins da linguística, e que se convencionou chamar semiologia,⁴ distinguindo-a assim do ramo de estudos “peirceano”, que toma o nome de semiótica e se insere numa vasta e rica tradição lógica e filosófica dedicada a estes temas.⁵

Estes dois programas fundadores da semiótica como disciplina autónoma são mais ou menos coexistentes no tempo, estando bem estabelecido que nem Peirce tinha conhecimento dos trabalhos do linguista suíço, nem a inversa.⁶ A semiótica saussureana está mais orientada para o estudo dos signos linguísticos, ao passo que em Peirce, como veremos, há uma semiotização geral da existência e a sua semiótica, entendida como lógica, abarca tudo o que há.

Foi no *Curso de Linguística Geral* – uma obra póstuma compilada por dois antigos alunos a partir de três cursos leccionados em Genebra entre 1906 e 1911 – que Saussure lançou as bases do que viria a ser a semiótica europeia.

No *Cours* a semiologia é postulada essencialmente para en-

³. Penso por exemplo em Hjelmslev, Greimas, Buysens ou Barthes.

⁴. Note-se que paulatinamente o termo *semiótica* tem vindo a ganhar terreno face a *semiologia* e hoje pode ser empregue, indistintamente, para significar a tradição europeia ou anglo-saxónica sobre estas ciências.

⁵. Para uma exploração acerca das diferenças substantivas entre *semiótica* e *semiologia*, cf. FIDALGO, António, *Semiótica, A Lógica da Comunicação*, 1995, Universidade da Beira Interior, Covilhã, pp. 16-19; MARTINET, Jeanne, *Chaves para a Semiologia*, 1974, col. Universidade Moderna, Publicações D. Quixote, Lisboa; TRABANT, Jurgen, *Elementos de Semiótica*, 1976, Editorial Presença, Lisboa; DEELY, John, *Introdução à Semiótica, História e Doutrina*, 1995, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

⁶. Cf. Oswald DUCROT e Tzvetan TODOROV, “Semiótica”, in *Dicionário das Ciências da Linguagem*, 1991, D. Quixote, Lisboa, p.112.

quadrar epistemologicamente, no concerto das ciências, a novel linguística, a cujo estudo Saussure dedicará o resto da sua vida.⁷

Depois de distinguir a língua da linguagem, caracterizando-a como um sistema de sinais para exprimir ideias, e nesse sentido comparável a qualquer outro sistema de sinais não verbal, Saussure diz ser necessário conceber uma ciência que estudasse “a vida dos sinais no seio da vida social” e que baptiza de semiologia, do grego *semeîon*, sinal. Essa ciência é parte da psicologia social, que por sua vez pertence à psicologia geral; e a linguística, enquanto ciência que estuda os signos linguísticos, constitui apenas uma parte da semiologia, sendo-lhe aplicáveis as leis que esta última descobre.⁸

A partir desta *entourage* teórica, Saussure vai depois definir signo como uma entidade psíquica de duas faces, perfeitamente indissociáveis, que une um conceito a uma imagem acústica, ou seja, une um conteúdo mental à marca psíquica do aspecto físico do som material em causa.⁹ O mesmo é dizer que signo é, finalmente, a entidade que une um significante e um significado,¹⁰ e possui como características a arbitrariedade (salvo na onomatopeia, o laço que une significante e significado é arbitrário e convencional, assentando num hábito colectivo),¹¹ a linearidade do significante (o significante desenvolve-se no tempo e representa uma extensão unidimensional mensurável – é uma linha),¹² a imutabilidade (a língua é uma herança colectiva imposta e o indivíduo isolado é incapaz de alterar a associação significante/significado – ela repousa na massa dos falantes),¹³ e a mutabilidade (a língua como instituição social está sujeita à acção do tempo, que produz

⁷. “...se agora, pela primeira vez, pudemos conceder à linguística um lugar entre as ciências, é porque a ligamos à semiologia...”, Ferdinand de SAUSSURE, *Curso de Linguística Geral*, 8ª ed., D. Quixote, 1999, Lisboa, p. 44.

⁸. *Idem*, p. 44.

⁹. *Idem*, p. 122.

¹⁰. *Idem*, p. 124.

¹¹. *Idem*, p. 125.

¹². *Idem*, p. 128.

¹³. *Idem*, p.129.

desvios na relação significante/significado – evolui),¹⁴ sendo que estas duas últimas características só se compreendem plenamente ligando-as respectivamente ao estudo sincrónico e diacrónico dos sistemas linguísticos.

Se a pressuposição básica que subjaz a todo o *Curso* é o facto de Saussure entender a língua, e também o signo, como elementos que só têm sentido e existência no interior do processo comunicacional e enquanto servem a essa função,¹⁵ a sua concepção de signo é diádica e desinteressa-se das questões que se prendem com o referente.

Na verdade, à parte o enquadramento epistemológico da linguística na semiologia, Saussure tratará, e com as limitações mencionadas, exclusivamente do signo linguístico, o que levará Ducrot a dizer dele que “o contributo directo de Saussure à semiologia não linguística quase se limitou a estas frases [que a semiologia estude a vida dos signos no seio da vida social], mas elas desempenham um importante papel; ao mesmo tempo, as suas definições de signo, de significante, de significado, embora formuladas com vista à linguagem verbal, fixaram a atenção de todos os semiólogos”.¹⁶

Assim, enquanto Saussure apresenta uma concepção dual do signo, se desinteressa do referente, ocupando-se do signo enquanto entidade psíquica e só tratando do signo linguístico, Peirce tem uma concepção triádica do signo, que integra numa teoria do conhecimento e da percepção, deseja fundar um sistema omnicompreensivo que não exclua nenhum tipo de signo, e tudo isso de

¹⁴. *Idem*, p.134.

¹⁵. “... a língua, segundo Saussure, é fundamentalmente (não acidentalmente, ou por decadência) um instrumento de comunicação. Nunca se encontra em Saussure a ideia de que a língua deve representar uma estrutura do pensamento que existiria independentemente de qualquer articulação linguística”, Oswald **DUCROT** e Tzvetan **TODOROV**, “Saussurianismo”, in *Dicionário das Ciências da Linguagem*, 1991, D. Quixote, Lisboa.

¹⁶. Oswald **DUCROT** e Tzvetan **TODOROV**, “Semiótica”, in *Dicionário das Ciências da Linguagem*, 1991, D. Quixote, Lisboa, p. 113.

forma alheia ao psicologismo (onde ocorre a introdução do sujeito, na semiótica peirceana, esta surge como uma concessão).

Peirce preconizava e tentou fundar uma ciência geral dos signos que pudesse dar conta do mundo da experiência humana e garantir a sua comunicabilidade. No final da sua vida dedicou-se quase obsessivamente à classificação dos signos, que refez e caracterizou em escritos diversos. Tão absorvente se tornou a teoria no corpo da obra que Savan crismou-a, não sem razão, de idealismo semiótico. Percursores e inovadores como o foram os trabalhos de Peirce, ele não está só. A reflexão sobre a linguagem, o signo e significação pontua os momentos mais importantes da história do pensamento ocidental.

9.1 Tríades e Semiótica

A divisão e classificação dos signos elaborada por Peirce vai basear-se inteiramente no seu esquema categorial. A semiótica explorará as potencialidades da relação triádica – e notemos que Peirce, mesmo quando apenas fala de categorias, apresenta sempre como exemplo ideal de relação triádica o modo de funcionamento do signo, concebendo toda a semiose a partir dela.

As classificações dos diferentes tipos de signo serão deduzidas *a priori* a partir da categoriologia, formando conjuntos de tríades sofisticados e complexos. É pela aplicação das categorias a cada um dos elementos do signo – ou tricotomização – ao *representamen*, objecto, e interpretante, que se derivarão os tipos e qualidades de signo, num processo que terá de resultar triádico, e segue o seguinte esquema: se se considerarem os casos em que por exemplo o interpretante é um Primeiro, um Segundo, ou um Terceiro, obtêm-se três tipos distintos de signo, rema, dicissigno ou argumento.

Estes, seguindo algumas regras restritivas de combinação – um primeiro só pode dar origem a um primeiro, e um terceiro não pode ser determinado por nenhum outro que um terceiro, e que

limitarão os tipos de signo, respectivamente, a 10 e 66 classes, ao passo que sem tais regras ultrapassariam os 59 mil –, formarão a totalidade das classes ou tipos de signo possíveis.

O processo de dedução aqui utilizado é apriorístico, baseando-se na aplicação da categoriologia, extraída da fenomenologia. Só depois Peirce tratará de procurar ocorrências de cada uma destas classes na natureza, onde devem necessariamente existir.¹⁷ Mas também o signo, para que possa corresponder fielmente à tricotomização que é usada como método, tem de funcionar de modo triádico, estabelecendo, quando em exercício, relações triádicas entre as realidades que põe em contacto através dele próprio.

9.1.1 O funcionamento triádico do signo peirceano

Em carta a Lady Welby,¹⁸ Peirce explica que “um signo é algo que medeia entre um signo interpretante e o seu objecto”, algo que, sendo um Terceiro, “traz um Primeiro à relação com um Segundo”, e que esta relação triádica que o signo materializa con-

¹⁷. “Since this classification of signs rests upon the categories, Peirce would be able to claim that the classification is exhaustive; there can only be these sorts of grounds. Most of his classifications involve the categories in just this way; Peirce is even able to establish what sorts of signs are possible before he has encountered examples of the different sorts. So long as the initial analysis of the sign relation is correct, the use of the categories to provide an exhaustive classification of signs is an a priori inquiry”, **HOOKEYWAY**, Christopher, *Peirce*, col. *The Arguments of the Philosophers*, 1992, Routledge, London, p. 126. Sobre a derivação a priori das classes de signos, cf. *Collected Papers*, 2.227, 2.233 e 8.342 e ss.

¹⁸. Segundo o editor desta correspondência, Charles Hardwick, esta constitui a melhor introdução à semiótica de Peirce. “The letters were written at a time when Peirce was doing some of his most intensive work on the theory of signs and constitutes an excellent introduction to this aspect of Peirce’s philosophy. In these letters Peirce presents some of his more complex ideas in an informal and relaxed manner strikingly different from the style of his published works”, **PEIRCE**, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. **HARDWICK**, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p. IX.

stitui a mais genuína forma de terceiridade.¹⁹ Define pois signo²⁰ como “algo que ao ser conhecido por nós, faz com que conheçamos algo mais”,²¹ ou seja, “um objecto que está em relação com o seu objecto por um lado, e com um interpretante por outro, de tal modo que põe o interpretante em relação com o objecto, correspondendo à sua própria relação com o objecto”.²² Trata-se então de “algo que é de tal modo determinado por alguma outra coisa, o seu objecto, e assim determina um efeito sobre uma pessoa, efeito esse a que chamo o seu interpretante, que o último é mediatemente determinado pelo primeiro”.²³

Decorre destas caracterizações de signo que este é um objecto que torna um outro manifesto ou presente a um intérprete, que se encontra também de alguma forma em relação com o objecto que tal signo representa, ou seja, é *mediatamente* afectado por ele.

Porque insiste Peirce que tal acção é triádica e não pode ser subsumida a conjuntos de díades? A forma canónica da acção triádica é a relação de doação: A dá B a C, isto é, torna C possuidor de B de acordo com uma regra ou lei. Não é necessário que haja uma troca física de objectos, mas sim uma regra que torne C proprietário do objecto doado. Ora é precisamente este tipo de

¹⁹. PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. HARDWICK, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p. 31.

²⁰. O tema das definições peirceanas de signo poderia ser prosseguido quase indefinidamente. Veja-se o “76 definitions of the sign by Charles Sanders Peirce”, de Robert Marty, www.members.door.net/arisbe/menu/library/rsources/76defs/76defs.htm. A aqui pretendo ater-me a algumas das mais significativas apenas como meio de explicitar a sua irredutível triadicidade.

²¹. Note-se o sabor agostiniano a *stat pro* deste passo, que reproduz pelas dificuldades apresentadas pela sua tradução: “... a sign is something by knowing which we know something more”, PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. HARDWICK, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p. 32.

²². *Idem*, p. 32.

²³. *Idem*, p. 81.

acção triádica que é desenvolvido pelo signo. Ele é o elemento mediador que faz com que, a partir de si, um objecto se dê a um intérprete; ou, dito de outra forma, seja produzido um interpretante que se relacione ao objecto da mesma forma que o próprio signo a ele se relaciona. E este conjunto de relações que o signo estabelece não pode ser reduzido à acção diádica porque envolve uma espécie de regra ou lei, aquela que faz com que o signo produza um determinado efeito e não outro. Toda a relação triádica possui um elemento “mental” que a distingue da simples acção e reacção.²⁴

Por isso semiose é definida como “a acção ou influência, que é, ou envolve, a cooperação de três sujeitos, sejam eles o signo, o seu objecto, e o seu interpretante, a sua influência tri-relativa não sendo de modo algum resolúvel à acção entre pares”,²⁵ e o elemento de terceiridade aí presente não é alguma eventual ocorrência passada dessa relação, que seria meramente uma instância dela, mas reside no *poder* desse signo de representar o seu objecto, poder esse que se baseia numa regra ou hábito – corresponde ao fundamento. “A relação triádica [do signo ao objecto] tem de consistir num *poder* do *representamen* para determinar algum interpretante para ser um *representamen* daquele mesmo objecto”,²⁶ explica Peirce ao ilustrar a acção triádica.

O tema também está presente naquela que é provavelmente a mais conhecida, e também mais completa, definição de signo ou *representamen*, a que assevera ser este “algo que está para alguém a algum respeito ou capacidade. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. A esse signo que cria chamo o *interpretante* do primeiro signo. O signo está por alguma coisa, o seu *objecto*. Está por esse objecto não em todos os seus aspectos, mas em re-

²⁴. Cf. *Collected Papers*, 5.472-73.

²⁵. *Collected Papers*, 5.484.

²⁶. *Collected Papers*, 5.542.

ferência a uma espécie de ideia, que algumas vezes chamei de *fundamento do representamen*”.²⁷

Três aspectos há a destacar nesta definição. Por um lado, o carácter vicário do signo que permite que este substitua a favor do seu objecto; por outro, o modo ou forma como o faz. Essa representação de um outro é exercida a partir de um *fundamento*, ou, como Peirce dirá noutros pontos, *abstracção*. Significa isto que o signo dá conta do seu objecto não sob todos os aspectos (caso em que seria não um representativo, mas imagem ou cópia, como já notava João de São Tomás), mas com respeito a uma abstracção de parte das suas características, abstracção essa que constitui então o *fundamento* (*ground*). É assim que uma ovelha não representa outra ovelha, nem uma zebra outra zebra. Mas se pretender produzir, por exemplo, um ícone da zebra, serei tentado a desenhar uma espécie de muar com riscas, que representará todos os animais dessa classe. Ora, neste meu ícone, faço abstracção de uma série de características físicas do animal (a mais óbvia, as riscas), e represento-o por meio dessa abstracção ou fundamento. Jamais me ocorreria representá-lo a partir do aspecto lateral dos cascos. A abstracção é sempre necessária, porque também me seria impossível representá-la sob todos os aspectos; se o tentasse, o meu ícone teria de ter a exacta forma viva de uma zebra, com pêlo, respiração e tudo – teria de ser uma verdadeira zebra, e já não seria uma representação dela mas sua imagem. Sucede o mesmo com todos os tipos de fundamento que é necessário supor ao signo:²⁸ representam *sob* um determinado aspecto. Ora este fundamento, que determina a triadicidade da relação do signo, é geral.

Mas não é tudo quanto à acção do signo. Mais importante

²⁷. *Collected Papers*, 2.228.

²⁸. “Moreover, the conception of a pure abstraction is indispensable, because we cannot comprehend and agreement of two things, except as an agreement in some *respect*, and this respect is such a pure abstraction as blackness. Such a pure abstraction, reference to which constitutes a quality or general attribute, may be termed a *ground*”, *Collected Papers*, 1.551; ou ainda, um signo só é signo “in some respect or quality, which brings it into connection with its object”, *idem*, 5.283.

ainda é que este cria na mente do seu intérprete um interpretante, que Peirce diz ser um signo equivalente ou até mais desenvolvido. Ora, se o interpretante é um signo, que se relaciona ao objecto, deve ele próprio possuir todas as características de um signo, isto é, um objecto, um fundamento, e um novo interpretante; que sendo também signo, demanda novo interpretante, e assim sucessivamente, *ad infinitum*, ou quase.²⁹ Este é o esboço do processo que será chamado de *semiose ilimitada*, e que implica a tradução de qualquer pensamento em pensamentos subsequentes, formando uma cadeia ou *train of thought*, e provocando um longo diferimento do significado.³⁰

O interpretante é “aquilo que o signo produz numa Quasi-mente que é o intérprete, determinando esta última a um sentimento, um exercício, ou um signo, determinação essa que é o interpretante”.³¹ Ao falar em *quasi-mind* Peirce quer vincar que o intérprete do signo não tem necessariamente de ser uma consciência de tipo humano, embora também possa sê-lo: basta que o signo produza um efeito na *quasi-mind* que o recebe, para que tal efeito possa classificar-se dentro dessa categoria. É um signo que traduz o signo anterior, dizendo o mesmo que esse signo quer dizer. Por exemplo, quando num dicionário procuro a palavra *chair*, e encontro como significado dela *cadeira*, já sei, antes mesmo da pesquisa, que determinado tipo de objectos com uma certa forma geral (pernas, assento, encosto, etc...) corresponde a uma cadeira. Quando vejo no dicionário que esse signo corresponde a *chair*, *cadeira* surge como o interpretante de *chair*, é um signo que me-

²⁹. “The Third must indeed stand in such a relation, and thus must be capable of determining a Third of its own; but besides that, it must have a second triadic relation in which the Representamen, or rather the relation thereof to its Object shall be its own (the Third’s) Object, and must be capable of determining a Third to this relation. All this must equally be true of the Third’s Third and so on endlessly; and this and more is involved in the familiar idea of a sign”, *Collected Papers*, 2.274.

³⁰. *Collected Papers*, 2.230.

³¹. *Collected Papers*, 4.536.

deia e representa *chair* como sendo um signo do mesmo objecto que o signo mediador ele próprio representa.³²

Para além disso, os signos não podem *ex novo* dar a conhecer o seu objecto. O sujeito tem de ter já um contacto prévio com esse objecto, ou o signo seria incapaz de exprimi-lo.³³ É o problema que Agostinho e Adeodato colocam no *Mestre Interior*. Imaginemos um extraterrestre extremamente exótico do planeta Zorg,³⁴ que determinado homem jamais viu ou suspeita sequer que possa existir. Um signo desse extraterrestre: um rasto, um som, um pouco de pêlo ou a pegada, por exemplo, não tem qualquer poder de lhe veicular a imagem do seu objecto, poder que evidentemente teria se o nosso intrépido explorador estivesse familiarizado com os improváveis habitantes do sulfuroso planeta Zorg.

Será signo então tudo aquilo que for interpretado, com base num determinado fundamento, como estando por um qualquer objecto, produzindo um interpretante, que é uma regra ou hábito, de transformar um signo num signo conseqüente. A significação está

³². Ou, como dirá David Savan, “interpretation is translation (...) each interpretant is itself a further sign, and hence a translation of an earlier sign. It is essential not only to language, but to all signs that they be translatable, and that what any one sign stands for, an indefinite variety of other signs may also stand for”, SAVAN, David, *An Introduction to Charles Sanders Peirce full System of Semeiotic*, 1988, Toronto Semiotic Circle, Toronto, Canada, p. 17.

³³. “The Sign can only represent the Object and tell about it. It cannot furnish acquaintance with or recognition of that Object; for that is what is meant in this volume by the Object of a Sign; namely, that with which it presupposes an acquaintance in order to convey some further information concerning it. No doubt there will be readers who will say they cannot comprehend this. They think a Sign need not relate to anything otherwise known, and can make neither head nor tail of the statement that every Sign must relate to such an Object. But if there be anything that conveys information and yet has absolutely no relation nor reference to anything with which the person to whom it conveys the information has, when he comprehends that information, the slightest acquaintance, direct or indirect—and a very strange sort of information that would be—the vehicle of that sort of information is not, in this volume, called a Sign”, *Collected Papers*, 2.231.

³⁴. Para usar o imaginário de Bill Waterson, em singela homenagem ao autor.

inteiramente dependente desta cadeia de pensamento, em que interpretantes se vão continuamente traduzindo uns aos outros, permitindo a formação de uma ideia cada vez mais apurada do seu objecto. Donde o *representamen* ou signo “é o sujeito de uma relação triádica para um Segundo, dito seu objecto, e para um Terceiro, dito seu interpretante, esta relação triádica sendo tal que o *representamen* determina o seu interpretante para estar na mesma relação triádica para o mesmo objecto para algum interpretante”.³⁵

Peirce vai distinguir depois três tipos de interpretante e dois tipos distintos de objecto. Em primeiro lugar, está o interpretante *emocional*³⁶ ou *imediatamente*,³⁷ que corresponde à categoria de Primeiro. É constituído por “um certo sentimento de reconhecimento” do objecto a que o signo se reporta, mas também pode ser mais que isso, caso do efeito que o signo produz imediatamente; é “o interpretante representado ou significado no signo”,³⁸ o significado que este pretende transmitir. Trata-se da “totalidade do efeito não-analisado que o signo é calculado produzir, ou se pode naturalmente esperar que produza”³⁹ e Peirce identifica-o com o efeito imediatamente produzido pelo signo num intérprete, e que não é objecto de qualquer tipo de análise ou reflexão.⁴⁰

Correspondendo à categoria de Segundo surge o interpretante *energético* ou *dinâmico*, que é o significado produzido pela mediação do interpretante emocional, e já envolve um certo tipo de

³⁵. *Collected Papers*, 1.541.

³⁶. *Collected Papers*, 5.475.

³⁷. PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. HAR-
DWICK, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p.
110.

³⁸. *Collected Papers*, 8.343.

³⁹. *Idem*.

⁴⁰. PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. HAR-
DWICK, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p.
110.

esforço, que pode ser muscular ou mental.⁴¹ Trata-se do efeito directo actualmente produzido pelo signo sobre um intérprete.⁴²

Quanto ao interpretante *final*⁴³ ou *lógico*,⁴⁴ ou *normal*,⁴⁵ como Peirce também lhe chama, ele corresponde à categoria de mediação ou terceiridade. Trata-se “do efeito que o signo produziria sobre qualquer espírito sobre o qual as circunstâncias lhe permitissem desenvolver-se até ao seu pleno efeito”,⁴⁶ isto é, o interpretante em que culmina a longa cadeia da semiose ilimitada, e Peirce identifica-o com o hábito ou crença.⁴⁷ No final da análise ao tema dos interpretantes, “*there remains only habit as the essence of the logical interpretant*”⁴⁸ e isto porque o efeito último de um signo, se fosse um pensamento ou signo mental, teria ele próprio de possuir um interpretante lógico, e não poderia ser o interpretante lógico final do conceito. A cadeia contínua de semiose vem repousar no hábito ou disposição para a acção, porque este “é o único efeito mental que pode ser produzido e não é um signo [caso em que exigiria outro signo], mas é de aplicação geral”.⁴⁹

⁴¹. *Collected Papers*, 5.475.

⁴². *Collected Papers*, 8.343, e PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. HARDWICK, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p. 110.

⁴³. PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. HARDWICK, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p. 110.

⁴⁴. *Collected Papers*, 5.475.

⁴⁵. *Collected Papers*, 8.343.

⁴⁶. PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. HARDWICK, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p. 110.

⁴⁷. *Collected Papers*, 5.476. Hábito define-o Peirce como “readiness to act in a certain way under given circumstances and when actuated by a given motive (...) and a deliberate, or self-controlled, habit, is precisely a belief”, *Collected Papers*, 5.480.

⁴⁸. *Collected Papers*, 5.486.

⁴⁹. *Collected Papers*, 5.476.

O interpretante imediato relaciona-se à interpretabilidade do signo, àquilo que este imediatamente veicula ainda antes de ser interpretado; o interpretante dinâmico corresponde à interpretação actual de qualquer signo, é uma ocorrência, e pode diferir para cada intérprete do signo; já o interpretante final é constituído pelo resultado interpretativo a que todo o sujeito chegaria se considerasse o signo durante um tempo suficientemente longo, e corresponde no homem ao hábito, na comunidade indefinida de todos quantos investigam, à verdade. Vê-se assim muito claramente como a descrição da tricotomia dos interpretantes corresponde à tricotomia traçada pelas categorias: “O Interpretante Imediato é uma abstracção, consistindo numa Possibilidade; O Interpretante Dinâmico é um acontecimento actual ou ocorrência. O Interpretante Final é aquilo para o qual o actual tende”.⁵⁰

Quanto aos tipos de objectos possíveis para o signo – recorde-se que objecto é um Segundo, aquela realidade a que todos os interpretantes do signo de alguma forma se relacionam, significando-o –, Peirce distinguirá entre Objecto Dinâmico e Imediato.

O primeiro é o objecto tal como é em si mesmo, ou “independentemente de qualquer aspecto particular dele”, isto é, “tal como um estudo final e ilimitado revelaria que ele é”.⁵¹ Podemos identificar este Objecto Dinâmico com o objecto da ciência, aquilo que esta investiga, e quando tal ciência atinge a coincidência entre Dinâmico e Imediato, a verdade ocorre.

O Objecto Imediato é “o objecto tal como é conhecido no signo, e conseqüentemente uma ideia”.⁵² Trata-se do objecto “tal como o signo o representa” e por isso depende da representação que dele é dada no signo.⁵³

O objecto imediato é o que resulta da significação protagoni-

⁵⁰. PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. **HARDWICK**, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p. 111.

⁵¹. *Collected Papers*, 8.183.

⁵². *Collected Papers*, 8.183.

⁵³. *Collected Papers*, 4.536.

zada pelo signo; reporta-se ao objecto dinâmico sob um determinado aspecto, o seu fundamento; e é no decurso do processo de semiose virtualmente ilimitada que vão sendo produzidos sempre novos objectos imediatos, novas significações, que buscam uma aproximação cada vez mais precisa ao objecto dinâmico, que é dinâmico precisamente por alimentar e potenciar essa indefinida cadeia de significações. Ou, como diria o próprio Peirce: “É habitual e adequado distinguir dois Objectos de um signo, o Mediato sem (*without*) e o Imediato com (*within*) o signo (...) O Objecto Mediato é o objecto que está fora do signo; chamo-lhe objecto *Dinamóide*. O signo deve indicá-lo por uma pista ou alusão; e esta pista, ou a sua substância, é o Objecto Imediato”.⁵⁴

O objecto dinâmico, como o imediato, pode ser tricotomizado em ordem às categorias, produzindo-se um Possível quando o objecto é indicado por referência às suas qualidades; uma Ocorrência, quando se refere a um factor ou entidade existente; ou um Necessitante, que expressa leis, hábitos e continuidade, ou tudo o que possa ser expresso numa proposição universal.⁵⁵

9.1.2 As categorias e os diversos tipos de signo

Este é o quadro muito geral onde podemos enquadrar a semiótica, mas no campo dos estudos de pormenor Peirce nunca chegou a dar como rigorosamente acabada a sua divisão e classificação dos diferentes tipos de signos. Em meados de 1909 especula que pos-

⁵⁴. PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. HARDWICK, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p. 83.

⁵⁵. PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. HARDWICK, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p. 82-84; e SAVAN, David, *An Introduction to Charles Sanders Peirce full System of Semeiotic*, 1988, Toronto Semiotic Circle, Toronto, Canada, p. 27 e 31.

sam ascender a vários milhares, oscilando entre 729 e os 59 mil,⁵⁶ decidindo-se, finalmente, pela introdução de algumas regras de limitação que acabarão a produzir, tão só, 66 classes de signos.

Mas a classificação mais importante do signo peirceano é a que o divide em três tricotomias e 10 classes, de que nos ocuparemos agora com mais detalhe; pois embora Peirce afirme também a existência de 10 tricotomias e 66 tipos diferentes de signos, nomeia apenas o seu modo de geração, e não cada classe em particular.⁵⁷

O primeiro aspecto sob o qual se pode considerar o signo é tomando este em si mesmo, isto é, enquanto fundamento da capacidade de representação – pois já vimos que representa não sob todos os aspectos, mas segundo uma determinada perspectiva.

Quando o signo, tomado em si mesmo, actua a partir do seu carácter qualitativo,⁵⁸ ou é uma mera qualidade, teremos um *Qualissigno*. Um qualissigno é uma qualidade que é um signo.⁵⁹ O qualissigno representa enquanto qualidade, enquanto essa qualidade nele é representativa de uma outra coisa, e é absolutamente

⁵⁶. “Now (my logic here may be puzzling, but it is correct), since my ten trichotomies of signs, should they prove to be independent of one another (which is to be sure, highly improbable), would suffice to furnish us classes of signs to the number of

$$\begin{aligned} 310 &= (32)5 = (10-1)5 = 105 - 5.104 \\ &+ 10.103 - 10.102 \\ &+ 5.10 - 1 \\ &= 50000 \\ &+ 9000 \\ &+ 49 \\ &= 59049 \end{aligned}$$

(Voilà a lesson in vulgar arithmetic thrown in to boot!), which calculation threatens a multitude of classes too great to be conveniently carried in one’s head, rather than a group inconveniently small, we shall, I think, do well to postpone preparations for further divisions until there be prospect of such a thing being wanted”, *Collected Papers*, 1.291.

⁵⁷. Cf. *Collected Papers*, 2.236, em nota de rodapé dos editores.

⁵⁸. “...according as to the sign itself is a mere quality”, no original; *Collected Papers*, 2.243.

⁵⁹. *Collected Papers*, 2.244.

necessário aos processos semióticos, por ser o único tipo de signo que pode comunicar qualidades. Um semáforo vermelho não é um qualissigno porque repousa sob uma convenção; mas um catálogo com amostras de cor de tinta já o é – trata-se de um signo que representa a cor da tinta em virtude meramente do seu carácter qualitativo.⁶⁰

Quando um signo, tomado em si mesmo, representa por ser um existente actual, obtém-se um *Sinsigno*, que é uma ocorrência (a partícula sin- deve ser tomada como significando “apenas uma vez” diz Peirce em 2.245), um existente actual ou evento que é um signo.

O sinsigno só pode actualizar-se mediante qualidades, por isso envolve sempre um ou mais qualissignos. É a singularidade do sinsigno, o facto de ser único, que o torna um signo. É o caso da pegada do lobo, ou dos dejectos de ovelha, que apontam a passagem desses animais. “Sempre que algum objecto ou evento é usado como pista para algum outro objecto ou evento passado, presente ou espacialmente distante, essa pista é um sinsigno”, explica David Savan.⁶¹ O uso ritual da linguagem, em todo o tipo de actos de fala – juramentos, casamentos, promessas – configura também um sinsigno.⁶² Como o sinsigno, como nota Peirce, transmite sempre alguma informação sobre as qualidades do objecto a que se reporta, não pode haver sinsignos sem que de alguma forma estejam envolvidos um ou mais qualissignos.

Quando o fundamento do signo é uma lei, obtém-se um *Legissigno*. “Um legissigno é uma lei que é um signo. Esta lei é habitualmente estabelecida pelo homem”⁶³ pelo que todo o signo convencional é um legissigno, embora a inversa já não seja verdadeira: nem todo o legissigno é convencional. Neste caso, é um tipo geral que significa, mas para que possa significar exige uma

⁶⁰. Exemplo adaptado a partir de Savan, op. cit., p. 20.

⁶¹. SAVAN, David, *An Introduction to Charles Sanders Peirce full System of Semeiotic*, 1988, Toronto Semiotic Circle, Toronto, Canada, p. 21.

⁶². *Idem*, p. 22.

⁶³. *Collected Papers*, 5.246.

ocorrência concreta que Peirce chamará de *Réplica*. Por exemplo, a palavra “as” ocorrerá meia dúzia de vezes na mesma página. Em todas as ocorrências, estamos perante o mesmo legissigno, mas cada instância dele é uma réplica, isto é, um sinsigno,⁶⁴ embora constitua apenas uma classe particular dentro da classe mais vasta dos sinsignos, porque a réplica só significa por referência a uma lei, enquanto há sinsignos que o fazem sem envolverem terceiridade.

A segunda tricotomia do signo toma como perspectiva o tipo de relação que este estabelece com o seu objecto, gerando, respectivamente, um índice, um ícone ou um símbolo.

Ícone é o signo que se relaciona ao seu objecto por possuir uma qualquer semelhança com este, quer esse objecto exista ou não. Podem ser ícones as imagens, as fotografias, mas também os mapas, os diagramas e as metáforas, que apresentam uma semelhança estrutural com o que significam. O *Índice* é o signo que se refere ao seu objecto por uma relação real, “sendo realmente afectado por ele”. Nunca poderia ser um qualissigno, já que as qualidades deste existem independentemente de tudo o mais, e embora “envolva algum tipo de ícone”⁶⁵ porque tem de possuir alguma qualidade em comum com o objecto que o afecta para que signifique, não se reduz a uma mera semelhança do objecto, mas implica que seja realmente afectado ou modificado por este. Deícticos, o gesto de apontar, um cata-vento, nomes próprios, sintomas, são tudo exemplos de índices.

Finalmente, o signo que se refere ao objecto que denota em virtude de uma lei toma o nome de *Símbolo* e essa lei ou regra geral faz com que o símbolo seja interpretado como referindo-se ao seu objecto. Trata-se, pois, de uma espécie de legissigno que age através de uma réplica. Não só o símbolo é geral, como o seu objecto é também geral, embora devam existir no mundo instâncias concretas desse objecto que é denotado pelo símbolo, que terá de ser afectado, mesmo que indirectamente, por essas instâncias – de

⁶⁴. *Collected Papers*, 2.246.

⁶⁵. *Collected Papers*, 2.248.

forma que envolve também sempre um tipo de índice.⁶⁶ São símbolos todos os nomes da linguagem, uma bandeira de um país, o crescente ou a cruz simbolizando o Islão ou o Cristianismo, etc.

A terceira tricotomia dos signos considera a relação que estes estabelecem com o seu interpretante, no caso de este o representar como signo de uma possibilidade, de um facto ou de uma razão;⁶⁷ e os tipos de signo que lhe correspondem são o Rema, o Dicissigno e o Argumento.⁶⁸

O *Rema* é, para o seu interpretante, um signo de possibilidade qualitativa – isto é, entendido como representando um tipo de objecto possível, caso do predicado de qualquer proposição; nesta a cópula “é” não afecta o sujeito, mas “implica uma determinabilidade indefinida do predicado”.⁶⁹ O *Dicissigno* é, para o seu interpretante, um signo de existência actual, que envolve algum tipo de rema, embora este não seja o traço mais proeminente da sua constituição, caso de uma proposição, que indica o objecto que denota.⁷⁰ Um *Argumento* é um signo que é para o seu in-

⁶⁶. *Collected Papers*, 2.249.

⁶⁷. *Collected Papers*, 2.243.

⁶⁸. *Collected Papers*, 2.250.

⁶⁹. “If parts of a proposition be erased so as to leave blanks in their places, and if these blanks are of such a nature that if each of them be filled by a proper name the result will be a proposition, then the blank form of proposition which was first produced by the erasures is termed a rheme. According as the number of blanks in a rheme is 0, 1, 2, 3, etc., it may be termed a medad (from {méden}, nothing), monad, dyad, triad, etc., rheme”, *Collected Papers*, 2.272.

⁷⁰. *Collected Papers*, 2.251. “A proposition as I use that term, is a dicent symbol. A dicent is not an assertion, but is a sign capable of being asserted. But an assertion is a dicent. According to my present view (I may see more light in future) the act of assertion is not a pure act of signification. It is an exhibition of the fact that one subjects oneself to the penalties visited on a liar if the proposition asserted is not true. An act of judgment is the self-recognition of a belief; and a belief consists in the deliberate acceptance of a proposition as a basis of conduct. But I think this position is open to doubt. It is simply a question of which view gives the simplest view of the nature of the proposition. Holding, then, that a Dicent does not assert, I naturally hold that an Argument need not actually be submitted or urged. I therefore define an argument as a sign which is represented in its signified interpretant not as a Sign of that

terpretante signo de uma lei,⁷¹ ou que “representa o seu objecto no seu carácter como signo”.⁷² São argumentos a dedução, a indução e a abdução, por se tratarem de signos cujo objecto é uma lei geral.⁷³

Poderíamos assim, quanto às primeiras três tricotomias dos signos, obter o seguinte esquema:

| Tipos de Signo segundo a relação com... | Signo/ fundamento | Objecto | Interpretante |
|---|-------------------|---------|---------------|
| Qualidade/Primeiro | Qualissigno | Ícone | Rema |
| <i>Facto/Segundo</i> | Sinsigno | Índice | Dicissigno |
| <i>Lei/Terceiro</i> | Legissigno | Símbolo | Argumento |

Registe-se ainda que estes tipos nunca aparecem como signos “puros”. A tricotomia peirceana é um método de análise que permite distinguir entre diferentes aspectos da semiose, mas quanto à sua realização ou ocorrência no mundo, nenhum signo pertence exclusivamente a uma destas classes. Todos necessitam, como vimos nas definições, do tipo de signo de ordem anterior, embora este não constitua o seu aspecto mais proeminente. Outras vezes, poderão ser recobertos por várias formas de significação, consoante forem perspectivados. Tome-se por exemplo uma fotografia de um capitão de Abril com a boca da arma coberta por um cravo. Essa foto pode ser tomada como um ícone do seu objecto, porque apresenta uma semelhança física com aquele homem concreto; mas é também um índice, porque entretém uma relação real com o denotado, que determina fisicamente o seu

interpretant (the conclusion) [for that would be to urge or submit it] but as if it were a Sign of the Interpretant or perhaps as if it were a Sign of the state of the universe to which it refers, in which the premisses are taken for granted. I define a dicent as a sign represented in its signified interpretant as if it were in a Real Relation to its Object. (Or as being so, if it is asserted)”, *Collected Papers*, 2.337.

⁷¹. *Collected Papers*, 2.252.

⁷². *Collected Papers*, 2.252.

⁷³. *Collected Papers*, 2.253.

aspecto como signo; ou pode ainda ser, preferencialmente, entendido como símbolo de paz e liberdade, mas também, aquele ícone particular (cravo na boca da arma) como símbolo da revolução – nestes casos, o signo é interpretado segundo uma regra convencional, que liga cravos em metralhadoras ao 25 de Abril, e este à noção de revolução pacífica, democracia e liberdade política.

É depois a partir destas três tricotomias básicas dos signo, que Peirce os irá dividir em 10 classes, sendo ainda possível, quanto a estas, considerar a possibilidade de ulteriores divisões.⁷⁴ E obtém-se apenas 10 classes de signos, e não 27 (3^3) porque nem todas as combinações destas variedades são possíveis. Peirce introduz algumas restrições, nomeadamente que um Possível (Primeiro) só pode determinar um outro Possível; e que um Necessitante (Terceiro) só pode ser determinado por um outro necessitante.⁷⁵ Enumera então a partir destas regras e restrições 10 classes de signos:⁷⁶

1º. **Qualissigno (Icónico Remático)**: qualquer qualidade (um sentimento de vermelho, por exemplo) que seja um signo. Como a qualidade é absolutamente em si sem conexão com nenhum outro, só pode significar um objecto possuindo semelhança ou um ingrediente em comum com ele, e nesse sentido é também um ícone; e como uma qualidade é uma possibilidade lógica, só pode ser interpretado como um rema.⁷⁷

2º. **Sinsigno icónico (Remático)**: um objecto do qual alguma qualidade faz com que determine a ideia de um objecto. É o caso de um diagrama individual, que é sinsigno por ocorrer uma só vez,

⁷⁴. *Collected Papers*, 2.254.

⁷⁵. Cf. LIEB, Irwin, “On Peirce’s Classification of Signs”, in PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. HARDWICK, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, Appendix B, p. 160-161.

⁷⁶. *Collected Papers*, 2.254-2.264.

⁷⁷. *Collected Papers*, 2.254.

icónico por ser portador de uma semelhança, e remático porque só pode ser interpretado como um signo de essência.⁷⁸

3º. **Sinsigno Indicial Remático**: caso de um grito espontâneo, ou seja, qualquer objecto de experiência directa (sinsigno) que dirige a atenção para aquilo que denota (índice).⁷⁹

4º. **Sinsigno (Indicial) Dicissigno**: qualquer objecto de experiência directa (sinsigno) que veicula informações sobre o que denota sendo realmente afectado por ele (índice), e veiculando informações de um facto actual (dicissigno), como por exemplo, um cata-vento.⁸⁰

5º. **Legissigno Icónico (Remático)**: qualquer lei geral ou tipo (legissigno), do qual as suas instâncias corporizem uma qualidade definida que chame à mente a ideia de um objecto semelhante (ícone); além de que sendo um ícone (como o segundo tipo de signo) tem necessariamente de envolver um rema. É o caso de um diagrama despido da sua factualidade individual.⁸¹

6º. **Legissigno Indicial Remático**: é um tipo geral ou lei do qual cada uma das suas instâncias é realmente afectada pelo seu objecto (índice) chamando a atenção para o que denota, e cujo interpretante o representa como sendo um legissigno icónico (que em parte também é), caso de um pronome demonstrativo.⁸²

7º. **Legissigno Indicial Dicissigno**: uma lei da qual uma das suas instâncias é realmente afectada pelo seu objecto, fornecendo informação definida acerca dele, caso por exemplo de um pregão de rua.⁸³

8º. **(Legissigno) Simbólico Remático**: ou rema simbólico, um signo que se relaciona ao seu objecto por uma associação geral de ideias e que tende a produzir no seu intérprete um conceito geral, caso de um nome comum ou termo geral.⁸⁴

⁷⁸. *Collected Papers*, 2.255

⁷⁹. *Collected Papers*, 2.256.

⁸⁰. *Collected Papers*, 2.257.

⁸¹. *Collected Papers*, 2.258.

⁸². *Collected Papers*, 2.259.

⁸³. *Collected Papers*, 2.260.

⁸⁴. *Collected Papers*, 2.261.

9°. (*Legissigno*) *Simbólico Dicissigno*: signo que se relaciona ao seu objecto por uma associação de ideias geral, actuando como um símbolo remático, mas com a diferença de que o seu interpretante o representa como sendo realmente afectado pelo objecto que denota, sendo que a lei que chama ao espírito tem de estar realmente relacionada com o seu objecto, caso de uma proposição comum geral do género: “o forno é preto”.⁸⁵

10°. *Argumento (Legissigno Simbólico)*: um signo cujo interpretante representa o seu objecto como sendo um outro signo através de uma lei, a lei de que a passagem das premissas às conclusões tende para a verdade. É o caso, por exemplo, da forma abstracta de qualquer silogismo.⁸⁶

Estas 10 classes de signo remontam pelo menos a 1904, pois são detalhadamente mencionadas por Peirce numa carta de 12 de Outubro desse ano dirigida a Lady Welby,⁸⁷ mas já nesse documento, uma outra classificação é anunciada, sendo fornecidas pistas para a sua concepção. É quando Peirce, nesse texto, menciona em vez das três tricotomias que dão origem a 10 classes de signos; 10 tricotomias que originariam 66 classes de signos – classes essas que Peirce nunca chega a detalhar em pormenor, mas que é possível reconstruir por analogia com a forma como Peirce constrói as 10 classes.

A melhor exposição desta segunda divisão e classificação dos signos encontra-se no esboço de uma carta para Lady Welby datada de 1908, e que esta nunca chegaria a receber.⁸⁸

Na nova classificação, as três tricotomias iniciais – a partir do reconhecimento de que cada signo tem dois objectos e três interpretantes – são expandidas formando 10 tricotomias:⁸⁹

⁸⁵. *Collected Papers*, 2.262.

⁸⁶. *Collected Papers*, 2.263.

⁸⁷. PEIRCE, Charles Sanders, *Semiotics and Significs — The Correspondence Between Charles Sanders Peirce and Victoria Lady Welby*, ed. HARDWICK, Charles S., Indiana University Press, 1977, Bloomington, Indiana, p. 32 e ss.

⁸⁸. *Collected Papers*, 8.342 e ss.

⁸⁹. *Collected Papers*, 8.344.

- 1^a. Segundo o modo de apreensão do próprio signo.
- 2^a. Segundo o modo de apresentação do objecto imediato.
- 3^a. Segundo o modo de ser do objecto dinâmico
- 4^a. Segundo a relação do signo com o objecto dinâmico
- 5^a. Segundo o modo de apresentação do interpretante imediato.
- 6^a. Segundo o modo de ser do interpretante dinâmico
- 7^a. Segundo a relação do signo com o interpretante dinâmico
- 8^a. Segundo a natureza do interpretante final ou normal
- 9^a. Segundo a relação do signo com o interpretante final ou normal
- 10^a. Segundo a relação triádica do signo ao objecto dinâmico e ao interpretante final.

Estas 10 divisões são, todas elas, tricotomias, e Peirce considera que poderiam produzir até 59.049 classes de signos (3^{10}), não foram as regras de restrição que aplica à anterior classificação das três tricotomias que restringem as 27 classes de signo (3^3) às 10 que acabamos de avaliar. Neste caso, da classificação a partir de 10 tricotomias, as mesmas regras de geração produziram 66 tipos distintos de signo. Não vamos aqui ocupar-nos deles porque serviria apenas para tornar este estudo prolixo, e demais, Peirce também não o faz.⁹⁰ Trataremos apenas de caracterizar o resultado da “tricotomização” destas 10 formas de considerar o signo, no quadro que se segue:⁹¹

⁹⁰. Uma classificação esquemática das 28 classes de signo (referidas por Peirce numa carta de 1908) que opera a partir das primeiras seis destas tricotomias; e das 66 classes, que são geradas pela consideração das 10 tricotomias, é apresentada no já citado estudo de Lieb, pp. 161-166.

⁹¹. Limito-me a nomear as classes, esclarecendo que Peirce oferece exemplos, e uma breve explicação de cada uma delas, em 8.346-8.379.

| Tricotomias | Primeiro | Segundo | Terceiro |
|-------------|-----------------|------------------|-----------------|
| 1. | Potissigno/Mark | Actissigno/Token | Famissigno/Type |
| 2. | Descritivos | Designativos | Copulantes |
| 3. | Abstractivos | Concretivos | Colectivos |
| 4. | Ícones | Índices | Símbolos |
| 5. | Hipotéticos | Catagóricos | Relativos |
| 6. | Simpáticos | Irritantes | Usuais |
| 7. | Sugestivos | Imperativos | Indicativos |
| 8. | Gratíficos | Práticos | Pragmáticos |
| 9. | Sema | Fema | Deloma |
| 10 | Instinto | Experiência | Forma (Hábito) |

Capítulo 10

Da semiótica e seu objecto

10.1 Introdução

Sempre a questão do objecto foi uma das questões centrais de qualquer ciência. Saber de que é que uma ciência trata é tão importante ou mais do que saber quais os seus métodos ou seus objectivos. O mesmo se passa com a semiótica. A indicação do seu objecto é elemento importantíssimo para a sua compreensão enquanto ciência. Tradicionalmente a semiótica era entendida como ciência dos signos, mas hoje aparecem escolas e autores a defenderem a semiótica como ciência da significação em contraposição a uma semiótica enquanto ciência dos signos. Um desses autores é Moisés Martins que logo na primeira página do seu relatório sobre a disciplina de semiótica, apresentado à Universidade do Minho para provas de agregação, afirma explicitamente: "Não circunscrevemos a semiótica ao regime do signo. Pensamo-la antes na confluência de dois níveis semânticos não sígnicos: o da textualidade/discursividade e o da enunciação. E enquanto num caso acentuamos o domínio da escrita, o domínio do objecto textual, e suspendemos a relação com o contexto, no outro, colocamos a ênfase nas dimensões da prática discursiva, interacção, intersubjectividade, reflexividade, intencionalidade e comunicação. Quer

isso dizer que pensamos a semiótica como a disciplina da significação".¹

Moisés Martins não nega que tradicionalmente a semiótica era entendida como ciência dos signos,² mas considera que na década de sessenta houve uma alteração do objecto desta ciência, de algum modo concomitante com a alteração da denominação de semiologia para semiótica: "A disciplina de Semiótica começou por ser em Saussure, e foi-o ainda com Barthes, uma ciência que se ocupou dos sistemas de signos (semiologia). Nos anos sessenta rompe com a linguística do signo e afirmou-se como a ciência da significação (semiótica)."³ Embora esta alteração de denominação de semiologia para semiótica se aplique tão somente ao universo parisiense, pois que antes de Saussure forjar o termo "semiologia" já o termo "semiótica" era vulgar na filosofia e na lógica como teoria dos signos, o que importa aqui registar é que Moisés Martins considera estar meramente a aceitar um dado adquirido, isto é, que a semiótica mudou de facto de objecto: "Fazemos, sim, acto da deslocação operada em semiótica ao longo das últimas décadas. Esta disciplina deixou, com efeito, de se ocupar dos signos, cuja crise talvez com algum exagero, é dada por definitiva, para se centrar na significação, e na realização que esta tem em textos (e em discursos)".⁴

O meu intuito neste artigo é duplo: por um lado, compreender o abandono dos signos pela Escola de Paris, isto é, apurar as razões para o que é considerado um dado adquirido, e, por outro, reafirmar os signos como o objecto da semiótica, mostrar que esse é o entendimento largamente predominante na comunidade científica internacional, e justificar esse entendimento. De algum

¹ *Semiótica. Programa e Metodologia*, pp. 1 e 2.

² *ibidem*, p. 2.

³ *ibidem*, p.18

⁴ *ibidem*, p.20.

modo retomo os propósitos do artigo de Umberto Eco “Signo” na Enciclopédia Einaudi.⁵

Como meta final do artigo proponho-me mostrar que a noção de semiótica como doutrina dos signos continua a ser hoje uma noção muito rica e, mais importante ainda, que esta acepção de semiótica é mais ajustável que a acepção da semiótica como ciência da significação num currículo de estudos de um curso de comunicação.

10.2 A história e os confins da semiótica

As fronteiras de uma ciência devem muito do seu traçado não à necessidade dedutiva decorrente dos seus princípios, mas ao acaso da história. Que objectos caem ou não no seu âmbito resulta não raras vezes de uma reivindicação atempada. Como ciência recente, a semiótica sentiu a dificuldade de encontrar já ocupadas áreas de investigação que poderiam muito bem ser suas. Isto mesmo o reconhece Roland Posner ao apresentar a semiótica como ciência com um objecto, no artigo com que abre a monumental obra *Semiotics. A Handbook on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*.⁶ Escreve ele que o propósito da semiótica teórica de fornecer os conceitos gerais a todos os tipos relevantes de signos e de semioses chocou com os direitos adquiridos de disciplinas tão estabelecidas como a biologia, a psicologia e a medicina, por um lado, e a filologia, a musicologia e a história de arte, por outro.⁷ A alternativa foi, primeiro, abordar áreas ainda

⁵Enciclopédia Einaudi, vol. 31, *Signo*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. pp. 11-51.

⁶Manual organizado por Roland Posner, Klaus Robering, Thomas A. Sebeok, publicado em Berlin e New York pela Walter de Gruyter. A obra é composta por três volumes, no conjunto com cerca de três mil páginas. O primeiro volume veio à luz em 1997, o segundo em 1998. Espera-se que o terceiro surja em 1999. O manual é o décimo terceiro da série *Handbooks of Linguistics and Communication*.

⁷ – *ibidem*, pp. 2.

não cobertas cientificamente, dando assim origem às semióticas regionais, como a do teatro, a da cinema e a da comunicação não verbal, e, segundo, tratar unitariamente áreas diversas, abordadas isoladamente por outras disciplinas. Fora o desenvolvimento da semiótica mais lesto e hoje seriam os seus confins diferentes.

Definir a semiótica tal como existiu e existe exige conhecer a sua história. Com efeito, qualquer definição nominal ou convencional não evitaria um certo grau de arbitrariedade. A definição etimológica do termo semiótica como disciplina dos signos (*σημειον*) poderia considerar-se como corroborando a posição de que são os signos e não a significação o objecto da semiótica, no entanto, um olhar mais atento à história do étimo revelaria que não será a etimologia a abitar o litígio do objecto semiótico. O termo *σημειον* constituinte de semiótica é tardio no grego e deriva do termo anterior *σημα*.⁸ Ora é deste radical que surgem também outras disciplinas adjacentes, concorrentes ou mesmo pertencentes à semiótica, como semântica e semasiologia. A raiz etimológica dos termos é a mesma, todavia o seu significado varia consoante a história destes. O termo semântica, por exemplo, só em 1897, com o *Essai de Sémantique* de Michel Bréal, viu a sua significação definitivamente estabelecida como a ciência do significado.

A própria história do termo ‘semiótica’, que não da ciência semiótica, não resolverá certamente a disputa em aberto, apesar das achegas importantes que possa dar. É sabido que ‘semiótica’ começa por ser um termo da medicina grega. Na tradição hipocrática Galeno classifica a *σημειοτικη* como um dos seis ramos da medicina, a par da fisiologia, etiologia, patologia, higiene e terapia. Fazendo parte da diagnose, caberia à semiótica descobrir

⁸Sobre a variedade semântica do termo *σημα* na Grécia pré-clássica ver Ezio Pellizer, “Sign Conceptions in pre-classical Greece” in Posner, org., 1997, pp. 831-836. São oito os significados de *σημα* que Pellizer identifica na Grécia pré-clássica: signo físico, forma desenhada ou modelada, túmulo ou sepulcro, escrita, fenómeno natural, constelação, profecia ou resposta, evidência circunstancial.

os sintomas das doenças.⁹ No entanto, e apesar de Galeno ser, além de médico, um filósofo com uma obra ampla num campo lógico-linguístico que hoje incluiríamos na semiótica,¹⁰ a relação entre os dois campos, a sintomatologia médica e a linguística, não foi feita pelos gregos.¹¹ Umberto Eco escreve mesmo que Galeno teria ficado muito surpreendido se soubesse que a sua *τεχνη σημειοτικη* servia para analisar também os elementos da língua.¹²

Não é à história do termo, mas à história da ciência por ele designada, que há que buscar directrizes vinculativas sobre o seu objecto específico. Determinar-se-á o objecto da semiótica sabendo qual o objecto de que ela tratou e trata. Sendo muito claro este método de resolução do problema, ele não é fácil. E não é fácil desde logo porque nos encontramos de algum modo numa situação circular, da charada do ovo e da galinha. Para determinar o que cabe e não cabe na história da semiótica, exige saber-se do que ela trata, e para se saber do que a semiótica trata há que recorrer à história da semiótica. Esta dificuldade foi levantada e tratada por Jürgen Trabant¹³ e Umberto Eco.¹⁴

Trabant considera não ser possível uma história “objectiva” da semiótica, mas que haverá sempre diferentes semióticas consoante as diferentes concepções de semiótica dos historiadores. Com base em duas apresentações da história da semiótica,¹⁵ Trabant mostra como a semiótica é vista e narrada consoante o respectivo ponto de partida. Adoptando a divisão nietzscheana da

⁹Thomas A. Sebeok, “Symptome, systematisch und historisch” in *Zeitschrift für Semiotik* 6/1-2, 1984, pp. 37-52.

¹⁰Ver Robert Blair Edlow, *Galen on Language and Ambiguity*, Leiden: E.J.Brill, 1977.

¹¹Ver Pellizer, *ibidem*.

¹² Umberto Eco, “History and historiography of Semiotics” in Posner, org., 1997, pp. 730-746.

¹³ – Jürgen Trabant, “Monumentalische, kritische und antiquarische Historie der Semiotik” in *Zeitschrift für Semiotik* 3/1, 1981, pp. 41-48.

¹⁴ - Umberto Eco, *ibidem*.

¹⁵São elas o manual de Elisabeth Walther, *Allgemeine Zeichenlehre. Einführung in die Grundlagen der Semiotik*, Stuttgart, 1974, e Thomas A. Sebeok, *Theorie und Geschichte der Semiotik*, Reinbeck, 1979.

história em monumental, crítica e antiquarista, Trabant considera que tanto uma como a outra das apresentações analisadas pertencem ao género monumental, interessadas em justificar e glorificar uma determinada teoria e prática semióticas. Trabant nota a falha de ainda não existir aquela história antiquarista da semiótica, que tudo regista sem diferenciar o valor de cada coisa, nem respeitar proporções, mas que acriticamente junta tudo o que possa de perto ou de longe, de qualquer maneira, ter a ver com a temática semiótica. E declara ser uma necessidade a elaboração dessa história antiquarista da semiótica, até para por ela se aferirem as particularidades e se corrigirem as falhas e as injustiças das histórias de tipo monumental e crítico.¹⁶

A história antiquarista da semiótica foi entretanto feita. O referido manual de semiótica de Posner contém uma vastíssima quantidade de material histórico que abarca todos os domínios que podem ser considerados como pertencendo ao longo dos tempos, de longe ou de perto, à semiótica.¹⁷ Ora é justamente num artigo introdutório a esta história da semiótica que Umberto Eco analisa o problema da relação do objecto e da história da semiótica. Um historiador que quisesse elaborar uma história da semiótica, entendida esta como uma teoria dos signos, verificaria que muitos autores do passado, apesar de abordarem temáticas que no entender do próprio historiador estariam relacionadas com os signos, ou não mencionam a noção de signo, ou questionam mesmo a própria noção de signo, ou afirmam que o objecto da semiótica é algo diferente dos signos, ou sustentam que os signos são apenas uma sub-espécie de entidades semióticas e que a semiótica incide sobre um campo mais vasto de fenómenos inter-relacionados, ou negam abertamente a existência de um campo unificado de interesses denominado semiótica, ou, por fim, assumem expressamente que as suas investigações nada têm a ver com a semiótica.

¹⁶Trabant, *ibidem*, p. 48.

¹⁷A secção B do *Semiotics. A Handbook on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture* que inclui nada menos que 68 artigos em mais de 1500 páginas, pp. 668-1198 do 1º volume e pp. 1199-2339 do 2º volume.

Ainda segundo Umberto Eco, o problema subjacente a este dilema é o facto de, por um lado, os semióticos modernos ainda não terem chegado a acordo sobre uma lista mínima de conceitos básicos e, por outro, de a noção de signo não ter sido sempre, desde os primórdios do pensamento ocidental, uma categoria semiótica suficientemente compreensiva. A solução consistirá em todo o historiador expor logo de início qual o seu entendimento de semiótica e qual o objecto da sua pesquisa por campos tão diferentes da reflexão científica e da cultura humana.¹⁸ Mesmo assim, a proposta de Eco é partir da definição de semiótica como doutrina dos signos, por isso seguir as propostas mais difundidas como a de Jakobson¹⁹ e a de Sebeok.²⁰

No entanto, para além de uma história geral da semiótica, isto é de uma semiótica de certo modo *avant la lettre*, que incluiria tudo e todos, há a história da semiótica como disciplina do século XX. Aqui é inquestionável que Charles Sanders Peirce e Ferdinand de Saussure são os fundadores da semiótica tal como se viria a constituir nos nossos dias. A semiótica é, vale dizê-lo, uma ciência recente para uma temática antiga²¹. Dentro da história da semiótica cabe portanto como seu núcleo duro a história da disciplina da semiótica tal como ela se afirmou como disciplina autónoma na contemporaneidade. E aqui não subsistem quaisquer

¹⁸Eco, *ibidem*, p. 733.

¹⁹Roman Jakobson define semiótica na abertura do primeiro congresso da Associação Internacional de Estudos Semióticos como qualquer tipo de estudo interessado numa *relation de renvoi*, no sentido clássico do *aliquid stat pro aliquo*. Veja-se ainda Roman Jakobson, *On Language*, Cambridge: Harvard University Press, 1990. “Language as one of the sign systems and linguistics as the science of verbal signs, is but a part of semiotics, the general science of signs which was foreseen, named and delineated in John Locke’s essay...” p. 454.

²⁰ - Thomas A. Sebeok, *Contributions to the Doctrine of Signs*, Bloomington: Indiana University Press, 1976.

²¹Ver António Fidalgo, *Semiótica: A Lógica da Comunicação*, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998. Ver sobretudo a Introdução, intitulada justamente “Uma ciência recente para uma temática antiga”, pp. 3-16.

dúvidas de que foi concebida pelos seus fundadores como ciência dos signos.

John Locke é o primeiro na modernidade a postular em 1690 uma ciência chamada *σημειολογική* incumbida de estudar os signos, de que as palavras são a parte mais usual, nomeadamente de considerar a natureza dos signos de que o espírito se serve para entender as coisas ou para comunicar esse conhecimento aos outros.²² Ora é sobretudo a função representacional dos signos no conhecimento que chama a atenção dos lógicos do século XIX, como Lambert²³, Bolzano e Husserl²⁴. Eles vêem na semiótica uma ciência propedêutica à lógica virada para o estudo dos signos como instrumentos do pensamento e do conhecimento.

É no seguimento desta linha filosófico-lógica que Peirce desenvolve o seu conceito de semiótica.²⁵ Para Peirce a semiótica é uma disciplina lógica. Logo nos primeiros escritos, nomeadamente em “On a New List of Categories”,²⁶ estabelece os traços gerais do que seria a sua semiótica. As categorias aristotélicas e kantianas são substituídas simplesmente por três, Qualidade, Relação e Representação, havendo então a distinguir três tipos de representações (termo que viria a ser substituído por signo), similitudes (mais tarde, ícones), índices e símbolos. A tese fundamental de Peirce nos primeiros escritos, “Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man” e “Some Consequences of Four Incapacities”, é de que “todo o pensamento está nos signos” e, portanto, de que a semiótica tem uma aplicação universal. Tudo

²² *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, Parte 4, Cap. XXI, §4.

²³ Christoph Hubig, “Die Zeichentheorie Johann Heinrich Lamberts: Semiotik als philosophische Propädeutik” in *Zeitschrift für Semiotik* 1, 1979, pp. 333-344.

²⁴ Ver Fidalgo, *ibidem*; os capítulos dedicados a Bolzano e a Husserl, pp. 22-43.

²⁵ Klaus Oehler, “An Outline of Peirce’s Semiotics” in Martin Krampen, org., *Classics of Semiotics*, New York: Plenum Press, 1987.

²⁶ *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1931-1935, 1.545-567.

pode ser um signo, bastando para isso que entre num processo de semiose, no processo de que algo está por algo para alguém.

Directamente na pegada de Peirce, Charles Morris apresenta a semiótica como a ciência dos signos com as sub-disciplinas da sintáctica, semântica e pragmática.²⁷ O mérito de Morris é o de ter estabelecido esta divisão epistemológica da semiótica, que se tornaria canónica, na base do próprio processo semiótico. O estudo semiótico dos signos pode ser sintáctico, semântico ou pragmático justamente dada a natureza relacional do signo. Todo o signo consiste na relação de um veículo sígnico que denota algo para alguém. A semiótica “is not concerned with the study of a particular kind of object, but with ordinary objects in so far (and only in so far) as they participate in semiosis”.²⁸

Numa palavra, não restam dúvidas de que, quanto à semiótica de proveniência peirceana, seguramente a corrente semiótica mais importante da actualidade, ela foi e continua a ser entendida como doutrina dos signos. Thomas A. Sebeok e toda a escola de Indiana aí estão para o mostrar através de numerosas obras e congressos científicos.

A negação dos signos como o objecto da semiótica aparece na escola francesa, precisamente com A. J. Greimas, e é portanto na história da semiologia, isto é, da semiótica de proveniência linguística, que deveremos encontrar as razões para uma alteração da acepção tradicional de semiótica.

A ideia que Saussure apresenta da semiologia é tão clara quanto embrionária. À semiologia competiria “o estudo da vida dos signos no seio da vida social”. Sendo a linguagem um sistema de signos entre outros sistemas de signos de que o homem se serve

²⁷Charles Morris, “Foundations of the Theory of Signs” (1938) in *Writings on the General Theory of Signs*, The Hague: Mouton, 1971, p. 20. A razão de traduzir aqui *sintactics* por sintáctica e não por sintaxe como fiz em *Semiótica, A Lógica da Comunicação* deve-se à necessidade de corresponder à distinção morrisiana entre *syntax* e *sintactics*. Segue-se, assim, a tradução de Adriano Duarte Rodrigues, *Introdução à Semiótica*, Lisboa: Presença, 1991, pp. 9495.

²⁸Charles Morris, *Writings on the General Theory of Signs*, The Hague: Mouton, 1971, p. 20.

para comunicar, a linguística seria uma ciência particular de determinados signos, os signos da linguagem, e enquadrar-se-ia na ciência geral da semiologia que se debruçaria sobre todos os signos. A nova ciência, denominada a partir do grego *semeion*, “sinal”, “estudaria em que consistem os signos, que leis os regem”.²⁹

A concepção saussureana de semiologia é desenvolvida, na década de sessenta, no sentido de uma semiologia da comunicação, oposta à semiologia da significação de Roland Barthes,—³⁰ por Buysens-³¹ e Prieto.-³² O que estes dois autores intentam é de facto erigir uma teoria geral dos signos.

Ora é justamente esta semiologia saussureana, enquanto teoria geral dos signos, linguísticos e não linguísticos, que Greimas considera ultrapassada. Explicitamente Greimas e Courtés escrevem que “O projecto semiológico, na medida em que se procurou desenvolvê-lo no quadro restrito da definição saussureana - o estudo dos signos, inscrito na teoria da comunicação, consistindo na aplicação quase mecânica do modelo do signo linguístico - depressa se viu reduzido a bem pouco: à análise de alguns códigos artificiais supletivos, como as análises de Prieto e de Mounin, fazendo da semiologia como que uma disciplina anexa da linguística.”³³ Mais exactamente, é o modelo por assim dizer ortodoxo

²⁹Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986, p. 44.

³⁰ Georges Mounin, *Introduction à la Sémiologie*, Paris: Éditions de Minuit, 1970, pp. 11-15.

³¹ Eric Buysens, *Semiologia e Comunicação Linguística*, São Paulo: Editora Cultrix, s.d.

³² Luis Prieto, *Mensagens e Sinais*, São Paulo: Editora Cultrix, 1973 (1966).

³³ — “Le project sémiologique, dans la mesure où l’on a cherché à le développer dans le cadre restreint de la définition saussurienne...; l’étude des ‘signes’, inscrite dans la théorie de la communication, consistant dans l’application quasi mécanique du modèle du ‘signe linguistique’, etc. - s’est vite réduit à fort peu de chose: à analyse de quelques codes artificiels de suppléance (cf. les analyses de Prieto, de Mounin), ce qui a fait apparaître la sémiologie comme une discipline annexe de la linguistique.” A.J.Greimas, J.Courtés, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris: Hachette, 1979, p. 336.

da semiologia saussureana, defendido por Georges Mounin, que Greimas declara ter-se esgotado.

Greimas inscreve-se expressamente³⁴ na tradição de Louis Hjelmslev para sustentar uma concepção de semiótica não como teoria geral dos signos, mas como teoria dos processos universais de significação. Seria, pois, com Hjelmslev que se daria, segundo Greimas e Courtés, a alteração da noção de semiótica e isso bastaria para nos obrigar a olhar atentamente para a doutrina do linguista dinamarquês. Há porém que redobrar a atenção, quando outros autores consideram que, pelo contrário, é Hjelmslev que realiza o projecto de Saussure, da semiologia como uma ciência dos signos, baseada na linguística imanente e estrutural.³⁵

Nos *Prolegómenos a uma Teoria da Linguagem* de 1943 Hjelmslev conclui ser inevitável o alargamento das considerações linguísticas a outras áreas que não as línguas naturais, e isto porque esse alargamento decorre das preocupações estritas do linguista.³⁶ Essas áreas são as semióticas, dando Hjelmslev um sentido peculiar a este termo. Por semiótica entende ele não uma ciência, mas um sistema hierárquico de relações tal como, por exemplo, uma

³⁴“En nous inscrivant dans la tradition de L. Helmslev qui a été le premier à proposer une théorie sémiotique cohérente, nous pouvons accepter la définition qu’il donne de de la sémiotique”, *ibidem*, p. 341.

³⁵“For in my opinion, and with all respect for Hjelmslev’s importance as a linguistic scientist, the truly original aspect of his work is the development of a semiotic rather than a linguistic theory. For he is nothing less than the originator of that Saussurean desideratum, namely a general science of signs (sémiologie) based on immanent and structural linguistics.” Jürgen Trabant, “Louis Hjelmslev: Glossematics as General Semiotics” in Martin Krampen, org., *Classics of Semiotics*, New York: Plenum Press, 1987, pp. 89-108, p. 90.

³⁶Louis Hjelmslev, *Prolegomena to a Theory of Language*, Madison: The University of Wisconsin Press, 1961. “We stress that these further perspectives do not come as arbitrary and dispensable appendages, but that, on the contrary, and precisely when we restrict ourselves to the pure consideration of natural language, they spring with necessity from ‘natural’ language and obtrude themselves with inevitable logical consequence. If the linguistic wishes to make clear to himself the object of his own science he sees himself forced into spheres which according to the traditional view are not his.” pp.101-102.

linguagem natural.³⁷ Uma semiótica é um sistema estruturado de modo análogo à linguagem. A conclusão daqui resultante é a que “obriga o linguista a considerar como seu objecto, não só a linguagem natural do dia a dia, mas também qualquer semiótica, isto é, qualquer estrutura análoga à linguagem”.³⁸ Donde resulta que a linguagem como uma semiótica entre outras “pode ser encarada como um caso especial de um objecto mais geral”.³⁹ Daqui segue-se, segundo Hjelmslev, ser proveitoso e necessário estabelecer um ponto de vista comum às várias disciplinas, do estudo da literatura à matemática, passando pela música e história, “dando cada uma, à sua maneira, o seu contributo à ciência geral da semiótica”.⁴⁰ Hjelmslev concebe, portanto, também uma ciência geral, modelada sem dúvida a partir da linguística, mas onde esta se inseriria.⁴¹

Esta é, a este nível, uma posição claramente saussureana. O próprio Hjelmslev o reconhece.⁴² O que Hjelmslev contesta, isso sim, é o carácter sociológico e psicológico que a semiologia teria, na opinião de Saussure. Com efeito, Saussure enquadra a semiologia dentro da psicologia social e esta por sua vez dentro da psicologia geral. Donde a linguística, como ciência particular da semiologia, seria também uma disciplina socio-psicológica. Contudo, como Hjelmslev muito bem aponta, o que Saussure acaba por realmente fazer com a linguística é algo completamente diferente. A linguística como Saussure efectivamente a desenvolve é

³⁷Exactamente a definição formal dada por Hjelmslev de semiótica é a de “a hierarchy, any of whose components admits of a further analysis into classes defined by natural relation, so that any of those classes admits of an analysis into derivatives defined by mutual mutation.” *ibidem*, p. 106.

³⁸ *ibidem*, p.107.

³⁹ *ibidem*, p.107.

⁴⁰ *ibidem*, p.107.

⁴¹“Each will be able to contribute in its own way to the general science of semiotics by investigating to what extent and in what manner its objects may be submitted to an analysis that is in agreement with the requirements of linguistic theory.” *ibidem*, p.108.

⁴² *ibidem*, p.107-109.

uma “ciência da pura forma” e a língua uma “estrutura abstracta de transformações”.⁴³ Não é por acaso que a estrutura semiológica é redescoberta nas estruturas dos jogos, por exemplo na do xadrez. A concepção da linguagem é formal. Ora este é, ainda segundo Hjelmslev, um ponto muito importante na constituição da semiologia numa base “imaneente”. E é aqui que uma colaboração íntima entre lógicos e linguistas se pode e deve estabelecer. Hjelmslev cita a obra de Rudolf Carnap, *A Sintaxe Lógica da Linguagem*, 1934, como situando-se na fronteira dessa colaboração. Portanto, a concepção hjelmsleviana da doutrina geral da semiótica é a de uma ciência claramente formal, de natureza linguístico-lógica.

Sendo assim, como é que Greimas enraíza uma semiótica social na doutrina de Hjelmslev? Através da distinção crucial que Hjelmslev faz entre processo e sistema.⁴⁴ Sendo as semióticas hierarquias e havendo dois tipos de hierarquias, processos e sistemas, a ideia greimasiana de semiótica é a de uma hierarquia de processos determinante da hierarquia de sistemas.

Hjelmslev considera que toda a análise linguística tem de ser processual e sistemática. Ora é justamente na base da análise processual do eixo sintagmático da língua que Hjelmslev chega às figuras constituintes dos signos. Os signos não são entidades linguísticas últimas, mas sim construções sígnicas feitas a partir de um número reduzido de figuras.⁴⁵ Conclui-se assim que “as línguas não podem ser descritas como puros sistemas de signos. . . , mas que pela sua estrutura interna são primeiramente e antes de

⁴³ “Saussure sketches something that can only be understood as a science of pure form, a conception of language as an abstract transformation structure, which he elucidates from a consideration of analogous structures.” *ibidem*, p.108.

⁴⁴*ibidem*, pp.28-41.

⁴⁵“Such non-signs as enter into a sign system as parts of signs we shall here call *figurae*; this is a purely operative term, introduced simply for convenience. Thus, a language is so ordered that with the help of a handful of *figurae* and through ever new arrangements of them a legion of signs can be constructed.” *ibidem*, p. 46.

tudo o mais algo diferente, a saber, sistemas de figuras que se podem usar para construir signos.”⁴⁶ Fica assim desfeita a ideia da linguagem como sistema de signos. Na base desse sistema está uma construção.

A semiótica de Greimas reforça o carácter processual da análise.⁴⁷ É neste ponto, portanto, na distinção entre processo e sistema, que claramente se situa a bifurcação na concepção de semiótica, a semiologia sistemática saussureana e a semiótica processual - ou semântica! - de Greimas.⁴⁸

Sem querer entrar numa filologia da obra de Hjelmslev, parece não sofrer dúvidas que a leitura que Greimas faz é unilateral. Para Hjelmslev todo o processo tem um sistema por detrás que o possibilita e o condiciona. Pode haver sistemas sem processos, mas não há processos sem sistemas.⁴⁹ Ora a noção que Hjelmslev

⁴⁶*ibidem*, p. 47.

⁴⁷Greimas e Courtés reconhecem de certo modo a unilateralidade da sua semiótica, à luz da definição de semiótica dada por Hjelmslev: “Le fait que les recherches actuelles favorisent davantage, sous forme d’analyses de discours et des pratiques sémiotiques, l’axe syntagmatique et les procès sémiotiques, ne modifie en rien cette définition: on peut très bien imaginer qu’une phase ultérieure de la recherche soit consacrée à la systématisation des résultats acquis.” A.J.Greimas, J.Courtés, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris: Hachette, 1979, p. 341.

⁴⁸“Si la sémiologie est pour Saussure l’étude des ‘systèmes des signes’, c’est que le plan des signes est pour lui le lieu de la manifestation de la forme sémiotique. Pour Hjelmslev, au contraire, le niveau des signes n’a besoin d’être analysé que pour permettre le passage dans un au-delà des signes, dans le domaine des figures (des plans de l’expression et de contenu): le plan de la forme du contenu qui s’offre ainsi à l’analyse devient de ce fait le lieu d’exercice de la sémantique et fonde épistémologiquement son autonomie. La sémiotique d’inspiration hjelmslévienne ne correspond donc pas à la sémiologie de Saussure: elle n’est plus ‘système’ (car elle est à la fois système et procès), ni ‘systèmes des signes’ (car elle traite d’unités plus petites que les signes, et relevant de l’un ou de l’autre plan du langage, mais non des deux à la fois comme dans le cas des signes).” *ibidem*, p. 66. Mais claro não se podia ser.

⁴⁹“The decisive point is that the existence of a system is a necessary premiss for the existence of a process: the process comes into existence by virtue of a system’s being present behind it, a system which governs and determines it in its possible development. A process is unimaginable without a system behind

apresenta da semiótica é, como se viu atrás, a de um alargamento e desenvolvimento do *sistema* linguístico. Apesar do que Greimas e Courtés pretendem fazer crer, a semiótica de Hjelmslev está na linha de desenvolvimento da semiologia de Saussure.

10.3 A polissemia e a crise do ‘signo’

A crise do signo é antes de mais uma crise do signo linguístico. A semiologia que Greimas considera ultrapassada é a semiologia que se baseia na noção saussureana de signo linguístico. Porém, para além da noção de signo linguístico outras noções há de signo que de modo algum se reduzem àquela. A questão é pois se a crise do signo tal como é proclamada pela Escola de Paris se estende à noção de signo em geral, *überhaupt*, ou apenas se cinge à noção de signo como uma entidade de duas faces, significante e significado. Há que dar razão a Umberto Eco quando diz que o anúncio da morte do signo raramente é precedido por uma análise do conceito de signo ou por uma investigação histórica da sua semântica.⁵⁰

O que Aristóteles diz do ente, que se diz de muitas maneiras, também se pode dizer do signo. Começemos então por fixar as noções mais comuns de signo.⁵¹

Sabemos que a noção de signo em Saussure tem a sua génese num processo comunicativo em que o emissor transmite uma mensagem a um destinatário. O signo toma a função de representação de algo que se pretende comunicar a outro ser. Na base desta transmissão há-de haver um código comum capaz de associar as mesmas representações no emissor e no destinatário. Aqui a relação sónica é uma relação de equivalência, $p \equiv q$. Esta é a

it. On the other hand, a system is not unimaginable without a process; the existence of a system does not presuppose the existence of a process.” Hjelmslev, *ibidem*, p. 39.

⁵⁰Umberto Eco, *Semiotics and the Philosophy of Language*, Bloomington: Indiana University Press, 1984, pp. 14-45.

⁵¹Sigo aqui de perto a investigação de Umberto Eco, *ibidem*.

relação sígnica presente nos dicionários e nas enciclopédias, onde *woman* significa *mulher* e “*animal, humano, feminino, adulto*”. Esta relação tem um cariz arbitrário.

Esta noção de signo não é todavia a inicial, aquela em que *signum* está por sinal, marca, indício. O rasto de um animal que serve de sinal a um caçador, o fumo como sinal do fogo, a febre como sintoma da doença, não são signos com uma relação de equivalência. A relação sígnica aqui presente é antes a de implicação, $p \supset q$, ou seja, é uma condicional, *se p então q*. Um sinal é algo a partir do qual se podem fazer inferências válidas. Assim da presença do rasto conclui-se que por ali passou um animal, do fumo conclui-se que há fogo. É neste sentido que os estóicos declaram ser o signo uma proposição constituída por uma conexão válida com o seu conseqüente.

Mas para além destes dois sentidos de signo ainda há outros que convm referir. Signo significa também um símbolo que representa um objecto abstracto ou uma relação, como  o caso dos símbolos da lgebra e da geometria. Enquadram-se aqui as fórmulas e os diagramas. Embora sejam arbitrários, há neles também uma relação de motivação na medida em que alterando-se a expressão altera-se o conteúdo, dada a relação de um-a-um entre expressão e conteúdo. São os chamados signos icnicos ou analógicos. Este é o sentido de signo que os matemáticos e os lógicos do Século XIX, nomeadamente Bolzano e Husserl, abordam. Os signos são considerados aqui instrumentos eficazes do pensamento.

Signo significa ainda um desenho. A diferença entre um desenho e um diagrama reside em o diagrama obedecer a regras precisas e codificadas de produção enquanto o desenho é feito espontaneamente e ainda por o diagrama representar objectos abstractos enquanto o desenho representa normalmente um objecto concreto.

Signo significa um desenho estilizado que mais do que representar um objecto concreto representa aquilo por que o objecto ele próprio está, a cruz como sinal do Cristianismo e o crescente

como sinal do Islão. São símbolos, porém diferentes das fórmulas e dos diagramas, na medida em que estes são desprovidos e eles repletos de sentido.

Por fim, signo toma o sentido de indicador. A Estrela do Norte é um sinal para o marinheiro, não enquanto representa algo, mas enquanto lhe serve de indicação sobre como proceder. A relação aqui mais do que de substituição é de instrução.

Avançados estes sentidos de signo, convém verificar em que consiste a crise do signo e verificar se a crise do signo linguístico se estende aos outros sentidos de signo.

A crise do signo consiste essencialmente numa desconstrução do signo linguístico, numa recondução deste a unidades de maior ou menor porte. Assim temos a desconstrução do signo em figuras, em proposições e em texto.

A dissolução do signo em figuras, já o vimos, é operada na linguística de Hjelmslev. A análise processual permite dividir o signo, tanto no plano da expressão como no plano do conteúdo, em unidades menores chamadas figuras. No plano da expressão o termo 'gatos', por exemplo, pode, graças ao método da comutação, dividir-se em unidades menores *gat/o/*, onde o 'o' indica o masculino, por oposição ao feminino 'a' (gata). Também no plano do conteúdo podemos estabelecer unidades menores como felino, masculino, animal doméstico, etc. Deste modo, o signo linguístico aparece como o constructo de agregações e desagregações de unidades de menor tamanho. É justamente a possibilidade de analisar a forma do conteúdo que funda, segundo Greimas, a semântica estrutural.

A desconstrução dos signos linguísticos em figuras não se aplica todavia a outros tipos de signos. Há signos em que não há articulações. O fumo que assinala o fogo não pode ser desconstruído e o mesmo vale dos símbolos da aritmética.

Por outro lado, o signo linguístico tem sido reduzido a unidades de maior extensão como a proposição e o texto. Buysens considera que o signo em si não tem dimensão suficiente para fazer um sentido. Esse sentido reside no sema, na proposição cor-

respondente a um estado de coisas. O mesmo signo linguístico aparece em diferentes proposições que exprimem coisas completamente diferentes. O termo 'rua', por exemplo, tem um sentido completamente diferente consoante é utilizado em 'Vai para a rua' e 'A rua é larga'. O signo buscaria o seu sentido na proposição que integrasse. A sua existência significativa seria meramente virtual.

A dissolução do signo no texto é defendida pelo último Barthes e por Kristeva. O texto é o local do sentido, gerador e produtor de sentido. As palavras (signos) e as frases (proposições) que ocorrem no texto têm o sentido no texto. Este pode tirar-lhes o sentido do dicionário e dar-lhes novos sentidos, pode sempre rever os sistemas significativos e significantes anteriores e dotá-los de novo sentido, ou tirar-lhes o sentido. Com as mesmas palavras se constróem textos diferentes e em que as palavras ganham sentidos diferentes. A expressão "Que pontual me saíste!" para referir que o interlocutor chegou atrasado dá ao termo pontual um sentido oposto ao do sentido habitual do termo.

A desconstrução do signo em unidades de maior extensão, todavia, também não consegue esvaziar completamente a autonomia significativa do termo, isto é, não consegue por completo destruir a sua unidade significativa. Mesmo nos casos em que uma palavra aparece com um sentido diferente, há sempre uma identidade última que a comanda e que lhe permite que efectivamente surja com significados muito diferentes, como no caso da palavra olho: "Vai para o olho da rua" ou "O olho é um órgão da visão", mas que, neste caso, a impede de integrar frases como "O olho comeu favas". As potencialidades semânticas do termo estão presentes no próprio termo. "A capacidade de os textos esvaziarem, destruir ou reconstruírem funções-sígnicas pre-existentes depende da presença no seio da função sígnica de um conjunto de instruções orientado para a produção (potencial) de diferentes textos".⁵² Não é uma destruição pura e simples dos signos que ocorre nos textos, mas antes uma violência que estende o sentido destes num processo infinito.

⁵² *ibidem*, p. 25.

Umberto Eco avança um ‘modelo instrucional’ para cobrir os sentidos conotativos ou metafóricos de um termo, que por vezes parecem negar o sentido primeiro. O sentido obtém-se através de um conjunto de instruções sobre as possíveis contextualizações do termo. Temos então uma semiótica contextual segundo a qual “o tipo semântico é a descrição dos contextos em que o termo pode esperar-se vir a correr”.⁵³

Os sentidos diferentes, conotativos ou metafóricos, são possíveis porque mesmo no primeiro nível de significação, para além de uma relação de equivalência há já inferência latente.⁵⁴

Para concluir esta parte, dir-se-á que não só a crise do signo linguístico não se estende às outras noções de signo, mas que a consideração de outros tipos de signo, nomeadamente as relações que lhe estão subjacentes, obrigam a uma revisão do próprio signo linguístico à luz de uma concepção mais funda e mais abrangente do signo enquanto signo.

10.4 A natureza relacional do signo

A definição clássica de signo “*aliquid stat pro aliquo*” é feliz na medida em que, colocando duas variáveis nos termos da relação, acentua a própria relação. Algo que está por algo. À primeira vista, a definição é de uma generalidade tão grande que aparentemente a torna de pouca utilidade. “Algo” cobre tudo e pouco diz sobre o que cobre e o mesmo vale para a relação “estar por”. A extensão dos termos “algo” e “estar por” é tão vasta quanto reduzida a sua intensão. Contudo, é graças a essa generalidade que a relação sígnica se pode aplicar a qualquer coisa. Também as noções primeiras de outras ciências são gerais e não deixam de ser fundamentais. A noção de “ser” por exemplo, apesar de uma

⁵³*ibidem*, p. 35.

⁵⁴“A linguistic term appears to be based on pure equivalence simply because we do not recognize in it a ‘sleeping’ inference.” *ibidem*, p. 35

extrema generalidade não deixa de ser de crucial importância para a filosofia.

O que importa averiguar é a relação *signica*, o “estar por” que constitui o signo. Vimos atrás, aquando da abordagem da polissemia do signo, que as relações *signicas* podem ser de inferência, de equivalência, de similitude, icónicas ou isomórficas, entre outras. A relação “estar por” cobre todas elas. Contudo, também pode cobrir outras, havendo então que apurar qual o âmbito, a extensão, da relação *signica*. Esse âmbito, todavia, só poderá ser traçado mediante a natureza ou intensão da relação. Como heurística para analisar a natureza da relação *signica*, adopto o acrescento que Charles Peirce fez à definição clássica de signo: algo que está por algo *para alguém*. Deste modo será possível determinar a relação “estar por” constituinte do signo. O “estar por” é uma relação entre um A e um B que permite a um C dar-se conta de B mediante A. Quer isto então dizer que há uma relação *signica* entre um A e um B sempre que um C ao dar-se conta de um A também se dá conta de um B. Só nesse momento é que esse A passa a *estar por* esse B, o mesmo é dizer, é que A é signo de B.

Inferências é o nome dado às relações em que alguém chega ao conhecimento de algo mediante um terceiro. Diz-se então que esse conhecimento é feito por inferência a partir desse terceiro. Antes de mais, convém dizer que inferência é tomada aqui no seu sentido mais lato e que, portanto, não se confina à chamada implicação filoniana.

Dedução e indução são os dois tipos de inferência mais conhecidos. A concepção da inferência *signica* como sendo do tipo dedutivo assenta na noção de um signo forte em que a relação “estar por” é uma relação necessária. Para que C deduza B a partir de A é necessário que B decorra necessariamente de A. Em todos os signos necessários a inferência é de tipo dedutivo. Temos assim signos necessários sempre que haja uma bicondicional como no caso “Se for dia, então haverá luz solar”. Um outro exemplo é o código Morse em que a cada unidade corresponde uma letra do

alfabeto. Falamos neste caso de códigos fortes.⁵⁵ Código forte é aquele que estabelece uma relação necessária entre o A e o B pelo qual está para C.

Na matemática e em todas as outras linguagens formais as relações sígnicas são necessárias e, dessa maneira, de tipo dedutivo. A necessidade sígnica é aqui estabelecida por definição dos signos em causa. Por sua vez as linguagens naturais são códigos muito menos fortes que a matemática. A relação sígnica diz-se aqui arbitrária, estabelecida pela convenção de usos e costumes. De qualquer modo, a arbitrariedade do signo linguístico, tal como é explanada em Saussure, não significa de modo algum que a relação entre significante e significado se possa alterar *ad libitum*. Saussure ao realçar a arbitrariedade do signo realça também o seu carácter inamovível. Arbitrariedade significa tão somente que não há motivos para que os termos da relação sígnica sejam esses e não outros. Porém, uma vez estabelecida a relação sígnica por convenção ela tem a força que tem a convenção, ou seja, tem a necessidade que tem a convenção que a instaura.

É de notar que o modelo dedutivo dos sistemas sígnicos como a matemática representa um ideal que exerce uma grande atracção sobre todos os sistemas sígnicos. As tentativas de formalização das linguagens naturais, o esforço por tornar científica a linguagem quotidiana, de a depurar de todas as ambiguidades e de a tornar unívoca podem ser vistas à luz dessa atracção pelo modelo dedutivo da ciência.

Os signos necessários são apenas uma parte, reduzida, do universo dos signos. Mais frequentes no dia a dia são as inferências indutivas. Os sinais de diagnóstico e de prognóstico incluem-se aqui. Há sempre um maior ou menor grau de probabilidade na indução.

Mas além da dedução e da indução temos ainda a abdução como inferência lógica e sígnica. Foi Peirce quem descobriu o quão importante é a abdução no conhecimento humano e de que

⁵⁵Sobre a noção de códigos fortes ver Umberto Eco, *ibidem*, pp. 36-39, e *Theory of Semiotics*, 1979, Cap. 2, pp. 48-150.

forma. A natureza categorial do signo, a sua universalidade, depende deste tipo de inferência. Efectivamente, a possibilidade de qualquer coisa ser um signo de qualquer coisa para alguém depende da possibilidade deste alguém elaborar uma hipótese explicativa da primeira coisa. Por abdução entende Peirce a inferência em que, face a circunstâncias algo curiosas que poderiam ser explicadas pela suposição do que é um caso de uma regra geral, adoptamos essa suposição”.⁵⁶ Toda e qualquer coisa pode ser vista à luz de uma hipótese, ganhando nesse preciso momento um estatuto signico.

O leque das inferências abdutivas é enormíssimo, cabendo nele formas de abduzir tão diferentes como perceber, presumir, supor, tecer hipóteses, mesmo imaginar.⁵⁷ Umberto Eco distingue três tipos de abdução: supercodificada, subcodificada e criativa.⁵⁸ A abdução supercodificada ou hipótese é aquela em que a regra é dada quase de imediato. Se numa rua de Portugal ouvir a expressão “rei”, entenderei a palavra como significando “monarca”, contudo se estiver numa aula de latim e ouvir a mesma palavra-som então assumirei que se trata do genitivo singular do substantivo latino “res”. As inferências que se fazem num e noutro local são feitas com base em códigos diferentes, nomeadamente de que nas ruas de Portugal se fala português e de que nas aulas de latim se declinam substantivos latinos. A abdução subcodificada, por seu lado, tem de buscar ela própria o contexto em que se há-de situar, isto é, tem de seleccionar uma regra entre várias possíveis. A palavra “homem” pode significar, consoante os contextos, “animal racional”, “pessoa adulta do sexo masculino”, “pessoa de carácter”. A expressão “É um homem” tem, assim, sentidos diferentes de acordo com o código escolhido para a cobrir. O terceiro tipo de abdução é aquele em que a regra explicativa tem de ser criada *ex novo*, ou seja, em que não há có-

⁵⁶Charles S. Peirce, *Collected Papers*, 2.624.

⁵⁷Fidalgo, *ibidem*, pp.45-58.

⁵⁸Umberto Eco, *Semiotics and the Philosophy of Language*, Bloomington: Indiana University Press, 1984, pp. 39-43.

digos disponíveis em que possa ser integrada a coisa a explicar, mas onde o código é ele próprio elaborado. Eco considera que Copérnico fez uma abdução criativa ao ter a intuição do heliocentrismo. Em vez de inserir o fenómeno em causa num modelo já existente, é o próprio modelo que tem de ser criado para fornecer a explicação necessária.

A semiótica americana é muito clara relativamente à natureza relacional do signo. Todo o signo existe num processo de semiose. Peirce e Morris são extremamente explícitos neste ponto. Para que algo possa funcionar como signo de algo tem de haver um interpretante do signo. O signo como unidade fechada contra o qual se volta a Escola de Paris não existe pura e simplesmente na semiótica de proveniência anglo-saxónica.

Ora é justamente devido ao carácter semiósico ou processual dos signos que a semiótica se pode dividir em sintáctica, semântica e pragmática. Esta divisão não é simplesmente um divisão de facto, é também uma divisão de princípio. Ela assenta na estrutura relacional do signo como bem o demonstra Charles Morris em *Foundations of the Theory of Signs*. Eliminar os signos da semiótica acarreta o ónus de fundamentar a divisão corrente em sintáctica, semântica e pragmática. Essa divisão não deve ser olhada como mais um facto adquirido por quem considera a significação, e não os signos, como objecto da semiótica.

10.5 Sintáctica e operatividade dos signos

Uma das consequências de considerar a significação, e não os signos, como o objecto da semiótica é a marginalização da sintáctica e da classificação dos signos. Isso é patente na obra de Moisés Martins, marginalização que é percebida e de algum modo justificada por não se que querer sucumbir à “ideologia do operativismo”.⁵⁹

⁵⁹“Se perspectivássemos a semiótica como a ciência dos sistemas de signos, o que é um entendimento de larga tradição, sem dúvida que teríamos uma ciê-

A divisão morrissiana da semiótica em sintáctica, semântica e pragmática retoma a divisão medieval do *trivium*, do estudo das *voces*, em gramática, dialéctica (lógica) e retórica. Charles Peirce foi o primeiro a reinterpretar as velhas *artes dicendi* como partes da semiótica. Sistematizando-as em disciplinas que estudariam respectivamente a primeiridade, a secundidade e a terciaridade, Peirce subdividiu a semiótica numa gramática pura ou especulativa, que teria como função “descobrir aquilo que deve ser verdade do *representamen* utilizado por qualquer inteligência científica para que possa receber uma significação”, a lógica pura como “a ciência daquilo que é necessariamente verdade dos *representamina* de uma inteligência científica para que possam valer para qualquer objecto, isto é, para que possam ser verdadeiros” e a retórica pura com a função de “descobrir as leis graças às quais em qualquer inteligência científica um signo dá origem a um outro e em particular um pensamento produz outro pensamento”.⁶⁰ Charles Morris tenta com a divisão em sintáctica, semântica e pragmática, cobrir as diferentes correntes filosóficas dos anos trinta que estudavam, sob perspectivas diferentes, os signos. A sintáctica incorporaria os trabalhos do positivismo lógico, a semântica os estudos dos empiristas e a pragmática as investigações do pragmatismo.

A ideia de sintáctica estabelecida por Morris é a daquela parte da semiótica que estuda “a maneira como os signos de várias classes se combinam de modo a formar signos. Ela abstrai da significação dos signos que estuda e dos respectivos usos e efei-

ncia muito mais facilmente funcionalizável. Tratar-se-ia, com efeito, de analisar regimes de signos, suportados pelos seus sistemas, os códigos, e de trabalhar, entre outros, os conceitos de linguagem e significação, classificação e estruturação, codificação e decodificação. Sucumbindo, por sua vez, à ‘ideologia do operativismo’, a linguagem seria informativa, dado o código contemplar todas as suas possibilidades combinatórias e ser possível a estrita decodificação de qualquer mensagem. Mas não é o caso, não circunscrevemos a semiótica ao regime do signo.”, Moisés Martins, *ibidem*, p. 2.

⁶⁰Peirce, CP, 2.229, Adriano Duarte Rodrigues, *Introdução à Semiótica*, Lisboa: Presença, 1991, pp. 9495.

tos”.⁶¹ Nesta concepção assumem-se três tarefas para a sintáctica: i) estudar os aspectos formais dos signos; ii) estudar as relações dos signos com outros signos, isto é, classes de signos com outras classes de signos; iii) estudar as formas de combinação de signos de modo a formar signos complexos.

Ora estes estudos têm larga tradição. Morris recua mesmo até aos gregos para aí encontrar importantes realizações no âmbito da sintaxe, nomeadamente a apresentação da matemática sob a forma de um sistema dedutivo ou axiomático, e reconhece que foram esses sistemas formais que “tornaram inevitável” o desenvolvimento da sintáctica, merecendo especial destaque as ideias leibnizianas da *ars characteristica*, da ciência a que incumbiria formar os signos de modo a obter, através da mera consideração dos signos, todas as consequências das ideias correspondentes, e da *ars combinatoria*, do cálculo geral para determinar as combinações possíveis dos signos. Além de Leibniz, Morris cita as contribuições de Boole, Frege, Peano, Peirce, Russel, Whitehead e Carnap, no domínio da lógica simbólica. É justamente em atenção a esta longa e rica tradição lógica que Morris considera ser a sintáctica a disciplina semiótica melhor desenvolvida.⁶²

De certo modo a sintáctica está para os sistemas sígnicos como a gramática está para uma língua natural.⁶³ Não basta conhecer o significado das palavras é também fundamental dominar as regras sintácticas da formação e transformação de signos mais complexos dentro da língua, como as proposições. E tal como saber gramática é um dos saberes básicos de uma língua, conhecer a sintaxe

⁶¹ Charles Morris, *Writings on the Theory of Signs*, 1971, The Hague: Mouton, pp. 365 ss.

⁶²“Syntactics, as the study of the syntactical relations of signs to one another in abstraction from de relations of signs to objects or to interpreters, is the best developed of all the branches of semiotic”. Morris, *ibidem*, p. 28.

⁶³ “Syntactics proper includes only morphology and syntax from the linguistic disciplines, and it is no accident that this is exactly what linguistics have traditionally called ‘grammar’. Thus it is justified to regard syntactics as a semiotic generalization of grammar.” Roland Posner, Klaus Robering, “Syntactics”, in Posner, org, 1997, pp. 14-83.

que preside a um sistema sónico seja ele qual for é um dos princípios fundamentais da utilização desse sistema. De pouco valerá tecer considerações de tipo metalinguístico sobre a matemática ou sobre uma língua natural se não se conhecerem as regras que presidem à organização e combinatória dos seus elementos. A teoria dos jogos invocada por Hjelmslev para compreender as analogias constantes que Saussure traça entre a língua e o jogo de xadrez estipula uma independência formal das regras em jogo que nada têm a ver com os condicionalismos sociais ou psicológicos que possam rodear a realização efectiva de um jogo.

Destacar ou marginalizar a sintáctica no quadro das disciplinas da semiótica depende do realce dado ou à componente sistemática ou à componente processual da semiótica, assumindo aqui a distinção hjelmsleviana entre sistema e processo. No caso de se dar realce ao sistema, tal como o fazem Saussure e Hjelmslev, para já não falar da semiótica de origem lógico-filosófica, então é de crucial importância a sintáctica. As investigações de Saussure sobre os planos sintagmáticos e paradigmáticos da língua são disso o melhor exemplo. Todo o processo da fala se desenrola dentro do sistema da língua. Ou como Hjelmslev escreve, e volto a citar, pode haver sistemas sem processos, mas não há processos sem sistemas.⁶⁴

A Escola de Paris ao acentuar, rever e revalorizar o aspecto processual da semiótica, enveredando pela sociologia e antropologia, fá-lo em oposição à linha lógico-sistemática de Saussure e de Hjelmslev.⁶⁵

⁶⁴Ver nota de rodapé 49.

⁶⁵“Contrairement donc à F. de Saussure et à L. Hjelmslev, pour qui les langues naturelles sont des sémiotiques parmi d’autres, les langues naturelles et le monde naturel nous paraissent comme des vastes réservoirs des signes, comme des lieux de manifestation de nombreuses sémiotiques. D’autre part, le concept de construction doit également être révisé et revalorisé dans cette perspective: dans la mesure où la construction implique l’existence d’un sujet constructeur, une place doit être aménagée - à côté des sujets individuels - pour des sujets collectifs (les discours ethno littéraires ou ethnomusicaux, par exemple,

10.6 Que semiótica para os cursos de comunicação?

A semiótica tem hoje um lugar inquestionável, por direito e de facto, nos currículos universitários dos cursos de ciências da comunicação. Mas havendo várias acepções de semiótica, que por vezes divergem de forma profunda, convém reflectir sobre qual a semiótica mais indicada para esses cursos.

Penso que a questão não se coloca sobre o tipo de semiótica, no sentido de inquirir se a semiótica europeia é mais ou menos indicada que a semiótica anglo-saxónica para os estudos de comunicação. Uma e outra têm contributos importantes para os estudos de comunicação e a tendência é para aproximar as duas correntes. A questão é mais do nível epistemológico, se ciência dos signos, do seu funcionamento e da sua utilização, ou se ciência da significação e então meta-ciência.

Tanto na tradição anglo-saxónica de semiótica como na tradição europeia se distinguem vários níveis epistemológicos de semiótica. Jerzy Pelc distingue na polissemia do termo “semiótica” nada menos que cinco níveis de semiótica.⁶⁶ Desde logo, semiótica pode significar apenas as propriedades sintácticas, semânticas e pragmáticas do signo. É a semiótica_p. A semiótica_c é propriamente a teoria ou disciplina que estuda as referidas propriedades semióticas dos signos, isto é, é a ciência cujo objecto é a semiótica_p. A semiótica_{mc} estuda a semiótica_c de um nível superior, meta-científico. A semiótica teórica (semiótica_t) envolve tanto a semiótica_{mc} como a semiótica_c. A semiótica_m significa o método ou o conjunto dos métodos semióticos e, por fim, por semiótica_a entende-se a semiótica aplicada, que mais não é do que a aplicação da semiótica_m à análise de um fragmento da realidade.

Por sua vez, Greimas e Courtés, na esteira de Hjelmslev, di-

sont des discours construits)” A.J.Greimas, J.Courtés, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris: Hachette, 1979, p. 340.

⁶⁶“Methodological Nature of Semiotics” in Thomas Sebeok, *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, vol. 2, pp. 901-912.

stinguem também várias disciplinas dentro da semiótica.⁶⁷ Uma distinção importante é a feita entre semiótica geral e teoria semiótica. A primeira abordará a existência e o funcionamento de todos os sistemas semióticos particulares. À teoria semiótica, por sua vez, caberá satisfazer as exigências de cientificidade próprias de qualquer teoria. A teoria semiótica “define-se assim como uma meta-linguagem”. Ora a teoria semiótica tem de apresentar-se como aquilo que, segundo Greimas e Courtés, ela antes de mais é: teoria da significação.

A semiótica apresentada por Moisés Martins é claramente a de uma meta-ciência, de uma ciência que interroga as condições de significação.⁶⁸ Moisés Martins não nega, todavia, uma semiótica a que chama “immanentista” e que, na perspectiva de Greimas, seria uma semiótica geral e uma semiótica_c, na classificação de Pelc. Essa semiótica immanentista estudaria “o núcleo de questões que lhe é próprio e as suas metodologias de base”.⁶⁹ Ora esse núcleo de questões e essas metodologias de base constituem o campo próprio da semiótica como teoria dos signos tal como é rejeitada logo na primeira página do relatório.⁷⁰ De tal maneira é assim que, escolhendo a acepção de semiótica como teoria da significação, Moisés Martins não aborda directamente no seu relatório o principal contributo de Greimas à semiótica geral, a saber, “o quadrado semiótico”.

Sem negar a possibilidade, a utilidade e a conveniência de uma semiótica enquanto meta-ciência, deve-se, no entanto, ter em conta que uma meta-ciência é possibilitada pela ciência que trata. Assim como não há meta-linguagens sem linguagens, assim também não há meta-semióticas sem semióticas. É, de um ponto de

⁶⁷ *ibidem*, p. 339 ss.

⁶⁸ Ver sobretudo o programa de desenvolvimento da apresentação na pg. 19. “Este delineamento permite-nos, por um lado, interrogar o modo como se instaura a inteligibilidade contemporânea do processo de significação em geral, e por outro lado, lançar as bases de uma teoria geral da significação”.

⁶⁹ - *ibidem*, p. 21. Cita nomeadamente: “a linguagem e a codificação/decodificação, a textualidade e a discursividade”.

⁷⁰ Ver nota de roda-pé 59.

vista científico crucial, estudar a matemática enquanto ciência. Mas esse estudo de pouca utilidade seria não houvesse um conhecimento da matemática enquanto ciência directa de números. O mesmo se passa na semiótica.

É por isso que considero que a semiótica ensinada aos cursos de ciências da comunicação deve ser antes de mais uma semiótica geral, uma semiótica que ensine os estudantes a analisar as propriedades sintácticas, semânticas e pragmáticas dos signos. É esse estudo que os capacitará para uma abordagem semiótica da comunicação jornalística, publicitária, etc. Daí também que ache que a semiótica deve ter um cariz operacional, isto é, ensinar os estudantes a lidar com os signos, tal como a gramática de uma língua os ensina a lidar com as palavras, na formação e transformação de signos. A partir daí, mas só a partir daí, então sim pode-se e deve-se proceder a uma reflexão epistemológica da própria semiótica, entrar na semiótica enquanto teoria da semiótica.

Capítulo 11

A economia e a eficácia dos signos

11.1 Introdução ao tema

Escreve Edmund Husserl no pequeno Tratado sobre Semiótica ou a Lógica dos Sinais: “Os símbolos servem a economia do trabalho intelectual tal como as ferramentas e as máquinas servem o trabalho mecânico.” Husserl explica logo como entende esta comparação:

Com a simples mão, o melhor desenhador não traçará tão bem um círculo como um rapaz de escola com o compasso. O homem mais inexperiente e mais fraco produzirá com uma máquina (desde que a saiba manejar) incomparavelmente mais que o mais experiente e mais forte sem ela. E o mesmo se passa no campo intelectual. Tirem-se ao maior génio as ferramentas dos símbolos e ele tornar-se-á menos capaz que a pessoa mais limitada. Hoje em dia uma cria-

⁰Lição Síntese apresentada à Universidade da Beira Interior para Provas de Agregação em Ciências da Comunicação. Publicada em *Revista de Comunicação e Linguagens* 29, *O Campo da Semiótica*, 2002, pgs. 71-85

nça que aprendeu a fazer contas está mais capacitada que na antiguidade os maiores matemáticos. Problemas que para eles eram de difícil compreensão e de todo insolúveis resolve-os hoje um principiante sem grande dificuldade e sem qualquer mérito especial.¹

Pese embora a acepção algo mecanicista dos signos presente no excerto,² a comparação dos signos a ferramentas tem várias vantagens: introduz imediatamente o tema da economia e da eficácia dos signos; é uma comparação muito plástica, extremamente intuitiva; realça o aspecto “utilitário” dos signos, isto é, o de serem objecto de uso; levanta a questão da adequação ou inadequação dos signos não tanto em termos de significação mas em termos de uso; e sobretudo coloca o problema acerca da qualidade dos signos, se os signos podem ou não ser melhorados, aperfeiçoados, no que concerne à sua utilização. Acresce ainda que o vasto de leque de áreas de investigação para as quais a comparação dos signos a ferramentas remete suscita de alguma forma o questionamento do próprio sentido do signo e da natureza da ciência dos signos. Efectivamente, o texto de Husserl de 1892 sobre semiótica decorre da acepção de semiótica na lógica alemã dos séculos XVIII e XIX, nomeadamente de Johann Heinrich Lambert (1728-1777) e de Bernard Bolzano (1781-1848), como parte integrante e primeira da lógica a que caberia a elucidação dos signos utilizados, concepção de algum modo vinda da Idade Média em que o estudo dos signos tinha um carácter introdutório e auxiliar ao estudo da gramática, da lógica e da ciência.³ Assim, ao abordar o tema da economia e da eficácia dos signos visa-se *eo ipso*

¹ *Husserliana XII, Philosophie der Arithmetik*, p. 350.

² Esta acepção é reforçada quando Husserl se refere ao sistema de aritmética geral como “a mais admirável das máquinas espirituais que já alguma vez apareceram.” *Ibidem*.

³ “Ancilla gramaticae, ancilla logicae, ancilla scientiae.” Ver Marcelo Dascal e Klaus Dutz, “The beginnings of scientific semiotics” in Posner, 1998, *Semiotics. A Handbook on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*, Berlin e New York: Walter de Gruyter, Vol. II, pp. 746-762.

fazer uma análise e reflexão sobre os signos eles mesmos e sobre a ciência que os estuda.

11.2 A operacionalidade algébrica do zero

Um exemplo da álgebra mostrará como um único signo pode revolucionar uma ciência e modificar radicalmente as formas de pensar. Esse exemplo é a introdução do algarismo zero pelos hindus.

Gregos e romanos utilizavam as letras do alfabeto como símbolos numéricos. Os gregos utilizavam todo o alfabeto, do alfa ao ómega, e ainda algumas antigas letras (os episemas) para exprimir os numerais até 900, num total de 27 letras. O número mil era simbolizado por um alfa com um sinal de vírgula à esquerda e o número dez mil com a letra maiúscula M (mu), provinda de miríade. Um traço horizontal sobre as letras servia para indicar que se tratavam de numerais.⁴

Mais fácil, com menos símbolos, e de todos melhor conhecida, é a numeração romana. Em contraste com a numeração grega aceita letras repetidas para simbolizar números e utiliza além da adição a subtração para referir um determinado número, significando o posicionamento de uma letra à direita ou à esquerda de uma outra aumentar ou diminuir o respectivo valor dessa outra. Assim LX simboliza o número sessenta e XL o número quarenta, adicionando-se no primeiro caso X ao L e subtraindo-se no segundo X ao L.

É claro que os gregos e os romanos faziam contas, mas não as faziam com os números, faziam-nas com o ábaco (à semelhança do que muitos hoje fazem com máquinas de calcular electrónicas). Os símbolos numéricos serviam sobretudo para fixar os números, tal como o podemos fazer escrevendo os números por extenso.

⁴Um exemplo: O número 43.678 escrevia-se $\delta M, \gamma \xi \sigma \eta$.

Embora haja exemplos de operações algébricas com a numeração alfabética, é evidente que não eram nada simples.⁵

Só com a introdução do zero é que a notação numérica se torna completamente posicional. Tanto gregos como romanos escreviam os números da esquerda para a direita, é verdade, os números maiores à esquerda e os menores à direita, mas a cada casa não correspondia uma categoria algébrica fixa. Um número de unidades poderia ocupar várias casas (o romano VIII), como um número das centenas poderia ocupar só uma casa (D). Com a introdução do zero os números ganham uma dimensão radicalmente posicional, significando a casa mais à direita a casa das unidades, a penúltima a das dezenas, a antepenúltima a das centenas e assim sucessivamente. No número 567, o sete indica as unidades, o seis as dezenas e o cinco as centenas. Em romano uma única letra pode designar um número de centenas ou milhares, e várias letras um número abaixo da dezena. Ora é com a numeração posicional que as operações algébricas primárias se tornam extremamente simples.

Para multiplicar um número por outro os hindus utilizavam desenhos em xadrez cujas casas eram divididas em triângulos por diagonais traçadas de cima abaixo e da direita para a esquerda, em que se escreviam o resultado das multiplicações de dois números, no triângulo da direita o número das unidades e no da esquerda o número das dezenas, somando-se no fim as colunas em diagonal.

O zero cumpre aqui uma função estratégica ao permitir que a numeração seja radicalmente posicional, nomeadamente ao manter ocupada a casa em que não há nada para colocar. Na soma,

⁵ – Florian Cajori em *A History of Mathematics*, New York: Macmillan, 1894, cita Eutóquio que no século VI dá exemplos de contas, por exemplo a multiplicação de 265 por 265.

$\sigma\varphi\sigma$ 265

$\sigma\varphi\sigma$ 265

$\gamma M\alpha M, \beta, \alpha$ 40000, 12000, 1000

$\alpha M, \beta, \gamma \xi \tau$ 12000, 3600, 300

$, \alpha \tau \kappa \epsilon$ 1000, 300, 25

$\gamma M \sigma \kappa \epsilon$ 70225

quando o resultado ultrapassa o nove, a dezena deve ser levada para a segunda casa, apenas ficando na primeira casa o que sobra.⁶

O sentido do zero é eminentemente operatório. Não o utilizamos como componente da denotação de um número por extenso. Dizemos e escrevemos dez, vinte, trinta, cem, mil, mas nunca utilizamos a palavra zero. A função do zero é assegurar nos chamados números árabes apenas que uma posição (uma casa) em que não há nenhum número para escrever fica ocupada.

Nos dias de hoje continuamos a manter para certos fins uma designação em que não incluímos o zero, como quando escrevemos por extenso num cheque a quantia a pagar. Porém, quando desejamos somar as quantias de vários cheques, então sim, já utilizamos o zero.

Para denotar o número 50, podemos fazê-lo por extenso, cinquenta, ou utilizar o L romano, mas é claro que ao fazê-lo por algarismos árabes temos imediatamente a indicação de que consiste de um número com duas casas, em que a primeira indica 5 dezenas e a segunda zero unidades. A diferença dos símbolos que significam o mesmo está na capacidade de com eles operar algebricamente.

11.3 Os signos à medida. As linguagens especializadas

As considerações sobre a operacionalidade do zero podem ser generalizadas não só à aritmética no seu conjunto, mas a muitos outros sistemas de signos. A notação musical, a estenografia, são

⁶“Si nihil remanserit ponens circulum, ut non sit differentia vacua: sed sit in ea circulus qui occupet ea, ne forte cum vacua fuerit, minuantur differentiae, et putetur secunda esse prima.”, texto do *Trattati d'aritmetica*, citado em Moritz Cantor, 1880, *Vorlesungen über die Geschichte der Mathematik*, I Volume, Leipzig: Teubner, p.614.

exemplos de sistemas de signos otimizados para uma utilização determinada. Os signos são feitos à medida do seu uso.

A relação íntima entre os signos e a sua utilização, a sua operacionalidade, não se restringe a determinados sistemas de signos, como os atrás referidos. Mesmo os sistemas de signos mais gerais podem ser transformados em sistemas sígnicos mais operacionais. O caso exemplar é o das linguagens especializadas, hoje objecto de vasto e intenso estudo linguístico e semiótico.⁷

A partir das línguas naturais constroem-se línguas especializadas, mais aptas a servir saberes e fazeres especializados. A bem dizer todas as ciências e todas as artes (ofícios) têm a sua linguagem própria, uma linguagem especializada, mais objectiva que a linguagem comum que a funda, mais adequada à expressão e formulação dos conhecimentos e procedimentos especializados e mais apta à sua comunicação. É assim na medicina, na física, na filosofia, nas ciências da comunicação, na fição, na tecelagem, na agricultura. Com propriedade se pode falar aqui de linguagens à medida de um saber e de um fazer.

Que caracteriza estas linguagens? Que é que as torna tão operacionais?

Numa linguagem especializada há a registar antes de mais a

⁷A bibliografia sobre as LSP (Languages for Special Purposes) embora recente tem vindo a crescer nos últimos anos. O décimo quarto volume da série de Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft é justamente *Fachsprachen. Languages for Special Purposes. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachforschung und Terminologiewissenschaft. An International Handbook of Special-Language and Terminology Research*, org. por Lothar Hoffmann, Hartwig Kalverkämper, Herbert Ernst Wiegand, Vol. I, Berlin: Walter de Gruyter, 1998. O volume é composto de dois tomos tendo ainda só sido publicado o primeiro tomo, de 1369 páginas. Além desta obra refiram-se ainda Manfred Sprissler, org., *Standpunkte der Fachsprachforschung*, Tübingen: Gunter Narr, 1987. Lothar Hoffmann, org., *Fachsprachen. Instrument und Objekt*, Leipzig: Verlag Enzyklopädie, 1987. Jorgen Hoedt et al., orgs., *Pragmatics and LSP. Proceedings of the 3th European Symposium on LSP*, Copenhagen: The Copenhagen School of Economics, 1982, Christer Laurén e Marianne Nordman, orgs, *Special Language. From Human Thinking to Thinking Machines*, Clevedon: Multilingual Matters, 1989.

terminologia própria. De um ponto de vista lexical e semântico as linguagens especializadas adoptam termos bem definidos, de significação precisa. O princípio básico é o de uma palavra para cada coisa, de modo a evitar a confusão polissémica da linguagem corrente e as suas abundantes e diversificadas sinonímias. A linguagem especializada quer-se unívoca, isenta de termos equívocos. Para o efeito recorre a termos próprios, técnicos, muitas vezes de origem erudita, ou então à definição específica de termos comuns (exemplo, o sentido de transcendental na filosofia crítica). Temos então os léxicos especializados, os dicionários técnicos, os glossários de uma determinada ciência ou arte.

Para além da terminologia própria há a registar nas linguagens especializadas características sintácticas. Desde logo a sua sintaxe é muito mais reduzida e mais simples, recorrendo-se frequentemente à repetição de formas já estabelecidas de construção gramatical em vez de escolher outras formas menos usuais.

O rigor semântico e a precisão sintáctica estabelecem padrões muito rígidos às linguagens especializadas. Há uma disciplinarização da língua, aliás no duplo sentido de disciplina, de a conformar a uma determinada disciplina específica e de a tornar disciplinada. A disciplina significa aqui antes de mais objectividade e que se caracteriza pelos seguintes pontos.⁸ Primeiro, pela despersonalização da língua. Das línguas especializadas é banido tudo o que remete ou possa remeter para um sujeito, incluindo os antropomorfismos. São línguas impessoais. A forma verbal usual é a neutra terceira pessoa do singular. Em segundo lugar, a objectividade caracteriza-se pela rejeição de quaisquer elementos retóricos.⁹ As linguagens especializadas pretendem-se sóbrias, unicamente atidas aos factos, sem o propósito de convencer alguém. Em terceiro lugar, objectividade traduz-se numa tendência

⁸ Conf. Theodor Ickler, "Objektivierung der Sprache im Fach - Möglichkeiten und Grenzen" in Sprissler, pp. 9-38.

⁹O sentido de retórica aqui é restrito, no sentido da retórica tradicional de discurso público. Não tem aqui o vasto sentido de adequação pragmática a um interlocutor.

para converter a linguagem em cálculo, à maneira leibniziana. A linguagem é construída sob a forma de modelos de modo a descrever exactamente as estruturas e os modelos do seu objecto. Em quarto lugar, há uma eliminação dos vestígios históricos (e culturais) e uma internacionalização terminológica. As linguagens especializadas apresentam-se atemporais, ahistóricas, sem ligação directa à sua evolução. Ao mesmo tempo os termos técnicos (nas ciências estabelecidas, que não obviamente nos ofícios tradicionais) ganham uma validade universal em todas as línguas, mediante uma unificação terminológica¹⁰. Vejam-se os termos *a priori*, *a posteriori*, *Dasein*, *cogito*, em filosofia, ou os termos de origem inglesa nas ciências económicas. Por fim, a objectividade das linguagens especializadas envereda tendencialmente por uma formalização das expressões, com a inclusão de símbolos lógicos e matemáticos. Nas ciências humanas esta tendência leva por vezes a situações redundantes e irrelevantes mesmo para a exactidão do significado.

Discursos e textos técnicos constituem realizações concretas das linguagens especializadas. Os textos sobretudo espelham bem a precisão e a objectividade que enforma a linguagem respectiva. Normalmente caracterizam-se pela complexidade terminológica, coerência sintáctica e semântica (estrutura lógica) e exaustividade temática.¹¹

A uma linguagem especializada corresponde uma comunicação especializada. Esta é comunicação entre os membros da comunidade que domina o saber e a linguagem de uma área específica.

11.4 Os códigos e a economia dos signos

E aqui chegamos aos códigos, já que as linguagens especializadas são claramente códigos. Ora o princípio da codificação é um pri-

¹⁰Que em certos casos é um imperialismo.

¹¹Conferir Hartwig Kalverkampen, “Fachsprache und Fachsprachenforschung” in Hoffman, 1998, pp. 48-59.

ncípio económico. Mesmo no sistema mais lato de código, entendido este como um sistema de signos, um código tem uma componente eminentemente económica. Qualquer compilação por mais rudimentar que seja, tem sempre o mérito económico de evitar repetições. Código significa antes de mais organização de um conjunto de elementos. Quando se aplica o termo de código à língua é justamente no sentido de organização dos signos que a compõem, de ser um todo organizado, com regras sobre como os signos significam, como se associam entre eles e como se usam.

A distinção saussureana entre língua e fala, retomada na distinção posterior de código e mensagem (Jakobson, Martinet), é a fixação de um único conjunto finito de signos para um uso ilimitado de um número infinito de mensagens. Só na base de um código é que um único signo pode designar um número infinito de objectos reais e possíveis. O signo “homem” sendo um, aplica-se a qualquer ser humano, vivo ou morto ou por nascer, novo ou velho, branco ou negro. Os mesmos termos da língua e a mesma estrutura (código) servem para inúmeras utilizações (mensagens).

Mas além da economia que a simples existência do código possibilita, há ainda a ter em conta os procedimentos económicos do seu próprio funcionamento. Considere-se o exemplo clássico da numeração dos quartos de um hotel em que o número de cada quarto é composto de dois elementos, o primeiro indicando o andar e o segundo o quarto. Assim, o quarto 514 seria o quarto número 14 no 5º andar. A economia desta numeração dá-se logo na numeração. Se o hotel tiver 9 andares então bastarão nove números para os indicar e se houver 20 quartos em cada andar bastarão 20 números. Em vez de se utilizarem 180 números para os enumerar sucessivamente, bastarão duas classes, uma de 9 e outra de 20 membros, no total de 29 membros, para os numerar todos. A codificação neste caso consiste em cruzar duas classes de signos e obter com o produto lógico desse cruzamento a designação do objecto. Este é aliás o princípio da economia de um código, enu-

nciado por Luis Prieto.¹² É por associação de classes de signos que se reduz o custo da indicação significativa.

Se olharmos para uma língua verificamos que funciona, em certos aspectos de designação, tal como o código da numeração dos quartos de hotel. Partindo de dois signos como “casaco” e “castanho” e multiplicando logicamente as classes respectivas obtém-se o produto “casaco castanho” que significa a classe de objectos “casaco castanho” e que não é mais do que a intersecção das classes “casaco” e “castanho”. A primeira classe poderia ser substituída por exemplo pela classe “vestido” ou a segunda por exemplo pela classe “azul”. Pode-se ainda multiplicar mais do que dois factores, exemplo “casaco castanho de homem”. Com poucas classes conseguem-se designações múltiplas, unicamente com o recurso ao cruzamento de designações.

Dado que não há fala sem língua, nem mensagens sem código, isto é, que não há signos sem códigos, o princípio de economia é um princípio geral dos signos. É justamente deste princípio que pretendo abordar a economia dos códigos em sentido restrito, isto é, a economia de um código entendido como um sistema de substituição.¹³

Em sentido restrito um código é sempre um sistema sígnico segundo, construído com base num sistema sígnico primeiro, sendo a correspondência entre eles estabelecida por um algoritmo ou chave do código.¹⁴ As linguagens especializadas são bem siste-

¹²“Les mécanismes d’économie d’un code visant à réduire le coût de l’indication significative se fondent tous sur le même principe, qui consiste en ce que les classes dont les correspondances permettent à cette indication d’avoir lieu résultent de la multiplication logique de deux ou plusieurs classes plus larges. Lorsque ce principe est appliqué, les signifiés ou les signifiants des sèmes sont analysables en classes plus larges, appelées ‘facteurs’, dont ces signifiés ou ces signifiants sont les produits logiques.” Luis Prieto, *Messages et Signaux*, Paris: PUF, 1966. P. 80. A segunda parte da obra é intitulada “Économie” (pp. 77-152) e é dedicada ao tema da economia dos códigos.

¹³“Distilled to its formal essentials, a code is a set of substitution rules of the form: A ↔ · · - ; B ↔ - · · · ; C ↔ - · - · , and so on (cf. the Morse Code).” Gavin T. Watt e William C. Watt, “Codes” in Posner, pp. 404-414.

¹⁴“As a substitution device a code is a rule for the unambiguous correla-

mas sígnicos segundos, codificados sobre a linguagem corrente. Entre elas e a linguagem comum ou corrente há uma correspondência de elementos. Um especialista pode converter, decifrar, a mensagem, inicialmente formulada em linguagem especializada, em linguagem comum de modo a que um leigo a possa entender. Ora os códigos de substituição ou correspondência são regidos por dois princípios fundamentais, o princípio da economia e o princípio da adequação ao fim.

Uma linguagem especializada representa antes de mais uma recodificação da linguagem corrente relativamente a um campo especializado do saber ou do fazer humanos.¹⁵ Se por um lado, a linguagem especializada é mais enxuta, mais sóbria, que a linguagem comum, ela tem também muitas vezes de inventar novos signos de modo a ser mais precisa na sua significação. A eficácia de um signo é justamente o ponto de equilíbrio entre a economia e adequação dos signos aos seus fins. Tome-se o exemplo dos códigos criptográficos, cuja finalidade é a comunicação secreta de mensagens. Provavelmente a melhor maneira de manter o código secreto seria um algoritmo o mais complexo possível. Isso porém iria contra o princípio da economia. A eficácia reside justamente no justo equilíbrio dos dois, e isso varia consoante os propósitos subjacentes ao código.

Concluirei esta parte dizendo que os códigos são sistemas económicos de significação e que qualquer utilização mais aturada dos signos requer sempre novas codificações. Mesmo a linguagem especializada da comunicação, como iremos ver.

tion (coding) of the signs of one sign repertoire to those of another sign repertoire.” Winfried Nöth, *Handbook of Semiotics*, Bloomington: Indiana University Press, 1990, p. 207.

¹⁵“The operation by which an originally uneconomical code is transformed into a more economic version is sometimes called recoding.” *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, p. 127.

11.5 Os códigos e a informação. A teoria matemática da comunicação

A teoria matemática da comunicação é fundamentalmente uma teoria sobre a quantidade e a medição da informação veiculada por um canal. Ora a grande intelecção desta teoria é que a informação dada é inversamente proporcional à sua probabilidade, ou seja, que a informação é uma propriedade estatística de um signo ou de uma mensagem.¹⁶ Quanto mais provável for um signo, menor a sua informação.

A contrapartida da improbabilidade de um signo, e assim da sua informação, porém, é a sua incerteza.¹⁷ Apesar da redundância, como aquilo que no signo ou numa mensagem é previsível ou convencional, não representar qualquer informação, ela é fundamental para a exactidão da mensagem e mesmo para a sua ocorrência.¹⁸

Aplicando os conceitos de informação e redundância da teoria matemática da comunicação ao que Shannon e Weaver chamam

¹⁶“... information is a measure of one’s freedom of choice when one selects a message. . . . The concept of information applies not to the individual messages (as the concept of meaning would), but rather to the situation as a whole, the unit information indicating that in this situation one has an amount of freedom of choice, in selecting a message, which it is convenient to regard as a standard or unit amount.” Claude Shannon e Warren Weaver, *The Mathematical Theory of Information*, Urbana: University of Illinois Press, 1963, (p.8/9).

¹⁷“The concept of information developed in this theory at first seems disappointing and bizarre – disappointing because it has nothing to do with meaning, and bizarre because it deals not with a single message but rather with the statistical character of a whole ensemble of messages, bizarre also because in these statistical terms the two words *information* and *uncertainty* find themselves to be partners.” *Ibidem*, p.27.

¹⁸“Shannon e Weaver mostram como a redundância facilita a exactidão da decodificação e fornece um teste que permite identificar erros. Só me é possível identificar um erro ortográfico devido à redundância da linguagem. Numa língua não redundante, mudar uma letra significaria mudar a palavra.” John Fiske, *Introdução ao Estudo da Comunicação*, Lisboa: Edições Asa, 1993, p. 25.

os níveis B e C do processo comunicativo, a saber, o nível semântico, relativo à precisão com que os signos transmitidos convêm ao significado desejado, e o nível da eficácia, relativo à eficácia com que o significado da mensagem afecta da maneira desejada a conduta do destinatário,¹⁹ verificaremos que efectivamente todas as mensagens procuram conciliar novidade e exactidão e que para isso recorrem a códigos específicos. Os órgãos de comunicação social são um exemplo paradigmático de como a conciliação destes dois princípios os leva a adoptar uma linguagem especializada própria.

Se compararmos a linguagem de um jornal local com a linguagem de um jornal nacional de grande tiragem verificar-se-á facilmente que a linguagem do primeiro é muito mais de corte literário, retórica, redundante.²⁰ A linguagem especializada dos grandes jornais é mais enxuta, evita repetições, usa menos adjetivação, é em suma uma linguagem que procura fornecer o máximo de informação com o menor número de palavras. O grau de probabilidade de ocorrência de palavras, frases, temas, num jornal local é seguramente muito superior. Quer isto dizer que a informação é menor. O que comunica é bastante previsível. Por sua vez, o grande órgão de comunicação distingue-se justamente pela sua capacidade de fornecer notícias inesperadas, verdadeiramente novas.

Mas se as notícias são o inesperado, o improvável, elas têm de ser dadas num contexto com elementos fixos, redundantes. A redacção de uma notícia obedece a critérios estabelecidos, nomeadamente quanto à indicação de quem, quando, onde, como, porquê, para quê. Sem estes elementos estruturantes a notícia arriscar-se-ia a ser incompreensível.²¹ Para ser capaz de dar a notícia de uma forma completa, objectiva, compreensível, o jor-

¹⁹O nível A é o nível técnico, relativo ao rigor da transmissão dos sinais.

²⁰*Redundantia* é o termo técnico da retórica antiga para designar o defeito estilístico da prolixidade, oposto à virtude da *brevitas*.

²¹“Estamos sempre a testar a exactidão das mensagens que recebemos em relação ao provável: e o que é provável é determinado pela nossa experiência do código, do contexto e do tipo de mensagem – por outras palavras, pela nossa

nalista tem de dominar as técnicas de redacção jornalística, a linguagem apropriada, as frases curtas, os termos usuais para os assuntos em causa. O jornalista aqui tem de ser redundante como modo de se fazer compreender facilmente.

O vocabulário jornalístico, por exemplo, é altamente redundante, raramente surgem palavras difíceis, rebuscadas, inesperadas. Neste aspecto os jornais de província utilizam um vocabulário mais variado e, portanto, mais entrópico. O fito da redundância vocabular dos jornais de maior tiragem é justamente a sua fácil leitura e compreensão.

Assim temos que a linguagem da comunicação social se converte mais e mais num código altamente especializado e que resulta da tensão de responder às exigências contrárias que se lhe colocam: por um lado, informar, que é também surpreender, e por outro ser compreensível, o que significa repisar sendas conhecidas. Poder-se-ia aqui objectar que estas duas exigências se colocam a níveis diferentes, que a exigência de informar é relativa aos factos relatados e que a exigência de compreensibilidade relativa à linguagem. Só que os factos relatados não podem ser absolutamente novos, mas têm de ter sempre uma relação com o conhecido (veja-se a novelização das notícias!), e por outro lado a própria linguagem da comunicação social é sujeita a uma contínua renovação.²²

É sabido que hoje a indústria noticiosa vive muito da sua capacidade de surpreender, de forjar de algum modo artificialmente o inesperado. O sensacionalismo é aqui a ilusão trivial de informação na comunicação social. Mas o sensacionalismo mais do que um valor semântico, é um efeito pragmático. Chegamos assim à dimensão performativa dos signos, dimensão em que mais do que qualquer outra se colocam as questões da economia e da eficácia dos signos.

experiência da convenção e do costume. A convenção é uma fonte importante de redundância e, como tal, de fácil descodificação.” John Fiske, *ibidem*.

²²O jornal “O Independente” ficou conhecido por forjar novas palavras e desse modo surpreender os leitores.

11.6 Os signos em acção.

A teoria dos actos de fala abre uma dimensão extremamente importante no estudo dos signos, nomeadamente ao mostrar que estes não servem apenas para significar mas também para agir. É com palavras que se fazem coisas tão comuns e quotidianas como prometer, pedir desculpa, ordenar, etc. Com palavras se fazem coisas, como escreve Austin.

Mais do que em qualquer outra dimensão da língua é na sua dimensão ilocucionária ou performativa que se coloca a eficácia dos signos. Aqui a questão da eficácia é muito simples e directa. Os signos são eficazes se realizam os actos visados. Em geral, não se pode dar uma ordem contando histórias longas. O que há a fazer, é utilizar as palavras adequadas para o efeito: mando que..., ordeno que..., ou então utilizar a forma do imperativo: vá, venha, faça, levante-se, etc.. Há palavras e formas verbais que têm uma eficácia que outras não têm.

Mas a eficácia das palavras nos actos de fala depende de códigos bem definidos, ainda que por vezes não explícitos, como bem mostraram Austin e Searle.²³ Para que a palavra “prometo” seja eficaz é preciso que se cumpram determinadas regras, como por exemplo que a promessa se oriente para o futuro ou que o que é prometido dependa da capacidade de realização do promitente. As regras que Searle tão bem descortinou na instituição da promessa, tal como as regras que regem os outros actos de fala, constituem códigos de eficácia. Podem estes ser mais ou menos simplificados, mas eles nunca poderão deixar de existir. Deles depende a identidade e a força dos actos de fala.

Parece muito claro que as acções levadas a cabo por palavras obedecem a regras de conduta semelhantes às das outras acções humanas. Se alguém quiser conduzir um carro, terá de impreterivelmente realizar sequencialmente um conjunto de acções, como seja ligar o carro, destravar o carro, meter uma mudança, carregar

²³ Austin, J.L., *How to make things with words*, Oxford: Oxford University Press; John Searle, *Actos de Fala*, Coimbra: Livraria Almedina, 1984.

no acelerador, guiar o carro. Há um código accional que rege as suas acções e lhes confere a sua eficácia. O mesmo se passa com os actos de fala. A sua eficácia depende do cumprimento do código que lhes está subjacente. Não houvesse um código a reger os actos de fala, estes não teriam força, isto é, nenhuma eficácia.

11.7 O slogan

Onde também se colocam muito claramente as questões de economia e de eficácia dos signos é nos slogans, sejam eles comerciais, publicitários, de propaganda política ou ideológicos. Justamente o que caracteriza os slogans é a sua economia, quanto mais curtos melhor, e a sua eficácia. Hoje em dia podemos mesmo falar de uma engenharia do slogan nas mais diversas formas de comunicação, da publicidade à comunicação política.

Como grito de guerra que originariamente é,²⁴ o slogan é uma fórmula que se apresenta numa breve frase, num sintagma ou mesmo numa simples palavra. Em alemão diz-se literalmente palavra para bater (“Schlagwort” do verbo schlagen = bater, golpear), e assim o slogan é uma palavra apropriada a bater, a golpear, e para tal pretende-se manuseável, feito à medida de quem o usa e do fim para que é usado. Não há slogans longos, pesados. Por definição e natureza o slogan é breve e facilmente manejável.²⁵

Outra característica linguística do slogan é o seu conteúdo ser indissociável da sua forma. Se numa mensagem comum o conteúdo se dissocia da forma, de tal modo que o conteúdo vai ganhando novas formas, vai sendo dito adiante por outras palavras, no caso do slogan há uma total simbiose entre a forma e o seu va-

²⁴ Etimologicamente slogan provém do gaélico “Scluagh-chairm” que significava na antiga Escócia o grito de guerra do clan. Olivier Reboul, *Le Slogan*, Bruxelles: Éditions Complexe, 1975, p. 14.

²⁵ A definição de slogan por André Gide vai neste sentido: “N’importe quelle formule concise, facile à retenir en raison de sa brièveté et habile à frapper l’esprit.” *Journal 1888-1939*, Paris: Gallimard, 1948, p. 1269, citado em Olivier Reboul, *ibidem*, p. 28.

lor semântico de modo que alguém, ao lembrar-se da mensagem, se lembra imediatamente (automaticamente) da forma. Há aqui como que uma cristalização conjunta de forma e conteúdo, pelo que modificar uma parte implica necessariamente alterar a outra.

Ainda em termos de linguística há a referir o recurso que o slogan faz às figuras retóricas.²⁶ Apesar da natureza marcadamente utilitária, o slogan recorre abundantemente ao que a linguagem tem de mais gratuito, à poesia, à finura de espírito, ao jogo de palavras. Bastas vezes o slogan utiliza a rima, o ritmo, a cadência das palavras, a repetição, o equívoco do sentido, o paradoxo, as perturbações sintáctico-semânticas, como meio de golpear e fixar a atenção do destinatário.²⁷

Diga-se ainda como característica do slogan, que ele é fechado sobre si, que não tem réplica. O slogan é um apelo ao óbvio, mesmo que esse óbvio seja superficial. A um slogan não se responde a não ser com outro slogan. Não há argumentações a favor ou contra. O slogan é arremessado e espera-se que actue.

Por fim, registe-se o anonimato do slogan. O slogan propriamente não tem sujeito. A sua utilização não compromete o utilizador. É que, como é fechado sobre si, o utilizador não tem de o justificar. O slogan funciona como um princípio lógico, ele próprio sem prova, mas como suporte para inferências posteriores. Então hoje, é fácil verificar quantas vezes e em quantos lugares se argumenta a partir de slogans. Há claramente um aproveitamento da sua indemonstrabilidade.

Apresentadas as características principais do slogan, verifica-se que a sua grande vantagem é justamente a sua economia. Curto, equívoco, fácil, “vai com tudo e vai com todos”.

²⁶“Les métaplasmes caractérisent tous les slogans que ‘jouent sur les mots’. Les métataxes modifient la syntaxe; dans le cas du slogan, ils opèrent surtout par suppression. Les métasémèmes remplacent un mot par un autre qui présente un certain rapport de sens avec le premier. Les métalogismes représentent un écart non dans l’expression mais de l’ expression par rapport au référent, au réel.” O. Reboul, *ibidem*, pp. 77-81.

²⁷Blanche Grunig, *Les Mots de la Publicité. L’Architecture du Slogan*, Paris: Presses du CNRS, 1990.

O modo de actuar do slogan é, antes do mais, a persuasão em múltiplas formas, sobretudo as subliminares. O slogan adequa-se a ser repetido, muitas vezes, vezes sem conta. É da repetição continuada que lhe vem muita da sua força, que ele ganha o estatuto de algo óbvio e evidente e se transforma em dogma. Mas isto de forma dissimulada. O slogan persuade na medida em que dissimula. Ele joga sempre na ambiguidade semântica e sintáctica. Normalmente actua mais pelo que esconde, mas que deixa com rabo de fora, do que pelo que mostra directamente. Mas mais uma vez aqui a sua eficácia depende de ser ajustável, de ser feito à medida.

Traçadas as características e apontados os modos de actuação, falta dizer quais os objectivos do slogan. Antes do mais ele visa suscitar a acção ou o comportamento de todo um grupo ou colectividade. O slogan é por natureza performativo e perlocutório. É neste ponto que se coloca a questão da sua eficácia. Ora na sua acção performativa o slogan pode ter várias funções: a de cimentar o grupo em torno de um lema (é essa a sua função original), a de captar a atenção e de motivar a um determinado fim, como acontece frequentemente nos títulos de imprensa que tentam captar a atenção para o artigo respectivo e levar à sua leitura, e, por fim, a de sintetizar uma determinada posição. Esta última é aliás a função mais frequente. O slogan resume, cristaliza, e torna desse modo a posição resumida num produto transportável e manejável. A eficácia depende aqui da brevidade, é certo, mas também de outras qualidades associadas como a fácil memorização e a acutilância.

11.8 Conclusão

Os signos significam, os signos organizam-se, mas os signos também se usam e esse uso rege-se por leis de economia e de eficácia. E com isto entramos inapelavelmente numa lógica de meios e fins,

em que os meios têm de ser encarados à luz dos fins e estes têm necessariamente de ter em conta os meios disponíveis.

Muito do trabalho prático feito hoje em dia com os signos consiste num aperfeiçoamento dos signos (se atentarmos no trabalho que é feito nas redacções dos jornais e nas oficinas de publicidade, comercial e política, não há dúvida que muito do que ali se faz é verdadeira engenharia sígnica), não só sob o ponto de vista sintáctico-semântico, mas sobretudo de um ponto de vista pragmático. A adequação dos signos depende cada vez mais dos respectivos contextos e isso obriga a um contínuo trabalho de ajustamento dos signos existentes e mesmo de criação de novos signos.

Economia e eficácia são propriedades de relação, pelo que atribuí-las aos signos começa por ser dentro do código em que os signos se situam. Não é possível decidir da economia e eficácia de qualquer signo a não ser à luz de um código (seja este de natureza sintáctica, semântica ou pragmática). Daqui que a economia e a eficácia do uso que se faz dos signos dependa do domínio que se tem do código. A performance é determinada pela competência.

A um nível superior, a um nível que Umberto Eco e Adriano Duarte Rodrigues designam por limiar superior da semiótica,²⁸ não são os signos, mas os próprios códigos que são vistos e avaliados em termos de economia e eficácia. Os códigos recebem ajustamentos, sofrem alterações, nascem e morrem. O termo de relação agora, o contexto em que se decide da validade do código, da sua economia e eficácia, é o mundo da cultura, tomada esta no seu sentido mais lato, as mundividências. É neste contexto mais vasto, no contexto da vida, o *Lebenswelt* husserliano, que irrompem idiolectos, *slangs*, linguagens especializadas, tipos de comportamento, formas de cortesia, etc..

Se no primeiro caso, ao nível do funcionamento dos signos dentro do respectivo código, a questão da economia e da eficácia

²⁸Umberto Eco, *A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1991; Adriano Duarte Rodrigues, *Introdução à Semiótica*, Lisboa: Editorial Presença, 1991.

é uma questão de domínio do sistema para um melhor uso dos signos, no segundo caso, ao nível da adequação dos códigos à vida, essa questão é uma questão de adaptação, de sobrevivência e de criatividade de quem vive com signos, por meio de signos e em nome de signos.

Bibliografia

AAVV, (ed.), *Enciclopédia Einaudi: 2. Linguagem-Enunciação*, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1984.

AAVV, (ed.), *Enciclopédia Einaudi: 11. Oral/Escrito*, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1987.

AAVV, (ed.), *Enciclopédia Einaudi: 31. Signo*, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1995.

Sto Angostinho, *Opúsculos Selectos de Filosofia Medieval*, Faculdade de Filosofia, Braga, 1991.

Karl-Otto Apel, (ed.), *Sprachpragmatik und Philosophie*, Suhrkamp, Frankfurt, 1982.

Françoise Armengaud, *La Pragmatique*, 1985, Paris.

J.L. Austin, *How to make things with words*, Oxford University Press, Oxford, 1975.

J.L. Austin, *Performativo-Constativo*, in: José Pinto de Lima, (ed.), *Linguagem e Acção – da filosofia analítica à linguística pragmática*, pp. 41–58. apáginastantas, Lisboa, 1989.

Renato Barilli, *Retórica*, Editorial Presença, Lisboa, 1985.

Roland Barthes, *Ensaios Críticos*, Edições 70, Lisboa, 1977.

Roland Barthes, *A Aventura Semiológica*, Edições 70, Lisboa, 1987.

Roland Barthes, *Crítica e Verdade*, Edições 70, Lisboa, 1987.

Roland Barthes, *Mitologias*, Edições 70, Lisboa, 1988.

Roland Barthes, *Elementos de Semiologia*, Edições 70., Lisboa, 1989.

- Roland Barthes, *O Grau Zero da Escrita*, Edições 70, Lisboa, 1989.
- J. Baudrillard, *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, Edições 70, Lisboa, 1981.
- Fernando Belo, *A conversa, linguagem do quotidiano. Ensaio de filosofia e pragmática*, Editorial Presença, Lisboa, 1991.
- Fernando Belo, *Epistemologia do Sentido, 1. vol. Entre Filosofia e Poesia, a Questão Semântica*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.
- Jan Broekman, *Strukturalismus*, Alber, Freiburg., 1971.
- Eric Buysens, *Semiologia e Comunicação Linguística*, Editora Cultrix, São Paulo, 1967.
- João Bettencourt da Câmara, *Saussure. Chess and Time. The Role of an Analogy in a Scientific Revolution*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1995.
- Manuel Maria Carrilho, *Verdade, Suspeita e Argumentação*, Editorial Presença, Lisboa, 1990.
- Manuel Maria Carrilho, (ed.), *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1994.
- Manuel Maria Carrilho, (ed.), *Retórica e Argumentação*, Edições Asa, Lisboa, 1994.
- Ernst Cassirer, *Philosophie der Symbolischen Formen*, volume 3, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt, 1987.
- Ernst Cassirer, *Wesen und Wirkung des Symbolbegriffs*, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt, 1983.
- Noam Chomski, *Estruturas Sintáticas*, Edições 70, Lisboa, 1980.
- Eduardo Prado Coelho, *Os Universos da Crítica*, Edições 70, Lisboa, 1987.
- J. P. Cometti, *Filosofia sem Privilégios*, Edições Asa, Lisboa, 1995.
- Jean-Pierre Corneille, *A linguística estrutural. Seu alcance e seus limites*, Livraria Almedina, Coimbra, 1982.

- Jacques Corraze, *Les communications non-verbales*, Presses Universitaires de France, Paris:, 1983.
- Marcelo Dascal, *La Semiologie de Leibniz*, Aubier, Paris, 1978.
- John Deely, *Introdução à Semiótica. História e Doutrina*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995.
- Gilles Deleuze, *Logique du Sens*, Éditions de Minuit, Paris, 1969.
- Oswald Ducrot and Schaeffer Jean-Marie, *Nouveau Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*, Éditions du Seuil, Paris:, 1995.
- Oswald Ducrot and Tzvetan Todorov, *Dicionário das Ciências da Linguagem*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1991.
- Umberto Eco, *A Theory of Semiotics*, Indiana University Press, Bloomington, 1979.
- Umberto Eco, *Semiotics and the Philosophy of Language*, Indiana University Press, Bloomington, 1984.
- Umberto Eco, *Obra Aberta*, Difel, Lisboa, 1989.
- Umberto Eco, *O Signo*, Presença, Lisboa, 1990.
- Umberto Eco, *Tratado Geral de Semiótica*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1991.
- Umberto Eco, *Leitura do Texto Literário*, Editorial Presença, Lisboa, 1993.
- Umberto Eco and Thomas A. Sebeok, (eds.), *The Sign of three: Dupin, Holmes, Peirce*, Indiana University Press, Bloomington, 1983.
- Umberto Eco and Thomas A. Sebeok, (eds.), *El Signo de los Tres. Dupin, Holmes, Peirce*, Editorial Lumen, Barcelona, 1989.
- John Fiske, *Introdução ao Estudo da Comunicação*, Edições Asa, Lisboa, 1993.
- Jean-Marie Floch, *Sémiotique, marketing et communication. Sous les signes, les stratégies*, PUF, Paris, 1990.
- Pedro da Fonseca, *Instituições Dialécticas*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1964.
- Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, Edições 70, Lisboa, sd.

Gottlob Frege, *Estudios sobre Semántica*, Editorial Ariel, Barcelona, 1973.

Emilio Garroni, *Projecto de Semiótica*, Edições 70, Lisboa, 1980.

A.J. Greimas and J Courtés, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Hachette, Paris, 1979.

Algirdas Julien Greimas, *Du Sens I. Essais Sémiotiques*, Seuil, Paris, 1970.

Algirdas Julien Greimas, *Du Sens II. Essais Sémiotiques*, Seuil, Paris, 1983.

Algirdas Julien Greimas, *Semiótica e Ciências Sociais*, Editora Cultrix, São Paulo, sd.

H.Paul Grice, *Querer dizer*, in: José Pinto de Lima, (ed.), *Linguagem e Acção – da filosofia analítica à linguística pragmática*. apáginastantas, Lisboa, 1989.

Pierre Guiraud, *A Semiologia*, Editorial Presença, Lisboa, 1983.

Jürgen Habermas, *Was heisst Universalpragmatik?*, in: Karl-Otto Apel, (ed.), *Sprachpragmatik und Philosophie*, pp. 174–259. 1982.

Louis Hjelmslev, *Prolegomena to a Theory of Language*, The University of Wisconsin Press, Madison, 1961.

Anne Hénault, *Les Enjeux de la Sémiotique*, PUF, Paris, 1979.

Elmar Holenstein, *Jakobson. O Estruturalismo Fenomenológico*, Vega, Lisboa, 1975.

Roman Jakobson, *Essais de linguistique Générale*, Éditions de Minuit., Paris, 1963.

Roman Jakobson, *On Language*, Harvard University Press, Cambridge, 1990.

Roman Jakobson, *Linguística e Comunicação*, Editora Cultrix, São Paulo, sd.

William Kneale and Kneale Martha, *O Desenvolvimento da Lógica*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1972.

F. Gonçalves Lavrador, *Estudos de Semiótica Fílmica. Introdução Geral e Prolegómenos*, Edições Afrontamento, Porto, 1984.

José Pinto de Lima, *Linguagem e Acção – da filosofia analítica à linguística pragmática*, apáginastantas, Lisboa, 1989.

José Pinto de Lima, *Uma linguística pragmática ou uma pragmática em linguística?*, in: *Linguagem e Acção – da filosofia analítica à linguística pragmática*. apáginastantas, Lisboa, 1989.

John Lyons, *Semântica – I*, Editorial Presença, Lisboa, 1980.

Jeanne Martinet, *Chaves para a Semiologia*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983.

Robert Marty, *L'algebre des signes: essai de semiotique scientifique d'apres Charles Sanders Peirce*, J. Benjamins, Amsterdam.

Christian Metz, *O Significante Imaginário. Psicanálise e Cinema*, Livros Horizonte, Lisboa, 1980.

Michael Metzeltin, *O Signo, o Comunicado, o Código. Introdução à Linguística Teórica*, Livraria Almedina, Coimbra, 1978.

Michel Meyer, *Lógica, Linguagem e Argumentação*, Teorema, Lisboa:, 1992.

Miguel de Moragas i Spa, *Semiótica y Comunicación de Masas*, Ediciones Península, Barcelona, 1980.

Charles Morris, *Foundations of the Theory of Signs*, University of Chicago Press, Chicago, 1938.

Charles Morris, *Writings on the General Theory of Signs*, Mouton, The Hague, 1971.

Georges Mounin, *Introduction à la Sémiologie*, Éditions de Minuit, Paris, 1970.

Bruno Munari, *Design e Comunicação Visual*, Edições 70, Lisboa:, xx.

John Murphy, *O Pragmatismo. De Peirce a Davidson*, Edições Asa, Lisboa, 1993.

Maria del Carmen Bobes Naves, *La Semiología*, Sintesis, Madrid, sd.

Winfried Nöth, *Handbook of Semiotics. Advances in semiotics*, Bloomington, Indiana University Press, 1990.

Jaime Nubiola, *La Renovación Pragmatista de la Filosofía Analítica*, Ediciones Universidad de Navarra, Pamplona, 1996.

Antonino Pagliaro, *A Vida do Sinal. Ensaaios Sobre a Língua e Outros Símbolos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983.

Herman Parret, *Semiotics and Pragmatics*, Johns Benjamins, Amsterdam, 1983.

Herman Parret, *Enunciação e Pragmática*, Ed.da Unicamp, Campinas, 1988.

Charles Sanders Peirce, *Collected Papers*, Harvard University Press, Cambridge, 1931-1938.

Charles Sanders Peirce, *Semiótica*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1977.

Charles Sanders Peirce, *Reasoning and the Logic of Things. The Cambridge Conferences Lectures of 1898*, Harvard University Press, Cambridge, 1992.

Roland Posner, Klaus Robering and Thomas A Sebeok, (eds.), *Semiotics, A Handbook on the Sign-Theoretic Foundations of Nature and Culture*, Walter de Gruyter, Berlin e New York, 1997-998.

Luis J. Prieto, *Mensagens e Sinais*, Editora Cultrix, São Paulo, 1973.

Paul Ricoeur, *Teoria da Interpretação*, Edições 70, Lisboa, 1988.

Adriano Duarte Rodrigues, *Estratégias da Comunicação. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

Adriano Duarte Rodrigues, *Introdução à Semiótica*, Editorial Presença, Lisboa, 1991.

Adriano Duarte Rodrigues, *As Dimensões Pragmáticas do Sentido*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996.

Adriano Duarte Rodrigues, *A Partitura Invisível. Para a abordagem interactiva da linguagem*, Edições Colibri, Lisboa, 2001.

Adriano Duarte Rodrigues, *A Comunicação Social. Noção, História, Linguagem*, Vega, Lisboa, sd.

Adriano Duarte Rodrigues, *O Campo dos Media*, Vega, Lisboa, sd.

Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1986.

David Savan, *An Introduction to C. S. Peirce's Full System of Semiotic*, University of Toronto, Toronto, 1988.

Adam Schaff, *Introducción a la Semântica*, Fondo de Cultura Economía, Mexico, 1966.

Thomas Sebeok, (ed.), *Encyclopedic Dictionary of Semiotics*, Mouton de Gruyter, Berlin, 1987.

Thomas A. Sebeok, *Contributions to the Doctrine of Signs*, Indiana University Press, Bloomington, 1976.

Vitor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, Livraria Almedina, Coimbra, 1996.

Josef Simon, *Filosofia da Linguagem*, Edições 70, Lisboa, 1990.

Simon Singh, *O Livro dos Códigos*, Temas e Debates, Lisboa, 2001.

Tzvetan Todorov, *Teorias do Símbolo*, Edições 70, Lisboa, 1979.

Tzvetan Todorov, *Simbolismo e Interpretação*, Edições 70, Lisboa, 1980.

Bernard Toussaint, *Introdução à Semiologia*, Edições Europa-América, Lisboa, 1978.

Jürgen Trabant, *Elementos de Semiótica*, Editorial Presença, Lisboa, 1980.

Stephen Ullmann, *Semântica. Uma Introdução à Ciência do Significado*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.

Victoria Escandell Vidall, *Introducción a la Pragmática*, Anthropos, Barcelona, 1993.

Paul Watzlawick, Janet Beavin Bavelas and Jackson Don D., *Pragmatics of Human Communication. A Study of Interactional Patterns, Pathologies, and Paradoxes*, W.W. Norton & Company, New York, 1967.

Y. Winkin, (ed.), *La Nueva Comunicación*, Kairós, Barcelona, 1990.

Ludwig Wittgenstein, *Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.

Mauro Wolf, *Teorias da Comunicação*, Editorial Presença, Lisboa, 1987.